



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS
Campus Arthur Virgílio Filho



PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

DIURNO (IH08)
NOTURNO (IH20)

Manaus
2018



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS
Campus Arthur Virgílio Filho



ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitor: Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor: Jacob Moysés Cohen

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: David Lopes Neto

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Selma Suely Baçal de Oliveira

Pró-Reitor de Extensão: João Ricardo Bessa Freire

Pró-Reitor de Administração e Finanças: Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Maria Vanusa do Socorro de Souza Firmo

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Kleomara Gomes Cerquinho

Pró-Reitor de Inovação Tecnológica: Waltair Vieira Machado

COLEGIADO DO CURSO

Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior

Profa. Dra. Ana Lúcia Vieira

Prof. Dr. Antônio Emílio Morga

Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

Prof. Dr. Davi Avelino Leal

Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazio

Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa

Prof. Dr. James Roberto Silva

Prof. Dr. João Ricardo Bessa Freire

Profa. Dra. Joana Campos Clímaco

Profa. Dra. Kátia Cilene do Couto

Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Profa. Dra. Maíra Chinelatto Alves

Profa. Dra. Márcia Eliane Alves de Souza e Mello

Profa. Me. Maria Eugênia Mendes de Mattos

Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Prof. Dr. Nelson Tomelin Junior

Profa. Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva



COLEGIADO DO CURSO (cont.)

Prof. Dr. Sínval Carlos Mello Gonçalves

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE/NDE

Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior.

Profa. Dra. Ana Lúcia Vieira

Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

Prof. Dr. Davi Avelino Leal

Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazio

Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa

Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa

Profa. Dra. Maíra Chinelatto Alves

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Departamento de Apoio ao Ensino/DAE/PROEG

Diretora: Raimunda Monteiro Sabóia

Pedagoga: Fabíola Rodrigues Costa

TAEs:

Fernanda Feitoza de Oliveira

João Rakson Angelim da Silva

Neylane Aracelli de Almeida Pimenta

Rosana Alvarenga Canto



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
I – CARACTERIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	9
1 – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
1.1 – Dados gerais	9
1.2 – Instituição: Universidade Federal do Amazonas	9
1.3 – Dados do Curso de História	10
2 – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO DE HISTÓRIA	12
2.1 – Ano Letivo	12
2.2 – Sistema de Créditos	13
2.3 – Matrícula.....	13
2. 4 – Titulação.....	14
2.5 – Vagas, Turno e Duração	14
3 – DIAGNÓSTICO DA ÁREA NO BRASIL E NO QUADRO GERAL DE CONHECIMENTOS	14
4 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	15
4.1 – Formação de Pessoal e Mundos do Trabalho.....	15
4.2 – Regulamento e Registro da Profissão.....	16
4.3 – Campo de Atuação Profissional	16
4.4 – Perfil do Profissional a ser formado.....	17
4.5 – Formas de Acesso ao Curso	19
4.6 – Competências e Habilidades.....	21
4.7 – Objetivos do Curso.....	22
4.8 – Regime Acadêmico e Prazo de Integralização Curricular	22
II – MATRIZ CURRICULAR.....	23
5 – Conteúdos curriculares	23
5.1 – Componentes ou Conteúdos Curriculares.....	23
5.2 – Quadro da Estrutura Curricular – Núcleos.....	25
5.3 - Quadro da Estrutura Curricular – Disciplinas Obrigatórias (Periodização).....	30
5.4 – Matriz Curricular -	33
5.5 – Disciplinas por semestre – impar	34



5.6 – Disciplinas por semestre – par	35
5.7 – Quadro Sinóptico da Composição Curricular	36
5.8 – Quadro Geral da Integralização Do Curso	36
5.9 EMENTÁRIO	37
5.9.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	37
6 – Conteúdos Educativos Integrados.....	106
6.1 – Encaminhamento Metodológico para os Conteúdos Educativos Integrados..	107
7 – Quadro de Equivalência	108
8 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	110
8.1 – Princípios Orientadores do Processo de Ensino Aprendizagem e da Avaliação.....	110
8.2 – Procedimentos de Avaliação:	110
8.3 –Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Processo Ensino-Aprendizagem	112
8.4 - O Processo de Construção do Conhecimento em Sala de Aula	113
8.5 – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.....	115
8.6 – Atividades de Pesquisa e Produção Científica	118
8.7– Atividades de Extensão	125
8.8 – Estágio Curricular Supervisionado	127
8.9 – Prática como Componente Curricular.....	132
8.10 –Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	134
8.11 - Modos de Integração entre os Diversos Níveis e Modalidades de Ensino....	135
8.12 – Integração com as Redes Públicas de Ensino	136
8.13 – Serviços de Apoio ao Discente.....	136
8.14 – Outros Serviços e Programas de Apoio ao Discente	139
8.15– Administração Acadêmica do Curso	140
8.16 – Formas de Participação do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante.....	143
9 – INFRAESTRUTURA.....	144
9.1 –Espaço Físico Disponível e Uso da Área Física do Campus.....	144
9.2 –Salas de Aula	144
9.3 –Biblioteca.....	144



10 – RECURSOS HUMANOS E CONDIÇÕES MATERIAIS.....	148
10.1 – Recursos Humanos:.....	148
10.2 – Laboratório e Núcleo de Pesquisa Histórica e Afins.....	148
10.3 – Acervo Bibliográfico.....	154
10.4 – Acervo Documental	156
11 – ATIVIDADES DE ENSINO EM PÓS-GRADUAÇÃO	157
12 – OUTRAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO.....	160
13 – APÊNDICES DO PPC	161
13.1 – Legislação	161
ANEXOS	164



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS
Campus Arthur Virgílio Filho



PROJETO POLITICO DE CURSO

HISTÓRIA



APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Amazonas, através da Resolução N.º 003/80, de 14 de agosto de 1980, criou o Curso de Licenciatura Plena em História, vinculado administrativamente ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL. O mesmo foi autorizado a funcionar a partir do primeiro semestre letivo de 1981, turno matutino, oferecendo 30 (trinta) vagas / ano.

A justificativa para a criação do referido curso, segundo a mencionada legislação, foi “necessidade de formação de professores legalmente habilitados ao ensino de História, suprimindo dessa forma, a carência existente na rede de ensino de 1.º e 2.º Graus”. Tal carência era, até então, suprida por professores portadores de outras formações, tais como: Estudos Sociais, Filosofia, Direito entre outras.

Ao final do ano de 1985, através da Resolução nº 013/85 - CONSUNI, de 13 de dezembro de 1985, o curso de História desvinculou-se do Departamento de Ciências Sociais, sendo incorporado ao recém-criado Departamento de História, integrado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras. O novo Departamento foi criado com o objetivo de implementar o suporte necessário para a melhoria do ensino, da pesquisa histórica, da extensão e para a formação de um corpo docente capacitado em seus diferentes níveis.

Através da Resolução N.º 050/85 - CONSEP, de 18 de dezembro de 1985, foi fixada a nova grade curricular do curso de História, sendo revogada a Resolução N.º 011/81 - CONSEP, de 30 de outubro de 1981, que havia fixado a sua primeira grade curricular. A reformulação substantiva que se implementava era um produto direto de intensas discussões e de um forte engajamento de professores e alunos para a melhoria do curso. O norte fundamental da nova grade, àquela altura, era possibilitar uma melhor interação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e sobretudo, pensar a formação de um profissional integral, no sentido de não desvincular o professor de história do historiador, bem no espírito dos debates nacionais contemporâneos. Outras reformulações pontuais ocorreram na estrutura curricular do curso de História ao longo do



tempo.

O curso foi reconhecido pelo CNE-MEC, através da Portaria N.º 058, de 20 de fevereiro de 1989. O Departamento de História – que havia sido criado com 8 (oito) professores, dos quais apenas três possuíam Mestrado – conta hoje com um corpo docente de 17 (dezessete) professores no seu quadro permanente, apresentando uma titulação adequada e compatível com o notável esforço institucional empreendido desde a sua criação, na qualificação de seu corpo docente, em nível de pós-graduação (Ver Corpo Docente: Relação e Qualificação).

No decorrer dos anos, a discussão quanto à natureza do curso, suas dificuldades e perspectivas de crescimento foram uma constante no Departamento. Mais recentemente, acompanhou-se com interesse e engajamento a intensa mobilização de profissionais da área ao sinalizarem as mudanças de rumo no que dizia respeito à revogação de nossas diretrizes curriculares, ainda remanescentes da década de 1960 e, posteriormente, para a definição (ou redefinição) da natureza e do papel do profissional de História contemporâneo. Nesse processo, um sem-número de reuniões de trabalho e discussões ampliadas envolvendo alunos e professores do Departamento deram o tom e a tônica dos problemas inerentes à formação do profissional e sua materialização em uma grade curricular que refletisse esses anseios e projetos.

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.364/96), o processo tornou-se mais intenso e, sem dúvida, polêmico em nível nacional. Como resultado de diferentes intervenções dos órgãos responsáveis pelas definições legais que devem nortear a formação em nível superior, dispõe-se hoje de um conjunto legal que forneceu os limites, dentro dos quais deveríamos nos subordinar como área específica, materializados na Resolução CNE/CES, N.º 13, de 13 de março de 2002. Deste modo, o Projeto Pedagógico do Curso de História busca dar conta da complexidade da discussão relativa à formação do profissional de História, assim como busca pautar-se pela legislação aprovada para referenciar a área de História.



I – CARACTERIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 – Dados gerais

Nome:	Universidade Federal do Amazonas
Endereço:	Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado. CEP: 69.077-000 – Manaus – AM
Telefones:	Fone/PABX: (092) 3305- 4320
Mantenedora:	Fundação Universidade do Amazonas
Reconhecimento Federal:	Decreto Federal N.º 69. 924, de 13.01.1972
Dirigente (Reitor)	Prof. Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira

1.2 – Instituição: Universidade Federal do Amazonas

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pelo poder público federal. A mesma foi criada nos termos da Lei Federal N.º 4.069 – A, de 12 de junho de 1962 e do Decreto N.º 53.699, de 13 de março de 1964.

A UFAM ocupa uma posição de liderança na Região Norte, uma vez que há mais de quarenta anos vem sendo reconhecida como responsável pelo aprimoramento intelectual, pela formação profissional do homem amazônico, pela preservação da cultura, da história, e pela produção de conhecimento científico regional. Trata-se, portanto, de uma universidade pública e gratuita, comprometida com a formação do cidadão.

São seus objetivos essenciais:

a) Ministrando o ensino de grau superior, formando profissionais e especialistas;



- b) Realizar pesquisas e estimular atividades criadoras nas Ciências, nas Letras e nas Artes;
- c) Estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos e atividades especiais;
- d) Aplicar-se ao estudo da realidade brasileira e amazônica, em busca de solução para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, dela fazendo um ativo centro criador;
- e) Constituir-se fator de integração da cultura nacional.

Assim, ensino, pesquisa e extensão são atividades-fim indissociáveis que a UFAM exerce, pratica e realiza nas quatro grandes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Ciências Humanas.

1.3 – Dados do Curso de História

A Universidade Federal do Amazonas, através da Resolução N.º 003/80, de 14 de agosto de 1980, criou o Curso de Licenciatura Plena em História, vinculado administrativamente ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL. O mesmo foi autorizado a funcionar a partir do primeiro semestre letivo de 1981, turno matutino, oferecendo 30 (trinta) vagas / ano.

A justificativa para a criação do referido curso, segundo a mencionada legislação, foi “necessidade de formação de professores legalmente habilitados ao ensino de História, suprimindo dessa forma, a carência existente na rede de ensino de 1.º e 2.º Graus”. Tal carência era, até então, suprida por professores portadores de outras formações, tais como: Estudos Sociais, Filosofia, Direito entre outras.

Ao final do ano de 1985, através da Resolução nº 013/85 - CONSUNI, de 13 de dezembro de 1985, o curso de História desvinculou-se do Departamento de Ciências Sociais, sendo incorporado ao recém-criado Departamento de História, integrado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras. O novo Departamento foi criado com o objetivo de implementar o suporte necessário para a melhoria do



ensino, da pesquisa histórica, da extensão e para a formação de um corpo docente capacitado em seus diferentes níveis.

Através da Resolução nº 050/85 - CONSEP, de 18 de dezembro de 1985, foi fixada a nova grade curricular do curso de História, sendo revogada a Resolução nº 011/81 - CONSEP, de 30 de outubro de 1981, que havia fixado a sua primeira grade curricular. A reformulação substantiva que se implementava era um produto direto de intensas discussões e de um forte engajamento de professores e alunos para a melhoria do curso. O norte fundamental da nova grade, àquela altura, era possibilitar uma melhor interação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo, pensar a formação de um profissional integral, no sentido de não desvincular o professor de História do Historiador, bem no espírito dos debates nacionais contemporâneos. Outras reformulações pontuais ocorreram na estrutura curricular do curso de História ao longo do tempo.

O curso foi reconhecido pelo CNE-MEC, através da Portaria nº 058, de 20 de fevereiro de 1989. O Departamento de História – que havia sido criado com 8 (oito) professores, dos quais apenas três possuíam Mestrado – conta hoje com um corpo docente de 22 (vinte e dois) professores no seu quadro permanente, apresentando uma titulação adequada e compatível com o notável esforço institucional empreendido desde a sua criação, na qualificação de seu corpo docente, em nível de pós-graduação (Ver Corpo Docente: Relação e Qualificação).

No decorrer dos anos, a discussão quanto à natureza do curso, suas dificuldades e perspectivas de crescimento foram uma constante no Departamento de História. Mais recentemente, acompanhou-se com interesse e engajamento a intensa mobilização de profissionais da área ao sinalizarem as mudanças de rumo no que dizia respeito à revogação de nossas diretrizes curriculares, ainda remanescentes da década de 1960 e, posteriormente, para a definição (ou redefinição) da natureza e do papel do profissional de História contemporâneo. Nesse processo, um sem-número de reuniões de trabalho e discussões ampliadas envolvendo alunos e professores do Departamento de História deram o tom e a tônica dos problemas inerentes à formação do



profissional e sua materialização em uma grade curricular que refletisse esses anseios e projetos.

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.364/96), o processo tornou-se mais intenso e, sem dúvida, polêmico em nível nacional. Como resultado de diferentes intervenções dos órgãos responsáveis pelas definições legais que devem nortear a formação em nível superior, dispõe-se hoje de um conjunto legal que forneceu os limites, dentro dos quais deveríamos nos subordinar como área específica, materializados na Resolução CNE/CES, nº 02, de 01 de julho de 2015. Deste modo, o Projeto Pedagógico do Curso de História busca dar conta da complexidade da discussão relativa à formação do profissional de História, assim como busca pautar-se pela legislação aprovada para referenciar a área de História¹.

2 – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO DE HISTÓRIA

2.1 – Ano Letivo

O ano letivo na UFAM é constituído de dois períodos regulares de atividades acadêmicas que, no seu conjunto, devem perfazer um total de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos. Nesses 200 (duzentos) dias não é computado o tempo reservado às provas finais.

Entre os períodos letivos regulares, poderão ser oferecidos os períodos letivos especiais. Os períodos especiais, conhecidos, também, como cursos de férias, não podem ser inferiores a 30 (trinta) dias. As disciplinas oferecidas no período especial terão a mesma duração em horas-aula das oferecidas em período regular, porém ministradas em regime intensivo.

O Calendário Acadêmico, aprovado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, para cada ano letivo, fixa os prazos para a efetivação de todos os atos ou atividades acadêmicas a serem cumpridas em cada período letivo, como:

¹Resolução CNE/CES, N.º 13, de 13 de março de 2002. Com base nessa legislação, em 2003 o curso de sofreu mudanças significativas, elaborou-se uma nova estrutura curricular, pela qual os quatro primeiros semestres letivos configuravam-se como **Tronco comum**. A partir do 5º período esse tronco comum bifurcava-se para duas habilitações: **Licenciatura e Bacharelado**. Essa mudança, no entanto, na prática não rendeu o que se esperava. Daí a formulação deste novo Projeto Pedagógico.



matrícula em disciplinas, aproveitamento de estudos, trancamento de matrícula, início e término dos períodos letivos, provas finais, etc.

2.2 – Sistema de Créditos

O controle da integralização curricular na UFAM é feito pelo sistema de créditos. 01 (um) crédito corresponde a 15 (quinze) horas/aula teóricas (T) ou 30 (trinta) horas de atividades práticas (P).

Exemplo:

Sigla	Disciplina	Créditos			Carga Horária
		T	P	Total	
	Historiografia Geral I	3	1	4	75
	História Indígena e do Indigenismo	3	1	4	75

O aluno deve cumprir o número de créditos estabelecido na Matriz Curricular para estar apto a concluir o curso.

2.3 – Matrícula

Há dois tipos de matrícula:

a) Matrícula Institucional

Também conhecida como Cadastramento, é o ato pelo qual o aluno se torna membro efetivo da comunidade universitária, vinculando-se a um curso da Universidade Federal do Amazonas. Todos os alunos, ao efetuarem a matrícula institucional, recebem um número, composto por 8 (oito) dígitos, que os acompanhará por toda a sua vida acadêmica.

b) Matrícula em Disciplinas

É o ato (obrigatório) pelo qual o aluno, a cada período letivo, regulariza sua vida acadêmica, via Portal do Aluno, assegurando oficialmente sua frequência à Universidade e à integralização curricular do seu curso.



2. 4 – Titulação

O formado no Curso de História pela Universidade Federal do Amazonas será diplomado com o título de Licenciado Pleno em História.

2.5 – Vagas, Turno e Duração

- a) O curso de História oferece 56 (cinquenta e seis) vagas, sendo 28 vagas destinadas ao ENEM e 28 vagas destinadas ao PSC (Processo Seletivo Contínuo);
- b) O curso **IH08** funciona no turno Diurno Matutino: das 8h às 12h, de segunda-feira à sexta-feira.
- c) O curso **IH20** funciona no turno Noturno: das 18h às 22h, de segunda-feira à sexta-feira. Podendo, ambos, também funcionar aos sábados;
- d) Duração do curso: 4 (quatro) anos, em no mínimo de 8 (oito) e máximo de 12 (doze) semestre letivos .

3 – DIAGNÓSTICO DA ÁREA NO BRASIL E NO QUADRO GERAL DE CONHECIMENTOS

No Brasil, a *Área de História* adquiriu enorme importância na atualidade devido ao seu papel crítico na interpretação dos problemas e na análise das questões sociais contemporâneas, e, por outro, no domínio do conhecimento histórico. O profissional formado no Curso de Licenciatura em História, além de atuar na conscientização e formação de cidadãos ativos, pode exercer atividades em entidades públicas e privadas. Tais características, relacionadas ao trabalho do profissional da História em nosso País, enquadram-se no exercício da prática docente e da pesquisa científica.

No espaço da docência, da pesquisa e da difusão dos conhecimentos históricos, o profissional da História estabelece intercâmbios com outras áreas de conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento da crítica, da construção identitária e da cidadania. No âmbito da pesquisa científica, o profissional formado em História realiza investigações em arquivos históricos a partir do levantamento de dados em documentos de natureza diversa, uma tarefa que se caracteriza pelo



trabalho em uma dimensão multidisciplinar. Além disso, o campo profissional compreende instituições públicas e privadas de preservação do patrimônio histórico, museus e organizações não governamentais.

O Curso de Licenciatura em História obedece, em seu projeto pedagógico, aos conteúdos necessários à atuação profissional segundo a Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História e com fundamentos no parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001 que retificou o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001.

4 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

4.1 – Formação de Pessoal e Mundos do Trabalho

Os egressos do Curso de Licenciatura em História (IH08) e (IH20) veem atuando, preferencialmente, na Cidade de Manaus e nos demais municípios do Estado do Amazonas. Entretanto, em virtude do grande número de discentes provenientes de outros estados – tanto da Região Norte quanto de outras regiões brasileiras –, muitos deles vêm atuando em instituições em nosso País, especialmente, em estados como Roraima, Acre, Rondônia e Pará. A atuação destes egressos se dá, sobretudo, no campo da Educação em seus mais diferentes níveis, em escolas das redes públicas de ensino – estadual, municipal e federal –, assim como na rede privada de ensino. Atualmente, o Estado do Amazonas possui cerca de 1.000 (mil) escolas de Ensino Fundamental e Médio: em Manaus, 231 estaduais, 416 municipais, 226 particulares e 03 federais; nos demais municípios amazonenses, há 324 escolas estaduais, mais as municipais e as particulares. Além do campo do ensino, os egressos do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas têm destacada atuação em espaços de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, como museus, arquivos, centros de pesquisa, centros de documentação e demais instituições voltadas para a pesquisa histórica e/ou preservação de acervos – materiais e imateriais.

Além da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), existem outras instituições de ensino superior que oferecem cursos de História no Estado do



Amazonas. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e outras instituições de ensino superior – como os Institutos Federais de Ensino Superior – também recebem os profissionais formados pela UFAM em seus quadros docentes. Além dessas IES, Manaus possui vários museus, arquivos públicos e outras instituições – públicas e privadas –, onde esses egressos vêm atuando como profissionais.

4.2 –Regulamento e Registro da Profissão

O profissional formado em História pela UFAM será diplomado com uma licença para atuar como docente da rede básica de ensino, sendo amparado pela legislação referente à área educacional. A regulamentação da profissão de Históriador está em discussão no Congresso Nacional, aguardando votação na Câmara dos Deputados. O Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amazonas teve sua **Renovação de Reconhecimento** emitida no Diário Oficial da União n. 240, com a Portaria n. 796, de 15 de dezembro de 2016. Essa renovação tem validade para os próximos 10 anos, estendendo-se até dezembro de 2026.

4.3 – Campo de Atuação Profissional

O profissional egresso da UFAM poderá atuar em diferentes áreas: no magistério em todos os graus; prestar assessoria a programas culturais, aos de preservação de patrimônio histórico e às organizações não-governamentais vinculadas (ou não) à área educacional; dedicar-se à preparação de materiais didáticos e paradidáticos; desenvolver atividades de pesquisa em instituições culturais; prestar consultoria relativa ao campo de reflexão do profissional de História.

O campo de trabalho do profissional de História compreende órgãos públicos e privados, instituições de preservação do patrimônio histórico/ cultural, organizações não governamentais, museus, arquivos, etc. O Parecer CES nº 492/2001 atento a complexidade do mundo contemporâneo chama atenção para a intercomplementaridade de diversas profissões que necessitam ativamente do trabalho do profissional de História. Segundo o Parecer, além de professor, (...)



“(…) esse novo profissional precisa dialogar com arquitetos, urbanistas, arquivistas, museólogos, publicitários, web designers e outros tantos profissionais que também necessitam, para complementação das suas tarefas, do Históriador (...). É notório como o conhecimento histórico tem ocupado espaços na publicidade, nas produções televisivas, cinematográficas, jornalísticas, como empresas privadas e públicas têm se preocupado com organizações de memoriais etc.”.²

4.4 – Perfil do Profissional a ser formado

O egresso que pretendemos formar estará capacitado a pensar a História como uma perspectiva global de análise da sociedade na composição de uma interpretação crítica do presente. Ao analisar os fundamentos teóricos responsáveis pela construção do conhecimento histórico, o egresso terá condições de elaborar uma avaliação crítica dos problemas sociais e, a partir de valores condizentes com os interesses republicanos e democráticos, estabelecer diálogos profícuos entre a História e as demais Ciências Humanas.

Pensar a formação do profissional da área de história no mundo contemporâneo, como ressalta o Professor Josep Fontana, significa dizer que:

“o Historiador não achará resposta aos seus problemas específicos – à necessidade de manejar uma visão satisfatória do passado – se não trabalha, por sua vez, na crítica do presente e na invenção do futuro; se não renuncia a ser especialista o seu campo fechado, para converter-se num participante a mais numa tarefa comum, a que acode com a sua própria ferramenta”(FONTANA, 1998).

O egresso, dessa maneira, terá condições de elaborar uma análise histórica da sociedade a partir de diferentes perspectivas: movimentos sociais, trabalho, cidade, imaginário, etnia, gênero, classe social, cotidiano, economia e poder. Ao articular esses diversos pontos de vista em uma totalidade social, esse profissional estará apto para contribuir na elaboração de uma reflexão sobre a História e o ofício do Historiador no mundo contemporâneo.

² OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (2003-5). *Licenciatura em História, Bacharel em História, Históriador: desafios e perspectivas em torno do profissional*. ANPUH.



Deve esse profissional ser capaz, também, de compreender as diferentes modalidades de articulação entre informações e teoria de maneira crítica, tanto nas atividades de ensino como nas de pesquisa. Deve ser um profissional atento ao “fazer da História” e capaz de elaborar análises consistentes em sua dimensão de conhecimento cientificamente produzido e, ao mesmo tempo, atentas ao “fazer História” na multiplicidade da vida cotidiana dos indivíduos e das sociedades humanas organizadas no tempo.

A proposta geral do Curso de História é investir na formação do profissional de História em todas as suas dimensões, promovendo uma formação humanista, crítica e pautada pela reflexão, desenvolvendo competências e habilidades que possam ser aplicadas no campo do ensino, da pesquisa e/ou em demais áreas de atuação profissional. Nesse sentido, o profissional da área de História é compreendido como agente responsável pela construção, divulgação e preservação do saber histórico, com domínio efetivo das formas e mecanismos de produção desse conhecimento, na medida em que esse “graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de produção e difusão” (Cf. Parecer CES 492/2001).

No que diz respeito à formação do professor de História, o Curso objetiva a preparação de um docente com competências e habilidades para o pleno exercício da prática pedagógica, tendo o domínio sobre os instrumentos, as teorias, metodologias e experiências didáticas disponíveis na área do ensino de História. Esse processo deverá possibilitar um repensar permanente de seu trabalho na condição de educador e promover um diálogo constante, seja em pesquisa ou extensão, com a área do conhecimento escolar.

Como construtor do saber histórico, a ênfase nas atividades inerentes ao *métier* do Historiador é a principal característica na distribuição das temáticas disciplinares em suas mais diversas temporalidades, realizando uma aproximação definitiva entre o pensar e o fazer histórico, abordando o campo de pesquisa e suas metodologias/teorias de forma consistente.

Pensar em uma formação dessa natureza implica na adoção de estratégias de planejamento coletivo e sistemático que evitem redundâncias e lacunas na



formação dos alunos e que permitam o pluralismo de perspectivas – matriz do debate historiográfico – e também a preparação de um profissional dotado de autonomia intelectual, capaz de “fazer História”.

4.5 – Formas de Acesso ao Curso

São diversos os meios de ingresso para o interessado em cursar a Licenciatura em História na Universidade Federal do Amazonas, a saber:

1. ENEM - Sistema de Seleção Unificada:

É o critério de seleção para o preenchimento de 50% (cinquenta por cento) das vagas nos cursos de graduação. Os demais 50% das vagas são disponibilizadas para o Processo Seletivo Contínuo - PSC. As vagas a serem preenchidas por meio do ENEM/SISU obedecerão às condições dispostas em Edital, observados, ainda, os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

2. PSC – Processo Seletivo Contínuo:

É a forma de ingresso estabelecido pela Universidade Federal do Amazonas, criado pela Resolução 18/98, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), com alterações feitas pela Resolução 014/00. A seleção é feita em uma avaliação seriada e contínua nas três séries do ensino médio. 50% (cinquenta por cento) das vagas dos cursos da UFAM são reservadas para o PSC, sem caráter adicional, que serão preenchidas pelos candidatos selecionados. Todos os alunos do Ensino Médio, matriculados em escolas credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação, podem se inscrever. Os que forem reprovados serão automaticamente excluídos do PSC, exceto os da 1ª série. As inscrições são renovadas a cada etapa. Mais informações visite o site da Comissão Permanente de Concursos - COMPEC.

3. PSE - Processo Seletivo Extramacro:

É a forma de ingresso na Universidade Federal do Amazonas fora do Processo Seletivo Macro - PSM (antigo vestibular). O PSE será ofertado dependendo da disponibilidade de vagas, o processo também será previsto através do calendário Acadêmico. Através do Processo Seletivo Extramacro é disponibilizado três modalidades de ingresso, são elas: Reopção - (Transferência



de Curso Interno) é o processo de transferência do estudante da UFAM de um curso para outro, dentro da mesma área de conhecimento; Portador de Diploma - o portador de Diploma de Curso Superior poderá candidatar-se a outro curso da mesma área de estudos de sua graduação; Transferência Facultativa - A Transferência Facultativa é forma de Ingresso do estudante oriundo de outras Instituições de Ensino Superior, no decorrer do curso, desde que o Curso de origem esteja devidamente reconhecido e seja idêntico ou equivalente ao da UFAM e que o estudante haja concluído o mínimo de créditos/horas exigidos de acordo com o Edital.

4. Transferência Ex-Offício (Obrigatória)

É a Transferência definida na Lei nº 9.536, de 11/12/97 que regulamenta o Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20/12/96 (nova LDB), Portaria Ministerial nº 975/92, de 25/06/92 e resolução nº 12, de 02/07/94 do Conselho Federal de Educação. Esta modalidade transferência independe da existência da vaga e época atingindo o servidor público federal da administração direta ou indireta, autárquica, fundacional, ou membro das forças armadas, regidos pela lei nº 8.112, inclusive seus dependentes, quando requerido em razão de comprovada remoção ou transferência Ex-Offício. Esta transferência deverá implicar em mudança de residência para o município onde se situe a instituição recebedora ou para localidade próxima a esta, observadas as normas estabelecidas pelo CFE.

5. Programa de Estudante Convênio - PEC/G

O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC/G) constitui uma atividade de cooperação prioritariamente, com países em desenvolvimento, na forma de recursos humanos, possibilitando aos cidadãos de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos universitários no Brasil, em nível de graduação, através das instituições de ensino superior, brasileiras, participantes do referido Programa. O programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores por meio da Divisão de Cooperação Educacional do Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica(DCE/DCT/MRE)



e pelo Ministério da Educação por meio da Divisão de Assuntos Internacionais da Secretaria de Educação Superior(DAI/ SESu/MEC).

4.6 – Competências e Habilidades

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de História veiculadas no Parecer S/N do CNE / CES 492 /2001, de 03 de abril de 2001, mais as experiências acumuladas ao longo da trajetória dos cursos dessa natureza no Brasil, o profissional de história deverá ser capaz de:

1. Conhecer e diferenciar as interpretações históricas propostas pelas principais escolas historiográficas, visando com isso dominar o conhecimento sobre procedimentos teórico-metodológicos e as narrativas;
2. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e análise das relações sócio históricas;
3. Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
4. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
5. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz diferenciá-las e, sobretudo, de qualificar o que é específico do conhecimento histórico;
6. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e suas difusões não somente no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
7. Dominar os conteúdos básicos que são objetos de ensino-aprendizagem nos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior;
8. Ter competências para atuar no ensino de História, tanto no âmbito formal, como em práticas não formais de ensino, para produzir materiais pedagógicos e para refletir sobre as questões referentes ao ensino da História nos diferentes âmbitos e níveis em que ele se desenvolve;



9. Dominar os métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

10. Fazer uso de recursos didático-pedagógicos de Informática e de outras tecnologias.

4.7 – Objetivos do Curso

Objetivo Geral do curso é o de investir na formação do profissional de História em todas as suas dimensões, com competências e habilidades que possam ser aplicadas no campo do ensino, da pesquisa e/ou em demais áreas de atuação profissional. Nesse sentido, o profissional da área de História é compreendido como agente responsável pela construção, divulgação e preservação do saber histórico, com domínio efetivo das formas e mecanismos de produção desse conhecimento, na medida em que esse “graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de produção e difusão”

Especificamente, esse profissional deverá atuar:

- 1) No planejamento, na organização, na implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;
- 2) No exercício pleno do magistério nos níveis Fundamental, Médio e Superior, em suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- 3) Na elaboração de critérios de avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;
- 4) Em assessoria instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural.

4.8 – Regime Acadêmico e Prazo de Integralização Curricular

O Regime Acadêmico seguido pelo Curso de Licenciatura em História é semestral, sendo o ano letivo na UFAM constituído de dois períodos regulares de atividades acadêmicas que, no seu conjunto, devem perfazer um total de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos. Nesses 200 (duzentos) dias não é computado o tempo reservado às provas finais. Entre os períodos letivos



regulares, poderão ser oferecidos os períodos letivos especiais. Os períodos especiais, conhecidos, também, como cursos de férias, não podem ser inferiores a 30 (trinta) dias. As disciplinas oferecidas no período especial terão a mesma duração em horas-aula das oferecidas em período regular, porém ministradas em regime intensivo.

O Calendário Acadêmico, aprovado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, para cada ano letivo, fixa os prazos para a efetivação de todos os atos ou atividades acadêmicas a serem cumpridas em cada período letivo, como: matrícula em disciplinas, aproveitamento de estudos, trancamento de matrícula, início e término dos períodos letivos, provas finais etc.

O período para integralização do curso, considerando o fluxo normal do discente, será de 8 semestres (4 anos).

II – MATRIZ CURRICULAR

5 – Conteúdos curriculares

O processo de construção do novo Projeto Pedagógico do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas tem início no segundo semestre de 2015, período estabelecido pelo PPC anterior de 10 anos para nova reforma curricular. As discussões realizadas no âmbito dos conteúdos curriculares já sinalizavam para a incorporação de componentes curriculares em formato de disciplinas obrigatórias das temáticas relacionadas ao ensino de Libras, Áfricas e as relações étnico-raciais no Brasil, e História Indígena e do Indigenismo. De forma transversal, os componentes devem dialogar com a questão dos Direitos Humanos e a dimensão ambiental. Essa discussão ancorou-se, no seu aspecto legal, na Resolução n.02 de julho de 2015 e no parecer 02/2015, que orientavam para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica.

5.1 – Componentes ou Conteúdos Curriculares

O amadurecimento das discussões no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) levaram a compreensão de que a indissociabilidade teoria e



prática deveria permear o escopo da proposta. Nesse sentido, todos os componentes curriculares foram reelaborados por eixos estruturantes (Historiografias e Teoria da História; História do Brasil, História Indígena e História da Amazônia, História Antiga e Medieval; História Moderna, História da América e História das Áfricas; Ensino de História e Estágios), que sistematizaram reuniões e discussões no sentido de dar conta das demandas colocadas pela Resolução n.02 de 2015.

O avanço dessa proposta reside no compromisso de cada docente ministrar não apenas uma parte teórica das disciplinas, mas trabalhar também a parte prática. A partir do encaminhamento dessa proposta, foi possível pensar a estruturação do currículo conforme as novas demandas dos mundos do trabalho e de acordo com as mudanças no campo da história.

Disciplinas que eram ofertadas como optativas são agora incorporadas como obrigatórias, seguindo a legislação vigente. Novas disciplinas são criadas para dar conta dos diagnósticos feitos no último ciclo de aplicação do PPC, que apontavam para o fortalecimento de áreas como História da Amazônia, com a criação de Amazônia Contemporânea, e da Teoria da História com a criação de Teoria da História II.

Nos últimos dez anos, o perfil do egresso também tem passado por modificações. Isso se deve não apenas à reestruturação dos “mundos do trabalho”, com a ampliação do número de escolas da rede básica de ensino, mas a expansão do ensino superior a partir da criação da Universidade do Estado do Amazonas, com dois cursos de História situados no interior do Estado do Amazonas (Parintins e Tefé), os quais contam com quadro de professores de 60% de egressos da UFAM, bem como a criação de mais 13 unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas espalhadas pelos vários municípios do interior do Estado do Amazonas.

Articulado a esse aumento da demanda de profissionais da área, temos a perspectiva de continuação dos estudos de pós-graduação, quando em 2006 foi criado o Programa de Pós-graduação em História da UFAM em nível de Mestrado acadêmico. Nesses doze anos de atuação foram mais de cem mestres inseridos



nos “mundos do trabalho” a partir das suas diversas modalidades e níveis de ensino.

Essas transformações impactam na forma como pensamos o egresso do curso de História da UFAM, tendo no horizonte o compromisso com a formação continuada desse profissional nos níveis de Especialização, Mestrado e, no futuro próximo, o de Doutorado.

Ainda no campo da estruturação curricular, faz-se necessário apontar para o formato com poucos pré-requisitos, permitindo certa flexibilização do fluxo dos componentes. O princípio da interdisciplinaridade e o alinhamento das disciplinas foram pensados de modo a permitir o diálogo entre os conteúdos dentro de cada período acadêmico.

5.2 – Quadro da Estrutura Curricular – Núcleos

- **Núcleo de Formação Geral**

Resolução CNE/CES nº 2, de 1 de julho de 2015.	Disciplinas do Currículo Pleno – UFAM
Núcleo de Conteúdos de Formação Geral	Libras
	Psicologia da Educação
	Antropologia Cultural

- **Núcleo de Formação Específica**

Resolução CNE/CES nº 2, de 1 de julho de 2015.	Disciplinas do Currículo Pleno – UFAM
Aprofundamentos e Diversificação	Didática da História
	História Antiga Oriental
	História Antiga Ocidental
	História da Amazônia I
	História da Alta Idade Média



	Metodologia da História
	História da Amazônia II
	Metodologia do Ensino da História I
	História da Baixa Idade Média
	Teoria da História I
	História da Amazônia III
	Metodologia da Pesquisa em História I
	Metodologia do Ensino da História II
	História Moderna
	Teoria da História II
	História do Brasil Colonial

- **Núcleo de Formação Específica**

Resolução CNE/CES nº 2, de 1 de julho de 2015.	Disciplinas do Currículo Pleno – UFAM
Aprofundamentos e Diversificação	Metodologia da Pesquisa em História II
	Estágio Supervisionado I
	História da América I
	História do Brasil Imperial
	Historiografia Geral I
	Estágio Supervisionado II
	História Contemporânea I
	História da América II
	História do Brasil Republicano I
	Historiografia Geral II
	Estágio Supervisionado III



	História Contemporânea II
	História do Brasil Republicano II
	Historiografia Brasileira
	Estágio Supervisionado IV

- Núcleo de Formação Complementar – Disciplinas Optativas**

Resolução CNE/CES nº 2, de 1 de julho de 2015.	Disciplinas do Currículo Pleno – UFAM
Núcleo de Estudos Integradores	História das Áfricas
	História Indígena e do Indigenismo
	Trabalho de Conclusão de Curso I
	Trabalho de Conclusão de Curso II
Teoria e Metodologia da História	História e Historiografia das Mulheres Tópicos Especiais em História e Meio Ambiente História do Marxismo no Brasil História das Ideias Socialistas História e Literatura História e Periodismo História e Região História e Movimentos Sociais História e Tempo Presente História, Memória e Patrimônio História e Narrativa História Oral Leituras em Manuscritos dos Séculos XVII a XIX História e Documentação

- Núcleo de Formação Complementar – Disciplinas Optativas**

Resolução CNE/CES nº 2, de 1 de julho de 2015.	Disciplinas do Currículo Pleno – UFAM
---	--



História Moderna e Contemporânea História Regional	Cultura Ibérica História Econômica, Política e Social Geral História da Saúde e das Doenças na África Subsaariana
	História da Cultura Amazonense História Cultural da Amazônia História e Movimentos Sociais na Amazônia

- Núcleo de Formação Complementar – Disciplinas Optativas**

Resolução CNE/CES nº 2, de 1 de julho de 2015.	Disciplinas do Currículo Pleno – UFAM
Fronteiras do Conhecimento Histórico	Ciência Política Geografia Humana Epistemologia das Ciências Sociais Cultura Brasileira Teorias Antropológicas Etnologia Indígena Teoria do Conhecimento Introdução à Filosofia Filosofia e História
Historiografia	Introdução à História Historiografia Regional Historiografia Francesa Contemporânea
Formação do Professor	Sociologia da Educação Filosofia da Educação História da Educação Metodologia do Ensino Superior Didática Aplicada ao Ensino da História Políticas Educacionais Brasileiras Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico Formação do Profissional em História



Núcleo de Formação Complementar – Disciplinas Optativas

São oferecidas como opção de enriquecimento de currículo. São de escolha livre pelo discente, independentemente do curso no qual está matriculado, cursadas para ampliação de conhecimentos.

Sigla	Disciplina	Crédito	C. H.
IHH068	História e Literatura	4	60
IHH107	História e Historiografia das Mulheres	4	60
IHH131	Cultura Ibérica	4	60
IHH120	História da Amazônia	4	60
IHH063	História Cultural da Amazônia	5	75
IHH119	História da Cultura Amazonense	4	60
IHH130	História Econômica Política Social Geral	4	60
IHH140	História Econômica Política Social do Brasil	4	60
IHH062	História e Movimentos Sociais na Amazônia	4	60
IHH218	História, Memória e Patrimônio	4	60
IHH220	História Oral	4	60
IHH141	História e Periodismo	4	60
IHH240	Leitura Documental de Manuscritos – Séculos XVII a XIX	4	60
IHH029	Demografia Histórica	3	45
IHH030	Paleografia	3	45
IHH133	História da Saúde e das Doenças na África Subsaariana – Fontes e Métodos	4	60
IHH417	História da Medicina e da Saúde Pública no Brasil	4	60
IHH241	Tópicos Especiais em História e Cultura	4	60
IHH242	Tópicos Especiais em História Medieval	4	60
IHH243	Tópicos Especiais em História Moderna	4	60
IHH244	Tópicos Especiais em História Contemporânea	4	60
IHH245	Tópicos Especiais em História da Amazônia	4	60
IHH246	Tópicos Especiais em História do Trabalho e dos Trabalhadores no Brasil	4	60
IHH247	Tópicos Especiais em Ensino de História	4	60
IHH248	Tópicos Especiais em História Econômica	4	60
IHH249	Tópicos Especiais em História dos Movimentos Sociais	4	60
IHH250	Tópicos Especiais em História e Historiografia	4	60
IHH251	Tópicos Especiais em Teoria da História	4	60
IHH252	Tópicos Especiais em Direitos Humanos	4	60
IHH253	Tópicos Especiais em História e Meio	4	60



	Ambiente		
IHH254	Tópicos Especiais em História Política	4	60
IHH255	Tópicos Especiais em História e Documentação	4	60
IHH256	Tópicos Especiais em História Ibérica Moderna	4	60
IHH257	Tópicos Especiais em Cultura Política e Poder na América Portuguesa	4	60
IHH258	Tópicos Especiais em História das Áfricas	4	60
IHH259	Tópicos Especiais em História Antiga	4	60
IHH260	Tópicos Especiais em História e Literatura	4	60

5.3 - Quadro da Estrutura Curricular – Disciplinas Obrigatórias (Periodização)

PER	SIGLA	DISCIPLINA	PR	CR	C.H.
1º	IHP123	Libras	-	4.4.0	60
	FEF018	Psicologia da Educação	-	5.5.0	75
	IHS008	Introdução a Antropologia Cultural	-	4.4.0	60
	IHH166	Didática da História	-	4.3.1	75
	IHH167	História Antiga Oriental	-	4.3.1	75
SUBTOTAL				21	345
2º	IHH168	História Antiga Ocidental		4.3.1	75
	IHH169	História da Amazônia I		4.3.1	75
	IHH170	Histórias das Áfricas		4.3.1	75
	IHH171	História Indígena e do Indigenismo		4.3.1	75
3º	SUBTOTAL			16	300
	IHH172	História da Alta Idade Média		4.3.1	75
	IHH173	Metodologia da História		4.3.1	75
	IHH174	História da Amazônia II		4.3.1	75
	IHH175	Metodologia do Ensino da História I		4.3.1	75



4º	SUBTOTAL			16	300
	IHH176	História da Baixa Idade Média		4.3.1	75
	IHH177	História da Amazônia III		4.3.1	75
	IHH178	Historiografia Brasileira		4.3.1	75
	IHH179	Metodologia do Ensino da História II		4.3.1	75
5º	SUBTOTAL			16	300
	IHH180	História Moderna		4.3.1	75
	IHH183	História da América I		4.3.1	75
	IHH196	História do Brasil Colônia		4.3.1	75
	IHH197	Metodologia da Pesquisa em História I		4.3.1	75
	IHH198	Estágio Supervisionado I		3.0.3	90
6º	SUBTOTAL			19	390
	IHH199	Teoria da História I		4.3.1	75
	IHH225	História do Brasil Imperial		4.3.1	75
	IHH226	História da América II		4.3.1	75
	IHH227	Estágio Supervisionado II	IHH198	4.0.4	120
	IHH228	Metodologia da Pesquisa em História II		4.3.1	75
7º	SUBTOTAL			20	420
	IHH229	História Contemporânea I		4.3.1	75
	IHH230	Teoria da História II		4.3.1	75
	IHH231	História do Brasil Republicano I		4.3.1	75
	IHH232	Historiografia Geral I		4.3.1	75
	IHH233	Estágio Supervisionado III	IHH227	3.0.3	90
	IHH234	Trabalho de Conclusão de Curso I	IHH197	2.0.2	60



8º	SUBTOTAL			21	450
	IHH235	História Contemporânea II		4.3.1	75
	IHH236	História do Brasil Republicano II		4.3.1	75
	IHH237	Estágio Supervisionado IV	IHH233	4.0.4	120
	IHH238	Historiografia Geral II		4.3.1	75
	IHH239	Trabalho de Conclusão de Curso II	IHH234	2.0.2	60
	SUBTOTAL			18	405
TOTAL			147	2.910	



5.4 – Matriz Curricular -

1º Período	História da Antiguidade Oriental 45+30=75h	Didática da História 45+30=75h	Libras 60h	Introdução a Antropologia Cultural 60h	Psicologia da Educação 75h
2º Período	História da Antiguidade Clássica 45+30=75	Optativa1 60h	História da Amazônia I 45+30=75h	História Indígena e do Indigenismo 45+30=75h	História das Áfricas 45+30=75h
3º Período	História da Alta Idade Média 45+30=75h	Metodologia da História 45+30=75	História da Amazônia II 45+30=75h	Optativa2 60h	Metodologia do Ensino da História I 45+30=75h
4º Período	História da Baixa Idade Média 45+30=75h	Optativa3 60h	História da Amazônia III 45+30=75	Historiografia Brasileira 45+30=75h	Metodologia do Ensino da História II 45+30=75h
5º Período	História Moderna 45+30=75h	História da América I 45+30=75h	História do Brasil Colônia 45+30=75h	Metodologia da Pesquisa em História I 45+30=75h	Estágio Supervisiona do I 90h
6º Período	História da América II 45+30=75h	Teoria da História I 45+30=75h	História do Brasil Imperial 45+30=75h	Metodologia da Pesquisa em História II 45+30=75h	Estágio Supervisiona do II 120h
7º Período	História Contemporânea I 45+30=75h	Teoria da História II 45+30=75h	História do Brasil Republicano I 45+30=75h	Historiografia Geral I 45+30=75h	Estágio Supervisiona do III 90h
8º Período	História Contemporânea II 45+30=75h	Optativa 4 60h	História do Brasil Republicano II 45+30=75h	Historiografia Geral II 45+30=75h	Estágio Supervisiona do IV 120h



5.5 – Disciplinas por semestre – impar

1º Período	História da Antiguidade Oriental 45+30=75h	Didática da História 45+30=75h	Libras 60h	Introdução Antropologia Cultural 60h	Psicologia da Educação 75h
3º Período	História da Alta Idade Média 45+30=75h	Metodologia da História 45+30=75	História da Amazônia II 45+30=75h	Optativa 2 60h	Metodologia do Ensino da História I 45+30=75h
5º Período	História Moderna 45+30=75h	História da América I 45+30=75h	História do Brasil Colônia 45+30=75h	Metodologia da Pesquisa em História I 45+30=75h	Estágio Supervisionado I 90h
7º Período	História Contemporânea I 45+30=75h	Teoria da História II 45+30=75h	História do Brasil Republicano I 45+30=75h	Historiografia Geral I 45+30=75h	Estágio Supervisionado III 90h



5.6 – Disciplinas por semestre – par

2º Período	História da Antiguidade Clássica 45+30=75	Optativa 1 60h	História da Amazônia I 45+30=75h	História Indígena e do Indigenismo 45+30=75h	História das Áfricas 45+30=75
4º Período	História da Baixa Idade Média 45+30=75h	Optativa 3 60h	História da Amazônia III 45+30=75	Historiografia Brasileira 45+30=75	Metodologia do Ensino da História II 45+30=75
6º Período	História da América II 45+30=75h	Teoria da História I 45+30=75h	História do Brasil Imperial 45+30=75h	Metodologia da Pesquisa em História II 45+30=75h	Estágio Supervisionado II 120h
8º Período	História Contemporânea II 45+30=75h	Optativa 4 60h	História do Brasil Republicano II 45+30=75h	Historiografia Geral II 45+30=75h	Estágio Supervisionado IV 120h



5.7 – Quadro Sinóptico da Composição Curricular

QUADRO SINÓPTICO DA MATRIZ CURRICULAR	CH	CR
Disciplinas Obrigatórias	2.370	129
Estágio Curricular Supervisionado – ECS	420	14
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	120	4
Subtotal: Carga Horária Teórica e Prática	2.910	147
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC	200	-
Disciplinas Optativas	240	16
Total	3.350	163

5.8 – Quadro Geral da Integralização Do Curso

Número de Períodos		Créditos por Período		Créditos Exigidos		Carga Horária Exigida	
Máx	Mín	Máx	Mín	Obrigatórios	Optativos	Obrigatória	Optativa
12	08	26	02	147	16	2.910	240



5.9 EMENTÁRIO:

5.9.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

PRIMEIRO PERÍODO

Sigla FEF018	Disciplina Psicologia da Educação	Crédito 5	C.H. 75
Ementa:			
Conceito de Psicologia Educacional. Crescimento e desenvolvimento. Aprendizagem como processo e como atividade. Ajustamento e Motivação.			
Objetivos:			
Entender como os princípios psicológicos relacionam-se com a educação e com o processo de ensino-aprendizagem bem como reconhecer que tais princípios contribuem para a formação do educador. Identificar as teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, apropriar-se de seus conceitos além de perceber suas contribuições para as ações educativas			
Bibliografia Básica:			
MCGURK, HARRY – Crescimento e Mudanças. Zahar Editora, Rio de Janeiro ERIKSON, Erik H. <i>Identidade, Juventude e Crise</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1972. PIAGET, JEAN. Crianças e Adolescentes. Zahar Editores, Rio de Janeiro. MASLOW, ABRAHAM H. – Introdução à Psicologia do Ser. Coleção Ânima., Livraria Eldorado Ltda. Rio de Janeiro			



Sigla IHP123	Disciplina Língua Brasileira de Sinais B	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
História, Fundamentos e Teorias da Educação de Surdos; Pedagogia Surda/Visual; Parâmetros da Libras; noções básicas de linguística da Libras; Conteúdos básicos de Libras; As legislações e o sujeito Surdo; Mitos sobre a surdez, pessoa surda e Língua de Sinais; Cultura surda e artefatos culturais; Identidades surdas.			
Objetivos:			
<p>Construir conhecimentos acerca da Língua Brasileira de Sinais, do ser Surdo, quebrando o estigma da deficiência, através do reconhecimento da sua Língua, da sua Cultura, das suas Identidades, e Pedagogias Surda/Visual.</p> <p>Reconhecer as Libras como Língua (e não como mera linguagem dos gestos), compreendendo que esta se encontra no mesmo status das línguas orais;</p> <p>Conhecer os mitos existentes sobre as linguagens de sinais, o Ser Surdo, e a Surdez que permeiam o imaginário ouvinte;</p> <p>Compreender a educação de surdos e as conquistas do movimento surdo;</p> <p>Compreender os processos da pedagogia Surda/Visual;</p> <p>Conhecer a legislação brasileira no que diz respeito às pessoas surdas;</p> <p>Conhecer as terminologias específicas em Libras na(s) área (s) de formação da turma;</p> <p>Dialogar, em nível básico na Libras, na tentativa de conversação e interação educativa com as pessoas surdas.</p>			
Bibliografia:			
<p><u>BÁSICA</u></p> <p>BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.</p> <p>_____. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: Sinais de M a Z. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.</p> <p>FELIPE, Tania A. MONTEIRO, Myrna S. Libras em contexto: curso básico: livro do aluno. 5 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SÁ, Nidia Regina Limeira de. Educação de surdos: a caminho do bilinguismo. Niterói: EDUFF, 1999.</p> <p>_____. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: EDUA, 2002.</p> <p>_____. Surdos qual escola? Manaus: EDUA/VALER, 2011.</p> <p>SKLIAR, Carlos. (org.) A surdez, um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>PE STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.</p> <p>Di THOMA, Adriana da Silva. LOPES, Maura Corcini (orgs.) A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.</p> <p>htt s/2</p> <p><u>COMPLEMENTAR</u></p> <p>VI</p> <p>ALBRES, Neiva de Aquino. Surdos & inclusão educacional. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2010.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.</p> <p>Di _____. Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2012.</p> <p>Di QUADROS, Ronice Müller de (org.) Estudos Surdos I. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/ParteA.pdf e http://www.editora-arara-azul.com.br/ParteB.pdf</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. PERLIN, Gladis. (org.) Estudos Surdos II. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007. Disponível em: http://editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. PERLIN, Gladis. (org.) Estudos Surdos III. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008. Disponível em: http://editora-arara-azul.com.br/estudos3.pdf</p> <p>QUADROS, Ronice Müller. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. Disponível em : https://libras.ufsc.br/educacao-de-surdos-a-aquisicao-da-linguagem/</p>			



PERLIN, Gladis. STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Florianópolis: UFSC. 2008.
Disponível em:
http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXTO_BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf
VILHALVA, Shirley. **Pedagogia Surda**. Petrópolis, RJ: Arara Azul. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo8.pdf>
Dicionário virtual de apoio: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>
Dicionário virtual de apoio: <http://www.dicionariolibras.com.br/>

Sigla IHS008	Disciplina Introdução a Antropologia Cultural	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Surgimento e desenvolvimento da Antropologia: Antropologia e colonialismo. Teoria e pesquisa em Antropologia – objetivo, método e técnica. A Antropologia nos estudos de organização social, estrutura econômica, estrutura política e sistemas de representação.			
Objetivos:			
a) Possibilitar aos alunos os primeiros contatos com a Antropologia: seu objeto de análise, seu nascimento e desenvolvimento como disciplina científica; b) Apresentar as principais escolas antropológicas, os modelos teórico-metodológicos e seus mais importantes autores; c) Abordar os principais conceitos empregados pela disciplina no seu esforço de compreender e elaborar sobre a realidade sócio-cultural, as estruturas sócio-políticas e a produção simbólica; d) Possibilitar a compreensão e o exercício da observação participativa e das bases de uma antropologia reflexiva. Estabelecer pontos de diálogo com o curso de psicologia através das referências contidas na bibliografia.			
Bibliografia Básica			
BENEDICT, Ruth – “La diversidad de culturas” pp.26-46; “La integración de la cultura”. pp. 47-56. Em: El hombre y la cultura. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971. CASTRO, Celso <i>Apresentação</i> p. 7 – 40. Em: Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer, Rio de Janeiro, Zahar, 2009. _____. A ciência da cultura p. 69 -99. Em: Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer, Rio de Janeiro, Zahar, 2009. EVANS, Marc 2006 Um certo olhar <i>Snow Cake</i> Filme. 112 min. Canadá/Inglaterra: Revolution Films / Rhombus Media, 2006. FOOTE-WHYTE, William- “Treinando a observação participante”, in: A. Z. Guimarães (org.), <i>Desvendando máscaras sociais</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975 p. 77-86. FREUD, Sigmund – Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos.. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.			



HERSKOVITS, Melville J.,. “Origens da cultura e evolução cultural”, in: *Antropologia cultural (Man and his works)*, tomo II, 2a. parte. São Paulo: Mestre Jou, pp. 269-288(1948) 1973.

LAPLANTINE, François- “A pré-história da antropologia” e “O século XVIII: a invenção do conceito de homem”, in: *Aprender antropologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, pp. 37-62, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude-“Raça e História”, in: *Antropologia Estrutural* Dois, pp. 328-363, (1973), 1993.

ALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução: Tema, método, objetivo desta pesquisa” (p. 17-34). Em: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. SP: Abril Cultural, 1984.

_____ “Características essenciais do kula” (p. 71 – 86). Em: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. SP: Abril Cultural, 1984.

MAUSS, Marcel Uma categoria do Espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. Em: *Sociologia e Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo, 2003

ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, in *Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), p. 227-310 (1754-55) 1983.

Sigla IHH166	Disciplina Didática da História	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
A relação teórico-prática na formação do/a professor/a de História. Reflexão sobre as contribuições da pesquisa para a construção do saber em didática da História. Planejamento e avaliação do ensino de História de forma crítica. A sala de aula como objeto de análise: objetivos, conteúdos, organização.			
Objetivos:			
Compreender os pressupostos teóricos e metodológicos do ensino de história, articulando-os aos processos do ensinar e aprender História, à pesquisa e à reflexão sobre métodos e experiências didáticas, bem como, os conteúdos que nortearão a prática no Ensino Fundamental e Médio.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
FONSECA, Selva G. Didática e Prática de ensino de História. Campinas: Papirus. 2003.			
RÜSEN, Jörn. História viva. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.			
SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. BARCA. Isabel. MARTINS, Estevão de Rezende. Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Editora UFPR, 2010.			



Bibliografia Complementar:

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 29-42, 1990.

BITTENCOURT, Circe (Organizadora). O Saber Histórico na sala de aula. 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CUESTA FERNANDEZ, Raimundo. El código disciplinar de la historia. Tradiciones, discursos y prácticas sociales de la educación histórica en España (siglos XVIII-XX). 1997. Tese (Doutorado) - Universidad de Salamanca, Salamanca.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Thais N. de L. Ver para compreender: arte, livro didático e história da nação. In: SIMAN, Lana M. C.; FONSECA, Thais N. de L. Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora UnB, 2007a.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SILVA Marcos & FONSECA Selva G. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas, SP: Papirus, 2007.

Sigla IHH1167	Disciplina História da Antiguidade Oriental	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Introdução ao conceito de Antiguidade Oriental: desafios na delimitação da região e das balizas cronológicas, diversidade das fontes disponíveis e relevância do estudo da área. Ênfase no estudo das sociedades do Crescente Fértil (Egito, Mesopotâmia e região do Levante): suas especificidades e interações; transição do Neolítico à “revolução urbana”; seu pioneirismo no desenvolvimento da escrita, da organização de cidades e da noção de Estado. Formação dos primeiros impérios mesopotâmicos e monumentalização das cidades. Formação, centralização e longa duração do Estado Faraônico; relações e interdependência entre religião e política. Especificidade do povo de Israel e seu monoteísmo, importância e limitações da Bíblia como fonte histórica. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Desenvolver com os alunos os elementos necessários que o ajudem a formular reflexões críticas sobre os processos históricos nas sociedades da Antiguidade Oriental através da revisão crítica da historiografia tradicional e dos debates mais recentes. Discutir e questionar as apropriações da antiguidade oriental pela			



tradição europeia com o intuito de entender também as divisões geográficas e conceituais entre Oriente e Ocidente e seus desdobramentos epistemológicos. Introduzir a análise documental através da leitura de documentos selecionados, demonstrando sua riqueza, suas lacunas e as múltiplas possibilidades de interpretação. Enfatizar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, apontando problemas e desafios na criação de um currículo para a educação básica. Debater a importância da Antiguidade para o desenvolvimento de um pensamento crítico, que leve em conta a historicidade e as experiências de alteridade.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, E. Escrito para a Eternidade: A Literatura no Egito Faraônico. Brasília: UNB, 2000.

ASHERI, David. O Estado Persa. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

BOTTÉRO, Jean. No começo eram os deuses. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DAVID, Rosalie. Religião e Magia no Antigo Egito. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GRIMAL, Nicholas. História do Egito Antigo. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

LIVERANI, Mário. Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia. São Paulo: EDUSP, 2016.

LIVERANI, Mario. Para além da Bíblia: História antiga de Israel. São Paulo: Paulus Editora/Edições Loyola, 2008.

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, E. **Escrito para a Eternidade**: A Literatura no Egito Faraônico. Brasília: UNB, 2000.

BOTTÉRO, Jean. Nascimento de Deus: **A Bíblia e o Historiador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BOUZON, Emanuel. **Contratos Pré-Hammurabianos do Reino de Larsa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. **O Código de Hammurabi**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Ática, 2007.

FISCHER, Steven Roger. **História da Escrita**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

GRIMAL, Nicholas. **História do Egito Antigo**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MAZOYER, M. **História das agriculturas do mundo**: no neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MELLA, Federico A. Arbório. **Dos Sumérios a Babel**- Mesopotâmia: História, civilização e cultura. Hemus: São Paulo, 2016.

REDE, Marcelo. **Família e Patrimônio na Antiga Mesopotâmia**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



SEGUNDO PERÍODO

Sigla IHH169	Disciplina História da Amazônia I	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Estado do Maranhão e Grão-Pará na Monarquia Hispânica. Processos de ocupação territorial e conquista colonial (século XVII e XVIII). Igreja, religião e controle social. Economia e formas de trabalho livre e escravo (africano e indígena). Política metropolitana e poderes locais. Sociedade e cotidiano na América portuguesa; O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina assim como os Direitos Humanos e respeito a diversidade étnico-cultural.			
Objetivo			
Aprofundar o conhecimento da história e historiografia relativa à Amazônia colonial.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: SAMPAIO, Patrícia Melo. Espelhos partidos: Etnia, legislação e desigualdade na colônia. Manaus: EDUA, 2012. SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo das conquistas do norte: Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751–1780). São Paulo: Annablume, 2011. UGARTE, Auxiliomar Silva. Sertões de bárbaros: O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI–XVII). Manaus: Valer, 2009			
Bibliografia Complementar: ALONSO, José Ruiz Peinado; CHAMBOLEYRON, Rafael (Organizadores). T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII e XXI), Belém: Açaí, 2010. CARDOSO, Alírio. Amazônia na Monarquia Hispânica. São Paulo: Alameda, 2017. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos. Poder, magia e religião na Amazônia colonial. Curitiba: CRV, 2017. DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (Organizadores). Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2003. MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. Fé e Império: As juntas das missões nas conquistas portuguesas. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2009.			

Sigla IHH171	Disciplina História Indígena e do Indigenismo	Crédito 4	C.H 75
-------------------------------	--	----------------------------	-------------------------



Ementa
Conceituação da História Indígena e História do Indigenismo. A emergência do passado dos povos indígenas no Brasil como uma problemática do Historiador. A construção das bases de uma nova História Indígena e do Indigenismo: para além do fatalismo, da violência e novas dimensões da resistência. Diálogos na Fronteira: Arqueologia e História e História Indígena. Os estudos dos agentes, agências, identidade, sentidos étnicos, etnopolítica, cosmopolítica e os mundos do trabalho. Legislação Educacional e as Novas Estratégias de Ensino da História Indígena e do Indigenismo.
Objetivo
Fazer um balanço historiográfico relativo à História Indígena e do Indigenismo no Brasil, a partir de um enfoque interdisciplinar e tendo como eixo articulador as transformações metodológicas e conceituais que impactaram esse campo de estudo nos últimos 50 anos.
Bibliografia
ALBERT, Bruce, RAMOS, Alcida (Organizadores). <i>Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico</i> . São Paulo: Unesp/ Paris: IRD, 2002. ALMEIDA, Maria Celestino de. <i>Os índios na História do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. CUNHA, Manuela Carneiro (Organizadora). <i>História dos Índios no Brasil</i> . São Paulo: Cia das Letras, 1994.
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. <i>Metamorfoses indígenas: identidade e culturas nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro</i> . Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. CARVALHO JR. Almir Diniz de. <i>Índios Cristãos: poder, magia e religião na Amazônia Colonial</i> . Curitiba: Editora CRV, 2017. HENRIQUE, Marcio Couto. <i>Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX</i> . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. MONTEIRO, John. <i>Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1994. WRIGHT, Robin. <i>História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro</i> . São Paulo: ISA, 2005.

Sigla IHH170	Disciplina História das Áfricas	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Estudo das dinâmicas históricas e socioculturais das sociedades africanas compreendidas entre os séculos XV e XXI. Formações sociais africanas anteriores ao surgimento do tráfico atlântico. Estruturas políticas e econômicas das regiões que estavam inseridas em contextos sociais mais amplos, nas áreas próximas ao Saara, África Ocidental, África Central e o circuito de trocas com a costa Oriental. Processos de formação e consolidação dos estados nacionais e dos movimentos sociais contemporâneos. Ensino de História da África para a formação da			



cidadania e educação das relações étnico-raciais.

Objetivos

Compreender a inserção de várias regiões do continente africano nas rotas comerciais, terrestres e atlânticas, destacando suas dinâmicas internas, externas e suas inter-relações. Identificar processos históricos, dinâmicas sociais e culturas no contexto colonial e pós-colonial e analisar a relevância do ensino da história da África visando oferecer subsídios para a prática pedagógica e a valorização da educação das relações étnico-raciais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

COOPER, Frederick. Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização - (História e Sociedade; 14). Lisboa: Edições 70, 2016

FAGE, J. D. História da África. Coleção História Narrativa. Lisboa: Edições 70, 2013

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Vol. I e II. Coleção Biblioteca Universitária. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

M'BOKOLO, Elikia – África negra. História e civilizações. Tomo I (até o século XVIII) e Tomo II (do século XIX aos nossos dias). Salvador / São Paulo: EDUFBA / Casa das Áfricas, 2009.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Teresa (org.). Moçambique na I Guerra Mundial. Diário do Alferes Alves Correa de Araújo, 1917-1918. Famalicão: Edição Humus, Lda, 2015.

CANDIDO, Mariana. An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela and Its Hinterland. Cambridge: Cambridge University Press, 2013

CAPELA, José. O tráfico de escravos nos portos de Moçambique. 1717-1904. 2ª Edição Refundida. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida & NASCIMENTO, Washington Santos (Organizadores). Intelectuais das Áfricas. São Paulo: Pontes Editores, 2018.

FERREIRA, Roquinaldo. Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World. Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 2012

JANZEN, John M, FEIERMAN, Steven. The social basis of health and healing in Africa. Berkeley, Los Angeles, London: Ed. California University, 1992.

PELLISSIER, René. História de Moçambique. Formação e oposição 1854-1918. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

RIBEIRO, Antônio Pinto. África, os quatro rios. A representação de áfricas através da literatura de viagens europeia e norte-americana. Porto: Edições Afrontamento, 2017.

SAPEDE, Thiago C. Muana Congo, Muana Nzambi a Mpungu: Poder e Catolicismo no Reino do Congo Pós - restauração (1769 - 1795). São Paulo: Alameda, 2014.

SOUZA, Marina de Mello. Além do Visível: Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2018.

VAKIL, Abdoolkarim; MONTEIRO, Fernando Amaro; MACHAQUEIRO, Mário Artur. Moçambique: memória falada do Islão e da guerra. Coimbra: Editora Almedina,



2011.

Sigla IHH168	Disciplina História Antiga Ocidental	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
<p>Introdução ao conceito de Antiguidade Ocidental: formação da disciplina, apropriações europeias e modernas do mundo Greco-romano, críticas ao eurocentrismo e novas possibilidades de análise. Periodizações, demarcações geográficas e diversidade documental. Tradição clássica, arqueologia, historiografia tradicional e debates recentes. Dos reinos micênicos às cidades-estados, formação de impérios universais, rompimento e aproximações com o Oriente. A cultura e a sociedade da pólis: sofisticação política, ênfase na liberdade e seus paradoxos. O conceito de helenismo e helenização e os debates sobre a formação de uma cultura comum (ideia de ecúmeno) e sincrética: resistências, choques entre povos e intercâmbios culturais através da língua grega, fortalecimento das redes mediterrânicas. Roma: de cidade a Império, unidade política e diversidade cultural, Roma e as províncias, processos de integração e resistências, debates sobre os conceitos de romanização e romanocentrismo. Antiguidade tardia ou fim do mundo clássico? O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.</p>			
Objetivos			
<p>Desenvolver com os alunos os elementos necessários que o ajudem a formular reflexões críticas sobre os processos históricos nas sociedades da Antiguidade Ocidental através da revisão crítica da historiografia tradicional e dos debates mais recentes. Discutir e questionar as diferentes apropriações da antiguidade clássica pelos povos europeus e demonstrar o afastamento das perspectivas eurocêntricas, através da ênfase na diversidade, nas resistências e no enfoque nas experiências periféricas. Entender as divisões geográficas, cronológicas e conceituais entre Oriente e Ocidente e seus desdobramentos epistemológicos. Introduzir a análise documental através da leitura de documentos selecionados, demonstrando sua riqueza, suas lacunas e as múltiplas possibilidades de interpretação e análise. Enfatizar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, apontando problemas e desafios na criação de um currículo para a educação básica. Debater a importância da Antiguidade para o desenvolvimento de um pensamento crítico, que leve em conta a historicidade e as experiências de alteridade.</p>			
Bibliografia			
<p>Bibliografia Básica: BEARD, Mary. SPQR: Uma história da Roma Antiga. São Paulo: Planeta, 2017. GUARINELLO, Norberto Luiz. História Antiga. São Paulo: Editora Contexto, 2013. LEFÈVRE, François. História do mundo grego antigo. São Paulo: Martins Fontes, 2013. SCHIAVONE, Aldo. Uma História Rompida: Roma antiga e Ocidente moderno. São Paulo: Edusp, 2005. VERNANT, Jean-Pierre. As origens do Pensamento Grego. Rio de Janeiro: DIFEL,</p>			



2010.

WOOLF, Greg. *Roma: A História de um Império*. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

Bibliografia Complementar:

ABULAFIA, David. **O Grande Mar: Uma História Humana do Mediterrâneo**. São Paulo: Objetiva, 2013.

CABANES, Pierre. **Introdução à História da Antiguidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CANFORA, Luciano. **O mundo de Atenas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FINLEY, Moses. **Os gregos antigos**. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Política no mundo antigo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade Clássica**. A História e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2004.

GRANDAZZI, Alexandre. **As origens de Roma**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GREEN, Alexandre, **o Grande: e o período helenístico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

HARTOG, François. **Os Antigos, o Passado e o Presente**. Brasília: Editora da UnB, 2003.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JONES, Peter V. **O Mundo de Atenas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Pp. 201-249.

LEÃO, Delfim. **A globalização no mundo antigo: do polites ao kosmopolites**. São Paulo: Annablume Clássica, 2013.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

SCHIAVONE, Aldo. **Uma História Rompida: Roma antiga e Ocidente moderno**. São Paulo: Edusp, 2005.

TRABULSI, José A. Dabdab. **Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Pensamento entre os Gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **As origens do Pensamento Grego**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

VEYNE, Paul. **Pão e circo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

TERCEIRO PERÍODO

Sigla IHH172	Disciplina História da Alta idade Média	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
A noção de Idade Média; a desintegração do Império Romano no Ocidente e sua			



nova configuração política; a ruralização e o declínio do escravismo no Ocidente; o Cristianismo: consolidação e expansão no Ocidente; O Império Carolíngio e a formação da Europa; os primórdios da ordem feudal; mundos paralelos: o Islã e o Império Bizantino.

Objetivos

Proporcionar aos alunos os elementos necessários para a compreensão, análise e reflexão sobre os processos formadores da sociedade medieval, esclarecendo as relações estabelecidas entre eles e descrevendo sua dinâmica ao longo do período estudado (séculos V-X).

Bibliografia

BALARD, Michel, GENET, Philippe Genet e ROUCHE, Michel. *A Idade Média no Ocidente*. Lisboa: Don Quixote, 1994 (Paris, 1990).

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006 (Paris, 2004).

BROWN, Peter. *The World Of Late Antiquity*. New York/London: Norton & Company, 1989. (Londres, 1971).

FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. Bauru: EDUSC, 2004 (Paris, 1999).

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa: 1983 (Paris, 1964).

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002 (Paris, 1999).

Bibliografia Complementar

BACKMAN, Clifford R. *The Worlds of Medieval Europe*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2009.

BROWN, Peter. “Antiguidade Tardia” IN ARIES, Philippe e DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Vol. I pp. 225-299. (1995).

COLLINS, Roger. *Early Medieval Europe (300-1000)*. Hampshire/New York: Palgrave, 1999 (1991).

FOURACRE, Paul (Ed.) *The New Cambridge Medieval History, Vol. I, c. 500-700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994 (1991).

LE GOFF, Jacques. Em *Busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (Paris, 2003).

LE GOFF, Jacques. *A História deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora UNESP, 2014.

LITTLE, Lester K. e ROSENWEIN, Barbara. *Debating The Middle Ages*. Oxford: Blackwell, 2004 (1998).

McEVEDY, Colin. *Atlas da História Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (Londres, 1961).



MORSEL, Joseph. *L'Histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat...* Paris: LAMOP/Paris I, 2007.

PIRENNE, Henri. Maomé e Carlos Magno. Lisboa: Edições Asa, 1992 (1937).

SMITH, Julia. *Europe After Rome: a new cultural history – 500/1000*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

TODD, Malcolm. *The Early Germans*. Oxford: Blackwell, 2004 (1992).

WELLS, Colin. *De Bizâncio Para o Mundo: a saga de um império milenar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 (2006).

*Os parênteses assinalam o ano e o lugar da primeira edição dos livros mencionados.

Sigla IHH175	Disciplina Metodologia do Ensino da História I	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
História e historiografia do ensino de História na Educação Básica. Políticas educacionais e diretrizes curriculares e organizacionais no ensino de História (inclusive as atuais): fundamentos, conteúdos e práticas. Atividades teórico-práticas de pesquisa e análise das propostas e diretrizes oficiais de Ensino de História e sua repercussão nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.			
Objetivos			
Compreender o processo histórico de formação da área do ensino de História em diálogo com uma análise crítica das diferentes políticas educacionais e mudanças curriculares e organizacionais relativas ao ensino dos conteúdos históricos na Educação Básica.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
ABREU, Martha, SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. Cultura política e cultura do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: FAPERJ, 2007.			
BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003. FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. 13.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 175 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico)			
FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História & ensino de história. 4. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017. 134 p. (História & Reflexões)			
Bibliografia Complementar:			
DAVIES, Nicholas (Org.). Para além dos conteúdos no ensino de história. Niterói, RJ: EdUFF, 2000.			
FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1999.			
FONSECA, Selva Guimarães. Ser professor no Brasil: história oral de vida. Campinas, SP: Papirus, 1997. 230 p. (Magistério. Formação e trabalho pedagógico).			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática			



educativa. 51. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2015.

PINSKY, Jaime. O Ensino de história e a criação do fato. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 109 p. (Repensando o ensino)

SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria F. B., GOUVEIA, Maria de F. S. Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Sigla IHH174	Disciplina História da Amazônia II	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Historiografia da Amazônia (séculos XIX e XX). Do Estado do Grão-Pará e Rio Negro à Província do Amazonas. As Cabanagens na Amazônia. Mundos do Trabalho na Amazônia do Oitocentos (Corpo de Trabalhadores; Escravidão; (I)migração); Economia, Sociedade e os Mundos do Trabalho no contexto da economia gomífera. A crise do extrativismo da borracha e a reorganização da economia e sociedade: novas dinâmicas campo-cidade. O Ensino de História e os temas educacionais relacionados a disciplina assim como a Dignidade Humana e o Direito à vida.			
Objetivos			
Proporcionar aos alunos os elementos necessários à compreensão crítica das principais abordagens historiográficas, buscando apreender as linhas centrais do processo de formulação e consolidação da economia e da sociedade na Amazônia a partir do eixo trabalho para o período que se estende das décadas iniciais do século XIX às décadas iniciais do século XX, bem como as estratégias de problematização e ensino desses temas e problemas.			
Bibliografia			
Bibliografia Bás			
DAOU, Ana Maria. A cidade, o teatro e o “paiz das seringueiras”. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.			
FULLER, Claudia Maria. O Corpo de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 03, n.06, julho -dezembro de 2011. pp.52-66.			
HARRIS, Mark. Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil (1798-8140). São Paulo: Editora da Unicamp, 2017.			
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A Conquista do Vale Amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades do trabalho compulsório. In: O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação das alteridades. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.			
PINHEIRO, Maria Luiza, PINHEIRO, Luís B. S. Peixoto. Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). São Paulo: Paco Editorial, 2017.			
Bibliografia Complementar:			
CHAMBOLEYRON, Rafael. O Estado do Maranhão e Pará: territorialidades e ocupação. (No prelo).			



DIAS, Ednéa Mascarenhas. Manaus: A ilusão do Fausto(1890-1920). Manaus: Valer, 1999.

LEAL, Davi Avelino. Direitos e Processos Diferenciados de Territorialização: os conflitos sociais pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932). Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, 2013.

PINHEIRO, Luiz Balkar S.P. De Vice-Reino à Província: tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira. In: Revista SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos. Manaus: V.01, n.01, 2000.

QUEIROZ, Jonas Marçal, COELHO, Mauro César Coelho. Fronteiras da História, Limites do Saber: Amazônia e seus intérpretes. In: Amazônia e a crise da Modernização. Belém/Macapá: UFPA/INIFAP, 2001.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. A Rebelião de 1924 em Manaus. Manaus: Valer, 2001.

WEINSTEIN, Bárbara. A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec – Edusp, 1993.

Sigla IHH173	Disciplina Metodologia da História	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Reflexão sobre os campos e os objetos de estudo da História, seus métodos e técnicas de pesquisa. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Proporcionar ao aluno os elementos necessários para a compreensão da História enquanto modo de conhecimento cientificamente produzido, e conduzido por meio de teorias, métodos e regras processuais precisas.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
AURELL, Jaime. A escrita da História : dos positivismos aos pós-modernismos. São Paulo: Sita-Brasil, 2010.			
BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do Historiador . Rio de Janeiro: Zahar, 1999.			
MALERBA, Jurandir (Org.). História & Narrativa : A ciência e a arte da escrita da História. Petrópolis: Vozes, 2016.			
PETERSEN, Sílvia Regina e LOVATO, Barbara Hartung. Introdução ao estudo da História : temas e textos. Porto Alegre: Edição das autoras, 2013.			
PROST, Antoine. Doze lições sobre História . Belo Horizonte: Autêntica, 2008			
Bibliografia Complementar:			
ARÓSTEGUI, Júlio. A Pesquisa histórica . Bauru, SP: EDUSC, 2006.			
BURKE, Peter. História e teoria social . São Paulo: Editora da UNESP, 2002.			



DIEHL, Astor Antônio. **Do método histórico**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1997.

FARGE, Arlette. **O Sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

TOSH, John. **A busca da História**: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

QUARTO PERÍODO

Sigla IHH176	Disciplina História da Baixa Idade Média	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
O reordenamento da sociedade medieval: feudalismo e senhorio. A dinâmica da sociedade medieval: crescimento econômico e demográfico; desenvolvimento urbano e comercial. Características e desenvolvimentos das monarquias e do Império. O lugar da Igreja na estruturação da sociedade medieval. A organização do clero e da Igreja. Os desenvolvimentos e as inovações da Igreja na Baixa Idade Média. Os domínios da cultura: as artes, as letras e as oralidades; A noção tradicional de “crise do mundo feudal” e as continuidades estruturais da sociedade medieval.			
Objetivos			
Proporcionar ao aluno os elementos necessários para a compreensão, análise e reflexão sobre as estruturas da sociedade medieval e sobre os processos que marcaram sua dinâmica ao longo do período estudado (séculos XI-XV).			
Bibliografia			
Bibliografia Básica BALARD, Michel, GENET, Philippe Genet e ROUCHE, Michel. <i>A Idade Média no Ocidente</i> . Lisboa: Don Quixote, 1994 (Paris, 1990). BASCHET, Jérôme. <i>A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América</i> . São Paulo: Globo, 2006 (Paris, 2004). BLOCH, Marc. <i>A Sociedade Feudal</i> . Lisboa: Estampa, 1982 (Paris, 1939) LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. <i>Dicionário Temático do Ocidente Medieval</i> . Bauru: EDUSC, 2002 (Paris, 1999). LE GOFF, Jacques. <i>A Civilização do Ocidente Medieval</i> . Lisboa: Estampa, 1983 (Paris, 1964).			
Bibliografia Complementar: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. <i>História da Vida Privada</i> , vol. II. Da Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (Paris, 1985). BACKMAN, Clifford R. <i>The Worlds of Medieval Europe</i> . New York/Oxford: Oxford University Press, 2009. BARTLETT, Robert. <i>The Making of Europe: conquest, colonization and cultural change – 950-1350</i> . Princeton: University of Princeton Press, 1994.			



DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais – arte e sociedade (980-1420)*. Lisboa: Estampa, 1979 (Paris, 1976).

FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. Bauru: EDUSC, 2004 (Paris, 1999).

JOTISCHKY, Andrew e HULL, Caroline. *The Penguin Historical Atlas of the Medieval World*. London: Penguin Books, 2005.

HEERS, Jacques. *História Medieval*. São Paulo: Difel, 1985 (Paris, s/d).

LE GOFF, Jacques. *As Raízes Medievais da Europa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 (2003).

McEVEDY, Colin. *Atlas da História Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (Londres, 1961).

MOORE, R. I. *The First European Revolution (c. 970-1215)*. Oxford: Blackwell, 2007. (2001).

SOUTHERN, R. W. *La Formación de la Edad Media*. Madri : Alianza Editorial, 1980 (Londres, 1953).

ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a voz*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1993 (Paris, 1987).

*As datas entre parênteses assinalam o local e o ano da primeira edição.

Sigla IHH177	Disciplina História da Amazônia III	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Historiografia da Amazônia Contemporânea (séculos XX e XXI). A Amazônia que nasce da crise da economia da borracha: reorganização do extrativismo e os novos arranjos oligárquicos. Os projetos desenvolvimentistas para a região e as transformações na dinâmica campo-cidade. Mundos do Trabalho e novas modalidades de mobilização na Amazônia. A ambientalização dos conflitos sociais e as dinâmicas envolvendo história, natureza e cultura na Amazônia. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina assim como os Direitos Humanos e Cidadania.			
Objetivos			
Proporcionar aos discentes os elementos necessários à compreensão crítica das principais abordagens historiográficas da Amazônia Contemporânea, buscando apreender as linhas centrais do processo de formulação e consolidação da economia e da sociedade na Amazônia, tendo como eixo articulador as dimensões dos Mundos do trabalho.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. <i>Conflito e Mediação. Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado</i> . Rio de Janeiro, 1993 (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro). BECKER, Bertha. <i>Amazônia: geopolítica na virada do III milênio</i> . Rio de Janeiro:			



Garamond, 2009.

D' INCAO, Maria Angela, SILVEIRA, Isolda Maciel da. A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

NEVES, Walter, ADAMS, Cristina, MURRIETA, Rui. As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP, 2006.

SILVA, Marilene Correa da, FREITAS, Marcílio de. Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização. Manaus: Edua, 2000.

Bibliografia Complementar:

FONTES, Edilza J. O. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. Osis (UFG) , v. 14, p. 338-358, 2014.

FONTES, Edilza J. O. . Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 ? 1935). Revista Estudos de Política , v. 7.

LIMA, Frederico Alexandre. Soldados da Borracha: Das vivências do Passado às Lutas Contemporâneas. Manaus/AM: VALER CULTURAL, 2015.

OLIVEIRA, Walter Pinto. A Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas. Belém: Paka-Tatu, 2013.

OLIVEIRA, José Aldemir. Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas/ Editora da UFAM, 2003.

PETIT, Pere; PEREIRA, A. R.; PESSOA, F. T. M. . Camponeses, Fazendeiros e a Teologia da Libertação na Luta pela Terra no sul e sudeste do Estado do Pará. Tempos Históricos (EDUNIOESTE), v. 18, p. 337-365, 2014.

QUEIROS, Cesar Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. Revista Mundos do Trabalho. v. 8, n. 15, 2016.

SANTIAGO, Maria Célia. Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. A Rebelião de 1924 em Manaus. 2. ed. Manaus: Gráfica Lorena, 1989.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Manaus: Edua, 1997.

SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o Capitalismo no Brasil. Estudos Avançados, Brasília

SILVA, Patrícia Rodrigues da. Disputando espaços, construindo sentidos. Manaus: EDUA, 2016.

TORRES, Iraídes Caldas. Arquitetura do poder: memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: Edua, 2009.

SILVA, José Lopes. Amazonas: do extrativismo à industrialização. Manaus: Valer, 2011.

Sigla IHH179	Disciplina Metodologia do Ensino da História II	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Formação do professor pesquisador em História: articulação dos saberes históricos e historiográficos às práticas pedagógicas. Consciência histórica e cultura escolar. Alternativas metodológicas e didáticas no ensino de História:			



conteúdo disciplinar e as novas linguagens e tecnologias da informação e comunicação (TIC) na produção do saber histórico escolar. Atividades teórico-práticas de aplicação dos conhecimentos acadêmicos e de docência aos saberes e fazeres próprios do ambiente escolar.

Objetivos

Entender a prática docente no ensino de História como um saber plural, crítico e consciente de que as interações entre saber acadêmico e saber escolar implica o entendimento do ensino-aprendizagem como um processo construtivo que articula saberes e práticas produzidas em diferentes espaços e em diálogo com os componentes prévios da vivência e experiência dos estudantes.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

CABRINI, Conceição; VIEIRA, Maria do P. de Araújo; PEIXOTO, Maria do R. o da Cunha; BORGES, Vavy Pacheco. O ensino de história: revisão urgente. 5. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994 .

NEVES, Maria Aparecida Mamede. Ensinando e aprendendo história. São Paulo: E.P.U, 1985.

PINSKY, Carla B., PINSKY, Jaime (Orgs.) História da cidadania. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Bibliografia Complementar:

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI JUNIOR, Roberto. História temática: terra e propriedade, 6. Série: ensino fundamental 2. ed. reform. São Paulo: Scipione, 2006.

ROCHA, Helenice, REZNIK, Luís, MAGALHÃES, Marcelo de Souza FAPERJ/ A história na escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro, RJ: FGV: FAPERJ, FGV, 2009.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Sigla IHH178	Disciplina Historiografia Brasileira	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
História e Historiografia; A Historicidade do Conhecimento Histórico; A História do Brasil nos Marcos da Conquista e da Cronística Colonial; A Formação do Estado e a Construção de uma História Nacional Brasileira; O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); O “Surto Renovador” dos Anos 1930 e os Intérpretes do Brasil (Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda); a Implantação do Sistema de Ensino Universitário e os Caminhos da História Acadêmica; A Historiografia Brasileira Contemporânea: depoimentos, temas, debates, tendências e perspectivas. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Discutir a historicidade do conhecimento histórico produzido no Brasil ao longo de sua trajetória, demarcando os momentos singulares e contextualizando a emergência de abordagens inovadoras que balizaram cada um desses períodos;			



Bibliografia

Bibliografia Básica:

BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César (Organizadores). **Históriadores e Historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX**. Serra, ES: Editora Milfontes, 2017.

FICO, Carlos e POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. v.1. Ouro Preto, MG: UFOP, 1992.

FREITAS, Marcos Cezar de (Organizador). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, 476p.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil, 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, 280p.

NEVES, Lúcia Maria Pereira das et alii. **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, 340p.

Bibliografia Complementar:

AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (Organizadores). **Intérpretes do Brasil: Cultura e Identidade**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2011, 389p.

IGLÉSIAS, Francisco. **Históriadores do Brasil**: capítulos de Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000, 251p.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. **Conversas com Históriadores Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002, 399p.

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Organizadores). **Os Históriadores Clássicos da História do Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018, 393p.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Organizadores). **Interpretes do Brasil: Clássicos, Rebeldes e Renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014, 414p.

QUINTO PERÍODO

Sigla IHH180	Disciplina História Moderna	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Expansão e Mudança nos séculos XV e XVI. O Renascimento e a formação da mentalidade moderna. Formação do Estado Moderno. As transformações, crescimento e rupturas no mundo ocidental no século XVIII. O ensino da história moderna nos diferentes níveis e a análise de seus materiais didáticos e paradidáticos			
Objetivo geral			
A disciplina propõe-se a discutir o lento processo de formação e consolidação do mundo moderno, com ênfase tanto nas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas quanto nas permanências e continuidades com o mundo medieval.			
Bibliografia			



Bibliografia Básica:

ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HILL, Christopher. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Bibliografia Complementar:

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Record, 2003.

BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 3 vol.

BURKE, Peter. A cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Sigla IHH183	Disciplina História da América I	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
As sociedades pré-colombianas (os astecas, os incas e os maias); A conquista europeia; A formação da sociedade colonial hispano-americana (séculos XVI ao XVIII). O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivo geral			
Enfatizar o aspecto cultural e político do “encontro” entre a população pré-hispânica e europeia a partir do século XV.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
BETHELL, Leslie (Organizador). História da América Latina. V. 1, 2 e 3. São Paulo: Edusp, 1984/2008			
BERNARD, Carmen. História do Novo Mundo 2: As Mestiçagens/Carmen Bernard e Serge Gruzinski; tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.			
BERTAZONI, C. (2001). O papel do “dinheiro primitivo” na economia inca (dissertação).			
_____. Andes e Amazônia: história e arqueologia Inca no baixo Rio Madre de Dios. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, v. 19, p. 273-283.			
DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do Outro – a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.			
LEÓN-PORTILLA, Miguel. Mesoamérica antes de 1519. In: Bethell, Leslie (Organizador) História da América Latina. América Latina Colonial, v. 1, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.			



GRUZINSKI, Serge; BERNARD, Carmen. História do Novo Mundo: da descoberta à conquista; uma experiência europeia (1492-1550). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Eduardo Natalino. Fontes históricas nativas para Mesoamérica e Andes. Conjuntos e problemas de entendimento e interpretação. Fontes nativas da Mesoamérica e Antes. Clio Arqueologia, Recife, no 22, v. I, p.7-49.

SANTOS, Eduardo Natalino. As tradições históricas indígenas diante da conquista e colonização da América: transformações e continuidades entre nahuas e incas. Revista de História (USP), São Paulo, v. 150, p. 157-207.

Bibliografia Complementar:

BETHELL, Leslie (Organizador). História da América Latina. V. 1, 2 e 3. São Paulo: Edusp, 1984/2008

BERNARD, Carmen. História do Novo Mundo 2: As Mestiçagens/Carmen Bernard e Serge Gruzinski; tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BERTAIONI, C. (2001). O papel do “dinheiro primitivo” na economia inca (dissertação).

_____. Andes e Amazônia: história e arqueologia Inca no baixo Rio Madre de Dios. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, v. 19, p. 273-283.

DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do Outro – a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. Mesoamérica antes de 1519. In: Bethell, Leslie (Organizador) História da América Latina. América Latina Colonial, v. 1, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GRUZINSKI, Serge; BERNARD, Carmen. História do Novo Mundo: da descoberta à conquista; uma experiência europeia (1492-1550). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Eduardo Natalino. Fontes históricas nativas para Mesoamérica e Andes. Conjuntos e problemas de entendimento e interpretação. Fontes nativas da Mesoamérica e Antes. Clio Arqueologia, Recife, no 22, v. I, p.7-49.

SANTOS, Eduardo Natalino. As tradições históricas indígenas diante da conquista e colonização da América: transformações e continuidades entre nahuas e incas. Revista de História (USP), São Paulo, v. 150, p. 157-207.

Sigla IHH196	Disciplina História do Brasil Colônia	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
A formação da América portuguesa: história e historiografia. As estruturas econômicas: a produção exportadora e o abastecimento interno. A sociedade escravista colonial. Política e administração: poder local e agentes coloniais. Sociedade, religião e cultura. Reformas, tensões e conflitos na ordem colonial. O ensino da história de Brasil colonial, Direitos e a análise de seus materiais didáticos.			
Objetivos			



Compreender a constituição e características da sociedade na América portuguesa (séculos XVI a XVIII), por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período. Abordar o ensino da história colonial e de temas educacionais e didáticos relacionados à disciplina.

Bibliografia

Bibliografia Básica

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FRAGOSO, João Luís; SAMPAIO, Antônio Jucá (orgs) Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012

SOUZA, Laura Mello ; FURTADO, Júnia F.; BICALHO, Maria Fernanda (orgs). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BICALHO, Fernanda; ASSIS, Virginia Amoedo (Orgs) Justiça no Brasil colonial. Agentes e práticas. São Paulo: Alameda, 2017.

FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima (Orgs.).. Brasil Colonial – 1580-1720, vol. 2, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MONTEIRO, Nuno; FRAGOSO, João L. (orgs.) Um Reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra da Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Sigla IHH197	Disciplina Metodologia da Pesquisa em História I	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Métodos e técnicas da pesquisa em história. As operações da pesquisa histórica: heurística, crítica e interpretação. Princípios básicos, procedimentos e etapas da pesquisa científica na área de história. A problematização do tema da pesquisa; Etapas do planejamento e execução, estudos da tipologia e da composição da pesquisa histórica, de seus métodos e técnicas operacionais. Os Históridores e os arquivos; técnicas básicas do uso, tratamento e organização das fontes históricas: manuseio adequado da documentação e da bibliografia. Noções de arquivística e de crítica documental. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			



Promover reflexões acerca das escolhas teóricas e metodológicas que envolvem o trabalho de pesquisa do Historiador, bem como sobre a compreensão dos métodos de pesquisa em História.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PROST, Antoine. Doze Lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2012.

PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla Bessanezi e LUCA, Tânia Regina de (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa em História: teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

BARROS, José d'Assunção. Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

BEAUD, Michel. *A arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MARTINS, Ismênia (Org.). *História: estratégias de pesquisa*. Ijuí, RJ: Editora UNIJUÍ, 2001

TOSH, John. *A Busca da História: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Sigla IHH198	Disciplina Estágio Supervisionado I	Crédito 3	C.H 90
Ementa			
Reflexão sobre o papel do estágio supervisionado na formação de professores; realização de atividades de observação das dinâmicas escolares e participação em aulas de história em instituições de ensino fundamental.			
Objetivos			
Conhecer a realidade escolar e instrumentalizar o acadêmico para aplicação de conhecimentos e aprimoramento da prática docente, reconhecendo projetos político-pedagógicos, corpos discentes e docentes e os espaços físicos em que atuarão profissionalmente.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. MEC: 2017.			
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares			



Nacionais: História. 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria (Organizadora). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, Marcos & FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

Bibliografia Complementar:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O Saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2002.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. São Paulo: Cortez, 2006.

CHERVEL, André. "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa" in Teoria & Educação, 2, pp. 177-229, 1990.

FONSECA, Selva Guimarães. Ser professor no Brasil: história oral de vida. Campinas: Papirus, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar e aprender história: formações, saberes e práticas educativas. Campinas: Alinea, 2009.

OLIVEIRA, Maria Margarida Dias. História: ensino fundamental. Brasília: MEC, 2010 (disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7839-2011-História-cap-a-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 Acesso em 09/05/2018)

VILLALTA, Luiz Carlos. "O livro didático de história no Brasil: perspectivas de abordagem" in Pós-História. Revista de Pós-Graduação em História. UNESP/ Assis-SP, n. 9. 2001.

SEXTO PERIODO

Sigla IHH226	Disciplina História da América II	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
A emergência e consolidação das sociedades estabelecidas nas Américas, a partir do século XIX, enfatizando suas articulações com o processo de reprodução do sistema capitalista no mundo contemporâneo. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Proporcionar aos alunos os elementos necessários para a compreensão das principais abordagens historiográficas que buscam apreender as linhas específicas e gerais do processo de formação e consolidação das sociedades na América hispânica e anglo-saxã, nos séculos XIX, XX e XXI.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
AGGIO, Alberto; CORDEIRO, Italo Rodrigo Xavier; PAGOTTO, Aline Maria de			



Carvalho. América Ibérica no séc. XIX: nacionalismo e independência. In: Brasina, David, Nacionalismo e Estado na América Hispânica. História Revista, Goiânia, v. 13, n.2, p. 575-598, jul./dez, 2008.

BARSOITI, Paulo; FERRARI, Terezinha. A propósito de Cuba e da Revolução. In: América Latina: história, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998.

DIAZ, Maria delRosario Rodríguez. Independenciacon saber amargo: laintervención y losiniciosdelgobierno militar estadounidense em Cuba. 1899. Univ. Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia, México, p. 161-182.

FERRERAS, Norberto. A sociedade de massas: os populismos. In: História das Américas: novas perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

IANNI, Otavio. A formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991. (Cap. I- Movimentos, partidos e governos)

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. In: Estudos Avançados.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana. Red de Bibliotecas virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de Iared CLACSO. <http://www.clacso.org.ar/biblioteca-biblioteca@clacso.edu.ar>

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. História da América Latina. São Paulo: Contexto, 2014. (p. 131 a 149 – Políticas de massas e reformas sociais).

ROSA, Renata Melo. A República do Haiti e o processo de construção do Estado Nação. Revista Brasileira do Caribe, São Luís-MA, Brasil, v. XIII, n. 26, jan.-jun., 2013, p.461-494.

WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. In: História da Historiografia, Ouro Preto, n. 7, nov./dez., 2011, p.94-115.

Bibliografia Complementar:

LYNCH, John. As origens da independência na América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina, v. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p.19 a 72.

HALE, Charles A. As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.) História da América Latina, v. IV. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Fundação Alexandre Gusmão, 2001, p. 33 a 414.

GRAFENSTEIN, Johanna. Haiti. D.F.: Instituto de Investigaciones Dr. Jose MaríaLuis Mora,1988.

AZEVEDO, Cecília. Em nome da América: os corpos de Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

BORGES, Elisa de Campos. O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e organização de novas relações de trabalho. In: Revista Projeto História, São Paulo, n. 47, p. 85-109, Ago, 2013.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Cubana: da guerrilha ao socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IANNI, Octavio. A formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

CASANOVA, Pablo González. História Contemporânea da América Latina:



imperialismo e libertação. São Paulo: Edições Vertice, 1987.
CAMIN, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. sombra da Revolução Mexicana (1910-1989). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
PASSETTI, Gabriel. Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1952-1885). São Paulo: Alameda, 2012.
PIZARRO, Ana. América Latina: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. Cap. V, VIII, IX e X.
ROSSI, Clóvis. Militarismo na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990
BRUIT, Hector. Revoluções na América Latina: o que são as revoluções? São Paulo: Atual, 1988.
CHASTEEN, John Charles. América Latina: uma história de sangue e foto. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
DONGHI, Túlio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Sigla IHH199	Disciplina Teoria da História I	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Diálogos entre as Filosofias e as Teorias da História nos séculos XIX e XX. Os paradigmas epistemológicos clássicos, a explicação, a compreensão e a narrativa em História. A teoria da história e a formação do professor de história. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Introduzir as questões teóricas sobre o trabalho do Historiador, recuperando a formulação da disciplina História e os paradigmas epistemológicos que dominam os estudos históricos. Investigar a institucionalização das ciências históricas no século XX e o surgimento dos debates contemporâneos envolvendo o Positivismo, o Historicismo, o Marxismo, a “Escola dos Annales” e a Hermenêutica. Debater a relevância da teoria da história para a formação do professor e a construção de saberes escolares para a educação básica.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: BLOCH, Marc. Apologia da história: O ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. DROYSEN, Johann Gustav. Manual de Teoria da História. Petrópolis: Vozes, 2009. Gadamer, Hans-Georg. Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015. MARTINS, Estevão de Rezende. A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.			
Bibliografia Complementar: BARROS, José D’Assunção. Teoria da História. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. (5V.) BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. DILTHEY, Wilhelm. A construção do mundo histórico nas ciências humanas. São			



Paulo: Editora da UNESP, 2010.
FEBVRE, Lucien. Combates pela História. Lisboa: Presença, 1989.
MALERBA, Jurandir (Org.). A história escrita: teoria e a história da historiografia. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
_____. História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
MARX K. e ENGELS F. A ideologia alemã. Campinas/SP: Boitempo, 2007.
PROST, Antoine. Doze lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
SCHMIDT, Lawrence. Hermenêutica. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

Sigla IHH225	Disciplina História do Brasil Imperial	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Estudo dos processos históricos que levaram à formação do Estado nacional brasileiro consolidado ao longo do século XIX e de possíveis estratégias para o debate deste tema no ensino básico, considerando as disputas (políticas, sociais, econômicas) envolvidas neste processo, os diversos sujeitos nele envolvidos e a historiografia sobre ele produzida.			
Objetivos			
Analisar os processos históricos que marcaram a formação do Estado nacional brasileiro e a consolidação de uma economia escravista nacional enfatizando os diversos atores sociais envolvidos neste processo, em especial aqueles pertencentes a grupos subalternos econômica e socialmente.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). <i>História Privada do Brasil– Império: a Corte e a Modernidade Nacional</i> (Vol. 2). São Paulo: Cia. das Letras, 1997. CONRAD, Robert, <i>Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, 1850-1888</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. COSTA, Emília Viotti da. <i>Da monarquia à república: momentos decisivos</i> . São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 2010.			
Bibliografia Complementar: ALONSO, Ângela. <i>Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. <i>Das cores do silêncio</i> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. DEAN, Warren. <i>A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira</i> . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. <i>Interiorização da metrópole e outros estudos</i> . São Paulo: Alameda, 2005.			



DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras: Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. São Paulo: Difel.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Organizadores). *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Maria Helena, *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, São Paulo:Edusp, 1994.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JR., *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês de 1835. Edição revista e ampliada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SALES, Ricardo e GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial*. (vols. I, II e III). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem! A África Coberta e Descoberta do Brasil”, *Revista da USP*, no. 12, dez/fev 1991-1992.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Sigla IHH228	Disciplina Metodologia da Pesquisa História II	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Instrumentalização teórica, técnica e crítica para a elaboração e execução de um projeto de pesquisa histórica em nível de monografia. Técnicas da pesquisa bibliográfica: referências, leitura, fichamento, resumo e análise (síntese) de textos. Etapas de uma pesquisa histórica: assunto, tema, problema, hipótese; coleta, análise e interpretação dos dados; comunicação dos resultados em relatório monográfico. Projeto de pesquisa: tema, objetivos, justificativa, problema, hipótese, metodologia, referencial teórico, revisão da literatura, cronograma de ação, fontes e referências bibliográficas. Elaboração do relatório - monografia: partes essenciais - introdução, desenvolvimento e conclusão. Estrutura e apresentação técnica conforme as normas da ABNT tema variado. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Promover reflexões acerca das escolhas teóricas e metodológicas que envolvem o trabalho de pesquisa do Históriador, bem como sobre a compreensão dos métodos de pesquisa em História.			



Bibliografia

Bibliografia Básica:

BARROS, José d'Assunção. Projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 12.ed. São Paulo: Perspectiva, 1995

VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário; KOURY, Iara Aun. A Pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1991.

Bibliografia Complementar:

ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa em História: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006

NAPOLITANO, Marcos et al. História e Cinema: dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINSKY, Carla Bessanezi e LUCA, Tânia Regina de (Org.). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

LUNA, Sérgio de Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa. Uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

Sigla IHH227	Disciplina Estágio Supervisionado II	Crédito 4	C.H 120
Ementa			
Realização de atividades de participação e regência em escolas do ensino fundamental.			
Objetivos			
Possibilitar o desenvolvimento, nos futuros profissionais, de conhecimentos, habilidades e competências na área de ensino de história, através da elaboração de planos de aula e da regência no ensino fundamental.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. MEC: 2017.			
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 1998.			
FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História ensinada. Campinas: Papirus, 2001.			
GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.			
Bibliografia Complementar:			
APPLE, Michael. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 7			
ARROYO, Miguel G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.			
NADAI, Elza. "O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva" in Revista Brasileira de História. v. 13, no. 25-26, pp. 143-162, set 92/ago 93.			
NIKITIUK, Sonia L. (Org.). Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez, 2012.			
OLIVA, Anderson Ribeiro. "A História da África nas escolas brasileiras. Entre o			



prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)". In Revista História, 28 (2), 2009.

SILVA, Marcos A. História: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Marcos A. "Contra o horror pedagógico. Ensino de História, exclusão social e cidadania cultural" in História e Perspectivas, Uberlândia -MG, v. 1, n. 23, p. 85-98, jul./dez. 2000.

SÉTIMO PERÍODO

Sigla IHH232	Disciplina Historiografia Geral I	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Pensamento Histórico e Historiografia no Mundo Greco-Romano Clássico. Pensamento Histórico e Historiografia no Mundo Tardo-Antigo e no Ocidente Medieval. Pensamento Histórico e Historiografia do Humanismo Renascentista. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Pontuar as principais transformações ocorridas com o saber histórico no mundo ocidental, desde suas primeiras manifestações escriturais na Antiguidade Clássica até o Humanismo Renascentista.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: BURROW, John. Uma História das Histórias, de Heródoto e Tucídides ao século XX. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, tradução de Nana Vaz de Castro, 2013. FONTANA, Josep. A História dos Homens. Bauru (SP): EDUSC, tradução de Heloisa JochimsReichel e Marcelo Fernando da Costa, 2004. WOOLF, Daniel. Uma História Global da História. Petrópolis, Vozes, tradução de Caesar Souza, 2014.			
Bibliografia Complementar: AMBROSIO, Renato. De RationibusExordiendi: Os Princípios da História em Roma. São Paulo, Humanitas-FAPESP, 2005. ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica. Bauru (SP), EDUSC, tradução de Andréa Dore, 2006. BESSELMAR, José van den. Introdução aos Estudos Históricos. São Paulo, EPU-EDUSP, 1974.			



BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. As Escolas Históricas. Lisboa: Europa-América, tradução de Ana Rabaça, 1990.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. Introdução à Historiografia. Bauru (SP), EDUSC, tradução de Laureano Pelegrin, 2003.

CARDOSO, Ciro. “Panorama da Historiografia Ocidental (até aproximadamente 1930)”. In Um Históador Fala de Teoria e Metodologia. Bauru (SP), EDUSC, 2005.

CHABOD, Federico. Escritos sobre elRenacimiento. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, traducción de Rodrigo Ruza, 1990.

FINLEY, Moses I. História Antiga. Testemunhos e Modelos. São Paulo, Martins Fontes, tradução de Valter Lellis Siqueira, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo e GARRAFONI, Renata Senna. Historiografia (Salústio, Tito Lívio e Tácito). Campinas, Editora UNICAMP, 2016.

GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo: Difel, 1983.

HARTOG, François. O Espelho de Heródoto. Belo Horizonte, Editora da UFMG, tradução de Jacyntho Linz Brandão, 2000.

HARTOG, François. A História, de Homero a Santo Agostinho. Belo Horizonte, Editora da UFMG, tradução de Jacyntho Linz Brandão, 2001.

----- Os Antigos, o Passado e o Presente. Brasília, Editora da UnB, tradução de Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimaraes, 2003.

HUGUES WARRINGTON, Marnie. 50 Grandes Pensadores da História. São Paulo, Contexto, 2002.

JASMIN, Marcelo Gantus. “Política e Historiografia no Renascimento Italiano: O Caso de Maquiavel”. In CAVALCANTE, Berenice et alii. Modernas Tradições. Percurso da Cultura Ocidental (séculos XV-XVII). Rio de Janeiro, Access, 2002.

JOLY, Fábio Duarte. Tácito e a Metáfora da Escravidão. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

----- (Organizador). História e Retórica. Ensaio sobre Historiografia Antiga. São Paulo, Alameda, 2007.

LAFAYE, Jacques. Segunda Parte: “Gómara, Históador”. In SangrientasFiestasenelRenacimiento. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1999.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora daUNICAMP, tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges, 1990.

LÓPEZ, José Antonio Caballero. Inicios y desarrollo de la historiografia griega: mito, política y propaganda. Madrid, Síntesis, 2006.

MARAVAL, José Antonio. Antiguosy Modernos. Madrid, Alianza Editorial, 1986.

MOMIGLIANO, Arnaldo. As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna. Bauru (SP), EDUSC, tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano, 2004.

----- Ensayos de HistoriografíaAntigua y Moderna. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, traducción de Stella Mastrangelo, 1997.

Sigla IHH230	Disciplina Teoria da História II	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
As vertentes teóricas do conhecimento histórico através do estudo das			



perspectivas que demarcam o debate contemporâneo. A História no contexto epistemológico atual por meio da apresentação das contribuições teóricas mais relevantes. A teoria da história e a formação do professor de história. A teoria da história e a educação básica. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.

Objetivos

Investigar a institucionalização das ciências históricas no século XX e o surgimento dos debates contemporâneos sobre a epistemologia da História envolvendo o Estruturalismo, a Nova História, o Marxismo, o Pós-modernismo e a Hermenêutica. Debater a relevância da teoria da história para a formação do professor e a construção de saberes escolares para a educação básica.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MALERBA, Jurandir (Org.). A história escrita: teoria e a história da historiografia. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

Bibliografia Complementar:

Dosse, François. Paul Ricoeur: um filósofo em seu século. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Gadamer, Hans-Georg. Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HARTOG, François. Evidência da História: o que os Históricadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Hobsbawm, Eric J. Sobre História. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JENKINS, Keith. A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina. São Paulo: Contexto, 2014.

Löwy, Michel. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MALERBA, Jurandir (Org.). A história escrita: teoria e a história da historiografia. – 2ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

Sigla IHH229	Disciplina História Contemporânea I	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Revolução Francesa. Revolução Industrial. Modernidade oitocentista. Pensamento			



Social no século XIX. Cidade, Trabalho e classes sociais. Colonialismo. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.

Objetivo geral

Possibilitar aos acadêmicos um conhecimento da História Contemporânea visando à formação profissional dotada de uma compreensão adequada sobre problemas teóricos e historiográficos bem como o domínio da bibliografia básica sobre os temas tratados nesse recorte espaço-temporal considerado. Desenvolver a compreensão do processo de consolidação e expansão da sociedade capitalista na Europa em fins do século XVIII, durante o século XIX e início do XX.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

BERMAN, M. Tudo que é Solido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

FURET, François. A ideia de Revolução Francesa – Bauru, SP: EDUSC, 2001.

GÉRARD, Alice. A Revolução Francesa. Mitos e Interpretações. 2ª Edição; Tradução Sérgio

Joaquim de Almeida. – São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Khronos).

HOBBSAWM, Eric J. A Era das Revoluções, 1789 – 1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Bibliografia Complementar:

MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha. – São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. Lisboa: Edições Avante, 1985.

PERROT, Michelle (org.). História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, V. 1, 2 e 3.

_____. Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Sigla IHH231	Disciplina História do Brasil Republicano I	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
A disciplina propõe discutir a estruturação e os vários projetos de dominação da ordem burguesa no Brasil Republicano, apontando para a história e a historiografia relativas à Proclamação da República, à construção de suas instituições e as relações entre as esferas pública e privada no período, às resistências dos movimentos sociais urbanos e do campo, e a outras formas de luta política, organizadas ou não organizadas. Buscará também compreender as rupturas e permanências culturais do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX, problematizando ainda o movimento de 30, a crise do liberalismo e a ascensão do autoritarismo no Brasil. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
A disciplina tem como objetivo discutir questões referentes à produção historiográfica sobre a sociedade brasileira do final do século XIX ao início do			



século XX na constituição da República. A disciplina pretende colocar em debate as escolhas e posicionamentos teóricos e metodológicos dos Históricos, bem como as disputas sociais em torno de memórias e projetos alternativos de sociedade, entendendo que o conhecimento histórico se faz e se refaz a partir da inserção do pesquisador como homem de seu tempo. Compreender que as disciplinas no campo da história não são apenas de conteúdo, mas, sobretudo, de reflexão acerca do fazer do conhecimento na área.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. Campanha de Canudos. Brasília: UNB, 1963.

DECCA, Edgard de. 1930: O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20. São Paulo: Global Editora, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Organizadora). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

Sigla IHH233	Disciplina Estágio Supervisionado III	Crédito 3	C.H 90
Ementa			
Reflexão sobre o papel do estágio supervisionado na formação de professores; realização de atividades de observação das dinâmicas escolares e participação em aulas de história em instituições de ensino médio.			
Objetivos			
Conhecer os espaços físicos, projetos político-pedagógicos, calendários e públicos de escolas de ensino médio, observando as dinâmicas e práticas ocorrentes em sala de aula e as concepções pedagógicas que permeiam o ensino de história naquela instituição.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – Ensino médio. MEC: 2018.			
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 1998.			
PICONEZ, Estela (org.) A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papirus, 2011.			
FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História & ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.			
Bibliografia Complementar:			



BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. “Guerras identitárias: a trajetória do livro didático de história no Brasil” in Revista FACEVV, v. 09, pp. 70-86, 2012.

DAVIES, Nicholas (Org.). Para além dos conteúdos no ensino de história. Niterói: EdUFF, 2000.

FONSECA, Selva Guimarães (org.). Espaços de formação do professor de história. Campinas: Papirus, 2008.

MUNANGA, Kabengele. (org.) Superando o Racismo na escola. (2ª edição revisada.) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf).

SILVA, Marcos (org.). História: que ensino é esse? Campinas: Papirus, 2013.

SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Sigla IHH234	Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I	Crédito 2	C.H 60
Ementa			
Elaboração de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, com temática construída pelo aluno sob orientação de um professor.			
Objetivos			
Orientar os alunos para a elaboração de um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em História de acordo com os requisitos exigidos para a elaboração de trabalhos científicos.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
BARROS, José d’Assunção. Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.			
PINSKY. Carla Bessanezi (Organizadora). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.			
PINSKY. Carla Bessanezi e LUCA, Tânia Regina de (Organizadora). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.			
Bibliografia Complementar:			
ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa em História: teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.			
BARROS, José d’Assunção. Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.			
CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma Introdução à História. 2.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.			
ECO, Humberto. Como se faz uma tese em Ciências Humanas. São Paulo: Perspectivas, 1988.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social – teoria, método e criatividade. 20.ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.			
MORAES, Marieta (Org.) História Oral. Rio de Janeiro, Diadorim. Finep, 1994.			



PROST, Antoine. Doze Lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2012.
VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo *et alii*. A Pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1991.

OITAVO PERÍODO

Sigla IHH238	Disciplina Historiografia Geral II	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Pensamento Histórico e Historiografia nos Movimentos do Iluminismo e do Romantismo Ocidentais. A História Metódica. O Materialismo Histórico. O Movimento dos Annales. Perspectivas e Dilemas do Pensamento Histórico Ocidental Contemporâneo. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Caracterizar as principais correntes historiográficas do mundo ocidental, entre os séculos XVIII e XX (Iluminismo, Romantismo, História Metódica, Materialismo Histórico, Movimento dos Annales).			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: BURROW, John. Uma História das Histórias, de Heródoto e Tucídides ao século XX. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, tradução de Nana Vaz de Castro, 2013 FONTANA, Josep. A História dos Homens. Bauru (SP): EDUSC, tradução de Heloisa JochimsReichel e Marcelo Fernando da Costa, 2004. WOOLF, Daniel. Uma História Global da História. Petrópolis, Vozes, tradução de Caesar Souza, 2014.			
Bibliografia Complementar: ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica. Bauru (SP), EDUSC, tradução de Andréa Doré, 2006. BENTIVOGLIO, Julio e LOPES, Marcos Antônio (Organizadores). A Constituição da História como Ciência. Petrópolis, Vozes, 2013. BENTIVOGLIO, Julio e VELAR, Alexandre de Sá (Organizadores). A Afirmação da História como Ciência no Século XX. Petrópolis, Vozes, 2016. BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. As Escolas Históricas. Lisboa: Europa-América, tradução de Ana Rabaça, 1990. BRAUDEL, Fernand. Reflexões sobre a História. São Paulo, Martins Fontes, tradução de Eduardo Brandão, 1992. BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Editora da Unesp, tradução de Nilo Odália, 1992. CAIRE-JABINET, Marie-Paule. Introdução à Historiografia. Bauru (SP), EDUSC, tradução de Laureano Pelegri, 2003. CARDOSO, Ciro. Ensaio Racionalistas. Rio de Janeiro: Campus, 1988. -----, Um Historiador Fala de Teoria e Metodologia. Bauru (SP), EDUSC, 2005. CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. Os Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.			



CASSIRER, Ernest. A Filosofia do Iluminismo. Campinas, Editora da UNICAMP, tradução de Álvaro Cabral, 1994.

DOSSE, François. A História em Migalhas. São Paulo, Ensaio, tradução de Dulce Silva Ramos, 1992.

----- A História à Prova do Tempo. São Paulo, Editora da UNESP, tradução de Ivone Castilho Benedetti, 2001.

----- A História. Bauru (SP), EDUSC, tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção, 2003.

FEBVRE, Lucien: História. Organizador da coletânea: Carlos Guilherme Motta. São Paulo, Ática, tradução de Adalberto Marson, Paulo de Salles Oliveira e Maria Elisa Mascarenhas, 1978.

FONTANA, Josep. A História dos Homens. Bauru (SP): EDUSC, tradução de Heloisa JochimsReichel e Marcelo Fernando da Costa, 2004.

FUETER, Eduard. História de la Historiografia Moderna. Buenos Aires, Editorial Nova, tradução de Ana Maria Ripullone, 1953 (Volume II).

FURET, François (Diretor). O Homem Romântico. Lisboa, Presença, tradução de Miguel Serras Pereira, 1999.

GOOCHE, George P. História e Históriadore em elsiglo XIX. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, tradução de Ernestina de Champurcí y Ramón Iglesia, 1977.

Sigla IHH235	Disciplina História Contemporânea II	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
Primeira Guerra Mundial. Revolução Russa. Período entre guerras, totalitarismo e crise de 1929. Segunda Guerra Mundial. Processo de descolonização. Socialismo na Rússia e Guerra Fria. Neoliberalismo e Fim da URSS. Revolução Tecnológica, Cultura mundializada e globalização. O ensino da história e os temas educacionais relacionados à disciplina.			
Objetivos			
Possibilitar aos acadêmicos um conhecimento da História Contemporânea visando à formação profissional dotada de uma compreensão adequada sobre problemas historiográficos e domínio da bibliografia básica e dos temas principais discutidos no recorte espaço-temporal considerado.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.			
_____. Era dos extremos: o breve século XX, 1914 – 1991. 2ª Edição. São Paulo: Cia das Letras, 2012.			
_____. Como mudar o mundo. Marx e o Marxismo, 1840 – 2011. São Paulo: Cia das Letras, 2011.			
KNOPP, Guido. Guerreiros de Hitler. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.			
LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução. 4ª Edição. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.			
MARQUES, Ademar; BERUTTI, Flávio. História Contemporânea através de textos. 3ª Edição. – São Paulo: Contexto, 1994. (Textos e Documentos).			



MAYER, Arno. A Força da Tradição: a Persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Cia das Letras, 1987.

PARADA, Maurício. FASCISMOS. Conceitos e experiências. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PERROT, Michelle (org.). História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Bibliografia Complementar:

ASH, Timothy Garton. Nós, o povo. A revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

BLACKBURN, Robin (Org.). Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. 3ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CANÊDO, Letícia. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1985.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico – São Paulo, Xamã, USP/FFLCH/DH, 1995.

DUPEUX, Louis. História Cultural da Alemanha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

FERRO, Marc. A Revolução Russa de 1917. São Paulo: Perspectiva, 1988.

FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge. (Org.) O SÉCULO XX. O tempo das incertezas: da formação do capitalismo à primeira guerra mundial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Daniel. As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético. São Paulo: Editora UNESP, 2003. (Coleção Revoluções do século XX).

GAY, Peter. A cultura de Weimar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Sigla IHH236	Disciplina História do Brasil Republicano II	Crédito 4	C.H 75
Ementa			
A disciplina propõe-se a discutir as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da Revolução de 30, com ênfase nos golpes e crises institucionais que marcaram a fraturada história política brasileira no pos-30. Pretende-se ainda analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas implicações sobre os trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais. Serão abordados aspectos teóricos relacionados às possibilidades de abordagem da História do Brasil Republicano no campo do ensino.			
Objetivos			
Discutir as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da Revolução de 30, com ênfase nos golpes e crises institucionais que marcaram a fraturada história política brasileira e as suas possibilidades de abordagem no campo do ensino.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1997.			
FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da			



experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
GOMES, Ângela de Castro (Org.). A Invenção do Trabalhismo. São Paulo, Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto/USF, 1980.
SILVA, Marcos (Organizador). Brasil - 1964 / 1968 - A Ditadura Já Era Ditadura. São Paulo: LTC, 2014.
MELO, D. B. (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
SILVA, Fernando Teixeira da. A carga e a culpa - Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade - 1937-1968. Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal, 1995.

Sigla IHH237	Disciplina Estágio Supervisionado IV	Crédito 4	C.H 120
Ementa			
Realização de atividades de participação e regência em escolas do ensino médio.			
Objetivos			
Possibilitar a vivência do trabalho docente de forma criativa, articulando as formações teóricas e práticas do acadêmico, através da elaboração de planos de aula e da regência em escolas de ensino médio.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica:			
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – Ensino médio. MEC: 2018.			
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 1998.			
FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papyrus, 2013.			
PINSKY, Jaime (org.). O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2001.			
Bibliografia Complementar:			
SERRANO, Carlos & WALDMAN, Maurício. <i>Memória d'África: a temática Africana em sala de aula</i> . São Paulo: Cortez, 2007.			
KARNAL, Leandro (org.). <i>História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas</i> . São Paulo: Contexto, 2004.			
MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES Marcelo de Souza. (Org.). <i>Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas</i> . Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2007.			
PINSKY, Carla Bassanezi. <i>Novos temas nas aulas de história</i> (2009). São Paulo: Contexto, 2015.			



Sigla IHH239	Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II	Crédito 2	C.H 60
Ementa			
Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido a partir do projeto de pesquisa na área de História, elaborado durante a disciplina TCC I, sob orientação de um professor. As temáticas deverão ser desenvolvidas em consonância com as linhas de pesquisa e campos temáticos existentes no Departamento de História.			
Objetivos			
O Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade desenvolver no aluno: a) aptidão para a pesquisa; b) o aprofundamento em temas específicos de caráter histórico; c) o estímulo à produção do conhecimento científico; d) a capacidade de análise e síntese na produção acadêmica.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: BARROS, José d'Assunção. Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. PINSKY, Carla Bessanezi e LUCA, Tânia Regina de (Org.). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.			
Bibliografia Complementar: ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa em História: teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006. BARROS, José d'Assunção. Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma Introdução à História. 2. ^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1988. ECO, Humberto. Como se faz uma tese em Ciências Humanas. São Paulo: Perspectivas, 1988. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social – teoria, método e criatividade. 20. ^a edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. MORAES, Marieta (Org.) História Oral. Rio de Janeiro, Diadorim / Finep, 1994. PROST, Antoine. Doze Lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2012. VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo <i>et alii</i> . A Pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1991			



DISCIPLINAS OPTATIVAS

Sigla IHH068	Disciplina História e Literatura	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
O Historiador e suas fontes. A noção de Literatura e sua historicidade. O campo dos estudos literários: teorias e métodos. Noções básicas: imaginário, representação, ficção e realidade. Os problemas da interpretação e do sentido: textualidade, extratextualidade e recepção.			
Objetivos:			
Iniciar os discentes na prática da análise de textos ficcionais e, a partir dessa experiência, explorar as possibilidades de utilização dos textos literários como fontes para a reflexão e a produção do conhecimento histórico.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica			
CHARTIER, Roger. <i>À Beira da Falésia – A História entre Certezas e Inquietudes</i> . Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.			
EAGLETON, Terry. <i>Teoria da Literatura: uma introdução</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2006.			
ECO, Umberto. <i>Seis Passeios Pelos Bosques da Ficção</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1994.			
LE GOFF, Jacques. "História" IN <i>História e Memória</i> . Campinas: UNICAMP, 1996.			
REUTER, Yves, <i>A Análise da Narrativa: o texto, a ficção e a narração</i> , Rio de Janeiro: Difel, 2007.			
STAROBINSKI, Jean. A Literatura: o texto e seu intérprete IN LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. <i>História: Novas Abordagens</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.			
Bibliografia Complementar			
ADAM, Jean-Michel e REVAZ, Françoise. <i>L'Analyse des Récits</i> . Paris: Seuil, 1996.			
AUERBACH, Erich. <i>Mimesis</i> . São Paulo: Perspectiva, 2015.			
BORGES, Jorge Luis. <i>Esse Ofício do Verso</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.			
BURKE, Peter. <i>O Que É História Cultural</i> . Rio de Janeiro. Zahar, 2005.			
CALVINO, Ítalo. <i>Seis Propostas Para o Milênio</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1988.			
CARDOSO, Ciro Flamarion. <i>Narrativa, Sentido e História</i> . Campinas: Papirus, 1997.			
CASTLE, Gregory. <i>The Blackwell Guide to Literary Theory</i> . Oxford: Blackweel, 2007.			
CUDDON, J. A. <i>The Penguin Dictionary of Literary Terms and Literary Theory</i> . London: Penguin Books, 1977.			
CHARTIER, Roger. <i>A História Cultural: entre práticas e representações</i> . Lisboa: Difel, 1990.			
CHARTIER, Roger. <i>Literatura e História</i> . Rio de Janeiro: Revista Topoi, nº 1, 1999, pp. 197-216			
_____. <i>A história ou a leitura do tempo</i> . Belo Horizonte: Autêntica,			



2010.

DUBY, Georges e LARDREAU, Guy. “Um nominalismo bem temperado” *IN Diálogos Sobre a Nova História*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, pág. 35-59.

GAY, Peter. *Represálias Selvagens – realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*.

PAMUK, Orhan. *O Romancista Ingênuo e o Sentimental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PIGLIA, Ricardo. *O Último Leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SHORT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STOCK, Brian. *Listening for the Text- on the uses of the past*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.

TODOROV, Tzvetan. *As Estruturas Narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Sigla IHH107	Disciplina História e Historiografia das Mulheres	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
História e Historiografia das Mulheres: fundamentos, perspectivas e impasses; História das Mulheres e estudos de Gênero: Movimento feminista e movimento de mulheres; História, Memória e Representações da mulher no espaço urbano e rural; História das Mulheres na Amazônia.			
Objetivos:			
A disciplina se propõe a refletir sobre os rumos da História das Mulheres na historiografia buscando perceber a diversidade e a complexidade de suas vivências cotidianas; Promover reflexões no sentido de entender as mulheres nas relações com os homens, com a sexualidade, com as crianças, a família, o poder e com a sociedade de modo geral; Fomentar o debate sobre o viver feminino que possam ir das teorias mais clássicas de gênero a estudos atuais. Pesquisas em Manaus sobre essa temática terão relevância especial no curso.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: BEAUVOIR, Simone. <i>O Segundo Sexo</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002 BUTLER, Judith. <i>Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade</i> . Rio de Janeiro: Cia. Brasileira, 2017 COLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). <i>Dicionário Crítico de Gênero</i> . Dourados, MS: UFGD, 2015. CISNE, Mirla. <i>Feminismo e Consciência de Classe no Brasil</i> . São Paulo: Cortez, 2014. DAVIS, Angela. <i>Mulheres, raça e classe</i> . São Paulo: Boitempo, 2016. GONÇALVES, Andréa Lisly. <i>História & Gênero</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			



HIRATA, Helena (et al). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: EDUNISC, 2003.

MATOS, Maria Izilda Santos e SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. Feminismo e Política. São Paulo: Boitempo. 2014.

NASH, Mary. Invisibilidad y Presencia de la Mujer en História. *História*, México, 10, 1985.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORI, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP/Contexto, 2001.

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

Sigla IHH131	Disciplina Cultura Ibérica	Crédito 3	C.H. 45
Ementa:			
Presença do Islã nas culturas da Península Ibérica: o processo de formação dos demais reinos cristãos - Astúrias, Leão, Aragão, Catalunha, Navarra, Galícia - em comparação com a história de Portugal e Algarve.			
Objetivos:			
Fornecer elementos historiográficos para que o aluno perceba as múltiplas singularidades da história da Península Ibérica entre os séculos VIII e XV, com destaque para o Garb-AL-Andaluz, as culturas do reino Asturiano-Leonês e as alterações estruturais dos condados de portucale e de Coimbra.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: Cláudio Torres. "O Garb-Al-Andaluz", in <i>História de Portugal</i> , direção de José Mattoso. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. I. Louis Gardet. "Concepções muçulmanas sobre o tempo e a história", in <i>As Culturas e O Tempo</i> , org. Paul Ricoeur. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975. Roger Garaudy. <i>Promessas do Islã: suas contribuições presentes, passadas e futuras à nossa civilização</i> . Rio, Ed. Nova Fronteira, 1988. Amin Maalouf. <i>As cruzadas vistas pelos árabes</i> . São Paulo, Edit. Brasiliense, 1989, 2ª edição. Bernard Lewis. <i>Judeus do Islã</i> . Rio, Ed. Xenon, 1990. Henry Corbin. <i>L' imagination créatrice dans le soufisme d' Ibn Arabi</i> . Paris, Ed. Flammarion, 1959.			



Maxime Rodifón. "The western image and western studies of Islam". in *The Legacy of Islam*, org. Joseph Schacht. Oxford University Press, 1974.
Rubem Franca. *Arabismos*. Recife, Editora da UFPe, 1994.

Sigla IHH029	Disciplina Demografia Histórica	Crédito 3	C.H. 45
Ementa:			
A Demografia Histórica como ciência auxiliar da História. Métodos e Técnicas em Demografia Histórica. As Fontes. Aplicação de métodos e técnicas em Demografia Histórica para estudo da América Latina e da Amazônia.			
Objetivos:			
Desenvolver a compreensão da multiplicidade e abrangência da Demografia Histórica enquanto linha de pesquisa e de seu caráter interdisciplinar como ciência auxiliar da História.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: BENCHIMOL, S. O cearense na Amazônia in. Amazônia: im pouco-antes e além-depois. Manaus, Humberto Calderaro, 1977. CARDOSO, C.F.S. Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas. Rio de Janeiro, Graal, 1984. _____. Os métodos da História. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1981. DENEVAN, W. La población aborigen pela Amazônia em 1492. Amazonia Peruana, V. 3, nº 5. KULA, W. Problemas y métodos de La História económica. Ed. Península, Barcelona, 1977. LE GOFF, J. e NORA, P. História: novas abordagens. Ed. Fcº Alves, 1976. MARCÍLIO, M. L. (org) População e sociedade – evolução das sociedades pré-industriais. Vozes, Petrópolis, 1984. _____. Demografia Histórica. Coleção Novos Ubrais, Ed. Pioneira, São Paulo, 1977.			



Sigla IHH120	Disciplina História da Amazônia	Crédito 4	C.H. 60
Ementa: Amazônia pré-colonial; Amazônia na Época do Contato; Amazônia Portuguesa entre os séculos XVI e XIX: conquista e colonização; Amazônia na crise do Antigo Sistema Colonial. Do Estado do Grão-Pará e Rio Negro à Província Grão-Pará; A Cabanagem na Amazônia; Processo de criação da Província do Amazonas; A Economia e Sociedade da <i>Belle Époque</i> Amazônica; Tempos de crise na Amazônia; Grandes Projetos e as populações indígenas e camponesas.			
Objetivos: Proporcionar aos alunos os elementos necessários para a compreensão das principais abordagens historiográficas que buscam apreender as linhas específicas e gerais do processo de formação e consolidação da sociedade na Amazônia colonial portuguesa e da sociedade na Amazônia nos séculos XIX e XX e XXI.			
Bibliografia: Bibliografia Básica: BRAGA, Bruno Miranda. Manaós uma Aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré – 1845-1910. <i>Dissertação de Mestrado em História Social</i> , defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – PPGH/UFAM, 2016. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos – Poder, Magia e religião na Amazônia Colonial. Curitiba: CRV, 2017. DAOU, Ana Maria. A Belle époque Amazônica. 3ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. DAOU, Ana Maria. A cidade, o teatro e o Paiz das Seringueiras: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014. DIAS, Edínea Mascarenhas. “A ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920”, 2ªed. Manaus: editora Valer, 2007. LOUREIRO, Antônio José Souto. O Amazonas na Época Imperial. 2º Ed. Manaus: Editora Valer, 2007. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Os fios de Ariadne: Fortunas e Hierarquias Sociais na Amazônia, Século XIX. 2ªEd. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. UGARTE, Auxiliomar Silva, Sertões de Bárbaros. O Mundo Natural e as Sociedades Indígenas da Amazônia na Visão dos Cronistas Ibéricos (Séculos XVI-XVII). 1. Ed. Manaus: Editora Valer, 2009.			



Sigla IHH063	Disciplina História Cultural da Amazônia	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
<ol style="list-style-type: none">1. O conceito de cultura; cultura popular e circularidade cultural.2. As primeiras imagens da Amazônia no imaginário europeu.3. Religião, comunidade e cultura popular na Amazônia.4. O cenário cultural na “Mauaus da borracha: entre a <i>belle époque</i> e a ilusão do fausto. Festas populares na Amazônia contemporânea.			
Objetivos:			
Apropriar-se dos referenciais teóricos-metodológicos na Nova História Cultural (NHC) para refletir criticamente sobre processos socioculturais na Amazônia.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica: BAKHTIN, Mikail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. Brasília: Editora da UnB, 1999. BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Festas Religiosas e Populares na Amazônia. In: BRAGA, Sérgio (Org). Cultura Popular, Patrimônio Imaterial e Cidades. Manaus: Edua, 2007. BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus, 1996. BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2008. DAOU, Ana Maria, A belle époque amazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. DARTON, Robert. O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 2001. LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica: uma poética do imaginário. Manaus: Valer, 2015. MONTEIRO, Mário Ypiranga. As Amazonas e o Matriarcal: Ensaios de Antropologia Cultural. Manaus: Edua, 2014.			

Sigla IHH119	Disciplina História da Cultura Amazonense	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Modelos explicativos sobre o desenvolvimento cultural da Amazônia pré-colonial; a conquista e colonização da Amazônia; incorporação da Amazônia ao Estado Nacional Brasileiro; estrutura e dinâmica da Amazônia Contemporânea: manifestações da modernidade na região.			
Objetivos:			
Proporcionar uma visão crítica dos principais processos sócio-culturais relativos à história amazonense.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica: ACUÑA, Cristobal de. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. RJ: Agir,			



1984.

AGUIAR, José Vicente de Souza. Manaus: Praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2002.

ALEMIDA, Rita Heloísa. O diretório dos Índios. Brasília: UNB, 1997.

Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, vol. 1 nº 1. Jan/dez: Manaus: EDUA, 2007.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro?. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVAJAL, Gaspar de: Relatório do Novo Descobrimento do famoso Rio Grande: descoberto pelo capitão Francisco de Orellana. Edição bilíngüe. São Paulo/ Embaixada da Espanha em Brasília: Scritta, 1992.

CUNHA, Manuela Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). Amazônia e a Crise da modernização. Belém: MPEG, 1994.

DIAS, Edínea Mascarenhas. A ilusão do Fausto: Manaus – 1980-1920. Manaus: Editora Valer, 1999.

Sigla IHH140	Disciplina História Econômica, Política e Social do Brasil	Crédito 4	C.H. 60
-------------------------------	---	----------------------------	--------------------------

Ementa:

A história republicana brasileira no século XX: continuidades e rupturas. O Estado, a burguesia, os trabalhadores, os conflitos sociais, as crises políticas e os movimentos culturais.

Objetivos:

Fomentar o debate sobre as principais características do regime republicano no Brasil ao longo do século XX. Possibilitar a produção de análises a respeito do comportamento dos diferentes atores sociais no exercício da luta de classes, da construção política e nos movimentos culturais.

Bibliografia:

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe, (organizador) História da Vida Privada no Brasil. 2 (Império). São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ASSIS, Machado. O alienista. In Obra Completa. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1994.

AZEVEDO, Célia Marinho. Onda Negra Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites no século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BARREIRO, José Carlos. “Tradição, cultura e protesto popular no Brasil 1780-1880”. In Projeto História, SP, PUC/SP, n. 16, fev. 1998.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARONE, E. A república nova. (1930-1937). SP: Difel, 1974.

_____. O Estado novo. (1937-1945). SP: Difel, 1977.

CHALBOUB, S. Trabalho, Lar e Botequim. SP: Brasiliense, 1987.



Sigla IHH130	Disciplina História Econômica, Política e Social Geral	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Estudo da constituição econômica, das características da sociedade industrial e das vicissitudes políticas no século XX, por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período.			
Objetivos: <ul style="list-style-type: none">• Compreender as transformações em curso em um quadro de mudanças do sistema capitalista;• Analisar a relação entre idéias formuladas nos períodos revolucionários e a configuração de pensamentos hegemônicos;• Estabelecer relações entre as práticas políticas e conformação de experiências sociais nos quadros do século XX no plano internacional que envolve as relações entre ocidente e oriente.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica: <p>ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p> <p>_____. Sobre a Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.</p> <p>ASH, Timothy Garton. Nós, o povo. A revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.</p> <p>BERMAN, M. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.</p> <p>BLACKBURN, Robin (Org.). Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. 3º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.</p> <p>BRUNDSCHWIG, H. A partilha da África Negra. 2º Ed. São Paulo: Atual, 1985.</p> <p>CANÊDO, Letícia. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1985.</p> <p>COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico – São Paulo, Xamã, USP/FFLCH/DH, 1995.</p>			

Sigla IHH062	Disciplina História e Movimentos Sociais na Amazônia	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Os Movimentos Sociais enquanto campo de análise historiográfica. Do estudo da “rebeldia primitiva” à implosão do paradigma “revolta x revolução”. Os movimentos sociais em áreas periféricas. Tipologia dos movimentos sociais na Amazônia (séculos XVIII - XIX). As Novas Faces dos Movimentos Sociais na Amazônia Contemporânea. Balança da produção acadêmica regional acerca da temática da insurgência popular, das rebeliões de escravos, dos movimentos de populações negras, de operários e trabalhadores urbanos e os movimentos rurais de luta pela terra.			
Objetivos:			



Discutir os Movimentos Sociais enquanto campo de abordagem historiográfica a partir de um enfoque interdisciplinar e tendo como eixo articulador as transformações (teóricas e metodológicas) que impactaram esse campo de estudo nas últimas décadas.

Bibliografia:

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Alfredo Wagner B de. Localismo e Universalismo dos movimentos sociais. In: Conflito e Mediação. Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Rio de Janeiro, 1993 (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke: O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p.203-206.

JORDÁN, Pilar Garcia. En el Corazón de las Tinieblas... Del Putumayo (1890-1932): fronteras, caucho, mano de obra indígena y misiones católicas en la nacionalización de la Amazonía. In: Revista de Indias, 2001, vol. LXI, número 223.

MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In: CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

MICHEL, Angus. Diário da Amazônia de Roger Casement. São Paulo: Edusp, 2016.

OLINTO, Igor. Uma Viva e Permanente Ameaça: resistências, rebeldias e fugas escravas no Amazonas Provincial. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Site pncsa.uea. Coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Sigla IHH218	Disciplina História, Memória e Patrimônio	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
História, Memória e Patrimônio. Instituições culturais, arquivos, museus e o profissional de história. As políticas de preservação do patrimônio histórico/artístico no Brasil e na Amazônia.			
Objetivos:			
Abordar o conhecimento histórico como um questionamento teórico sobre a prática historiográfica, alcançando a discussão dos dilemas políticos contemporâneos do ensino/pesquisa na área. Buscar um questionamento epistemológico das diferentes correntes teórico-metodológicas da historiografia contemporânea. Compreender a relação história / memória / patrimônio.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora Unicamp, 2005.			
CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária. SP: Perseu Abramo, 2001.			
CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer tabula rasa do passado? São Paulo: Ática,			



1995.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de História". In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. SP: Brasiliense, 1996.

BLOCH, Marc. Apologia da História: o ofício do Historiador. RJ: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre História. SP: Perspectiva, 2007.

BURKE, Peter. A escrita da História. SP: UNESP, 1992.

Sigla IHH220	Disciplina História Oral	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A História Oral como campo do conhecimento histórico. As relações entre memória e história por meio da revisão crítica da historiografia e da análise de narrativas orais. A produção e a análise de fontes orais.			
Objetivos:			
O curso pretende auxiliar os alunos na compreensão das principais questões debatidas em torno das relações entre história e memória, através da discussão teórica do trabalho de oralistas consagrados e da produção de entrevistas de história oral de vida.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.			
BOSI, Eclea. Memória e sociedade. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.			
LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1992.			
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral, São Paulo: Loyola, 2005.			
RICOEUR, Paul. A Memória, a História e o Esquecimento. Campinas: Unicamp, 2008.			
BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As Faces da Memória. Col. Seminários, Campinas: Unicamp, 1995.			

Sigla IHH141	Disciplina História e Periodismo	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
O Jornal como fonte e objeto da análise historiográfica; Evolução Histórica da Imprensa; Evolução da Imprensa no Brasil; Periodismo e Cultura Letrada; Variedades da Produção Periódica.			
Objetivos:			



Promover reflexões acerca das escolhas teóricas e metodológicas que envolvem o trabalho de pesquisa do Historiador, bem como sobre a compreensão dos métodos de pesquisa em História;
Estimular o aluno na pesquisa dos principais acervos documentais do Amazonas e refletir sobre como esses acervos tem sido explorados pelas pesquisas locais;
Levar o aluno a desenvolver habilidades para a leitura dos documentos históricos e a refletir sobre os temas e problemas que poderão ser desenvolvidos por eles posteriormente.

Bibliografia:

Bibliografia Básica:

ALBERT, P. e TERROU, F. História da Imprensa. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira. 4º Ed. São Paulo: Ática, 1990.
BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa, Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
BOLLÈME, Geneviève. O Povo Por Escrito. Trad.: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
BOSI, Alfredo. "As Letras na Primeira Republica". In: FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira, vol. 9. São Paulo, Difel, 1985, p. 293-319.
BOSI, Ecléa. Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras operárias. Petrópolis, Vozes, 1986.
BOURDIEU, Pierre. Lições da Aula. Trad. Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Ática, 1988.
BUITONI, Dulcília Schroeder. Imprensa Feminina. São Paulo: Ática, 1986.

Sigla IHH240	Disciplina Leitura Documental de Manuscritos dos séculos XVII a XIX	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Introdução à leitura e transcrição de manuscritos produzidos nos séculos XVII a XIX. Fornecer subsídios para a compreensão dos aspectos gráficos, materiais e complementares dos documentos através da análise diplomática e da análise tipológica dos documentos.			
Objetivos:			
Compreender as formulações teóricas elementares da paleografia, assimilando-as por meio da aplicação de técnicas apropriadas.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Glossário das espécies documentais. In: Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo. Catálogo 1. São Paulo: Fapesp, 2000. PP. 300-316. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.			



BERWANGER, Ana Regina e Leal, João Eurípedes Franklin. Noções de paleografia e diplomática. Santa Maria: UFSM, 1991.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architectonico (...) Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em: [HTTP://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1](http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1). Acesso em fevereiro de 2013.

COSTA, Avelino de Jesus da. Os mais antigos documentos escritos em Português. Estudos de cronologia, diplomática paleografia e histórico-linguísticos, in [HTTP://www.institutocamoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf](http://www.institutocamoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf)

_____. Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos. 3º Ed. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII. Goiânia: Trilhas Urbanas/FAPESP, 2008.

FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar: primeira parte. Lisboa Occidental: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722. Disponível em: <purl.pt/107>. Acesso em fevereiro de 2013.

Sigla IHH133	Disciplina História da Saúde e das Doenças na África Subsaariana - Fontes e Historiografia	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
História das Doenças: bases teóricas e fontes; Epidemias do século XIX e XX; Epidemiologia e os estudos históricos da saúde e das doenças; Saúde e espaços na África Subsaariana; Determinantes Sociais de Saúde e os desafios da Saúde Global da África Subsaariana.			
Objetivos:			
Examinar a História da Saúde e das Doenças na África Subsaariana.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
CHABAL, Patrick. Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade. Lisboa, Po: Veja, 1994.			
LOBATO, Alexandre. Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques. Lisboa: junta de investigação do ultramar, 1961.			
PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.			
UNESCO. História Geral da África. São Paulo: Ática / Unesco, 1982-91. (volume VI).			
_____. História Geral da África. São Paulo: Ática / Unesco, 1982-91. (volume VII).			
_____. História Geral da África. São Paulo: Ática / Unesco, 1982-91. (volume VIII).			



Sigla IHH417	Disciplina História da Medicina e da Saúde Pública no Brasil	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Apresentar aos alunos um panorama da história da medicina e da saúde pública no Brasil, com ênfase nas mudanças ocorridas no Brasil, com ênfase nos saberes, práticas e instituições médicas (séculos XVII e XX). Discutir as principais abordagens historiográficas no campo, articulando uma história social e política do Brasil e problematizando ações e comportamentos dos personagens envolvidos com difusão e institucionalização das práticas médicas no país.			
Objetivos:			
Apresentar e refletir sobre o desenvolvimento da medicina e formação da saúde pública no Brasil, com ênfase no período da formação e da consolidação do Estado Imperial.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
IÑIGUEZ ROJAS, Luisa Basília; TOLEDO, Luciano Medeiros de (Org.). Espaço & doença: um olhar sobre o Amazonas. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FIOCRUZ, 1998. 1v.			
PÔRTO, Ângela (org.). Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ: FAPERJ, 2008. (Coleção História & Saúde: Clássicos e Fontes).			
QUEIROZ, Marcos de Souza; PUNTEL, Maria Angélica. A endemia hansênica: uma perspectiva multidisciplinar. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 1997.			
SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-190. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2011.			
THIELEN, Eduardo Vilela (org.). A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz: Casa de Oswaldo Cruz, 1991.			

Sigla IHH241	Disciplina Tópicos Especiais em História e Cultura	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A disciplina elegerá para estudos problemáticas acerca do conceito de cultura; cultura, memória e identidade; cultura e patrimônio; cultura, linguagens e narrativa; cultura, tempo e historicidade; cultura, sociedade, economia e política; história da cultura; história cultural; história social da cultura; fontes e métodos da história cultural.			
Objetivos:			
Proporcionar aos alunos reflexões sobre o conceito de cultura nas diferentes tradições historiográficas.			
Bibliografia:			



Bibliografia Básica:

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. 244 p.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 236 p.

JOHNSON, Richard. "O que é afinal Estudos Culturais ?" In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *O que é afinal Estudos Culturais ?* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: Edusc, 2002. 324 p.

RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 363 p.

SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 330 p.

THOMPSON, Edward Palmer. "Folclore, antropologia e história social". In: SILVA, Sérgio e NEGRO, Antonio Luigi (Orgs.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Sigla IHH259	Disciplina Tópicos Especiais em História Antiga	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Debates entre a epistemologia tradicional e as perspectivas mais recentes para o estudo de Antiguidade. Crítica ao eurocentrismo, à cronologia tradicional e novas propostas de periodização. Diversidade documental e embates entre a cultura material e a tradição clássica			
Objetivos:			
Proporcionar aos alunos elementos para críticas a cronologia tradicional sobre antiguidade e parâmetros para novas periodizações.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
ABULAFIA, David. O Grande Mar : Uma História Humana do Mediterrâneo. São Paulo: Objetiva, 2013.			
BEARD, Mary. SPQR : Uma história da Roma Antiga. São Paulo: Planeta, 2017.			
CABANES, Pierre. Introdução à História da Antiguidade . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.			
GUARINELLO, Norberto Luiz. História Antiga . São Paulo: Editora Contexto, 2013.			
LEFÈVRE, François. História do mundo grego antigo . São Paulo: Martins Fontes, 2013.			



Sigla IHH242	Disciplina Tópicos Especiais em História Medieval	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Tópicos Especiais em História Medieval elegerá para estudos problemáticas discutidas no âmbito da constituição e características do mundo medieval (séculos V - XV) por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos.			
Objetivos:			
Discutir o conceito de feudalismo considerando diferentes enfoques teóricos e perspectivas historiográficas; Discutir o conceito de Idade Média, enfatizando seu percurso histórico e o tratamento do mesmo na atualidade; Analisar a interação, ao longo da Idade Média, das civilizações Cristã Ocidental, Bizantina e Islâmica.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica: BASCHET, Jerome. A civilização feudal: do ano mil à colonização da América . Petrópolis: Vozes, 2007. BERNARDO, João. Poder e dinheiro: do poder pessoal ao Estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV . Porto: Afrontamento, 1995, 1997, 2002, 3.v. BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos . São Paulo: Companhia das Letras, 1993. BROWN, Peter. A ascensão do cristianismo no Ocidente . Lisboa: Presença, 1999. DUBY, Georges. As três ordens ou o imaginário do feudalismo . Lisboa: Estampa, 1982. _____. Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval . Lisboa: Edições 70, 1988, 2.v. LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente medieval . 2.ed. Lisboa: Estampa, 1995. _____. O apogeu da cidade medieval . São Paulo: Martins Fontes, 1992. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). Dicionário temático do Ocidente medieval . Bauru; São Paulo: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2.v. McEVEDY, Colin. Atlas de História Medieval . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			

Sigla IHH243	Disciplina Tópicos Especiais em História Moderna	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Tópicos Especiais em História Moderna elegerá problemáticas discutidas no âmbito da constituição e características da sociedade moderna (séculos XV - XVII) e suas crises, antigo regime (século XVIII), por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos.			
Objetivos:			
Proporcionar aos alunos a aquisição de um método crítico de leitura dos conceitos, das periodizações e dos problemas da história da Idade Moderna a partir dos debates historiográficos sobre os temas contemplados.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			



BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 3 vols.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARWIN, John. *Ascensão e queda dos impérios globais (1400-2000)*. Lisboa: Ed. 70, 2016.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1983, 2 vols.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

GARIN, Eugenio - *O Homem renascentista*. São Paulo, Perspectiva, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Os Andarilhos do Bem*, SP, Companhia das Letras.

HILL, Christopher. *O século das revoluções: 1603-1714*. São Paulo: UNESP, 2012.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências. Transformação econômica e Conflito militar de 1500 a 2000*. RJ: Campus, 1989.

Sigla IHH244	Disciplina Tópicos Especiais em História Contemporânea	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Tópicos Especiais em História Contemporânea elegerá problemáticas discutidas no âmbito da constituição e características da sociedade industrial (século XIX e XX), por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos.			
Objetivos:			
Oferecer um quadro abrangente dos processos históricos que marcaram o século XIX apontando as grandes questões enfrentadas no século XX.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
HOBSBAWM e RANGER (org). <i>A Invenção das Tradições</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.			
HOBSBAWM, Eric. <i>A era das revoluções</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.			
----- <i>A Era do Capital, 1848-1875</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.			
MOORE, Barrington Jr. <i>As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno</i> . Lisboa: Edições 70, 1966			
POLANYI, Karl. <i>A Grande Transformação: as origens de nossa época</i> . Rio de Janeiro, Campus, 1980.			
SCHORSKE, Carl. <i>Viena fin-de-siècle</i> . São Paulo: Cia das Letras/Ed. Unicamp, 1988			



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000;
BERMAM, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 2007;
CHESNEAUX, Jean. A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX. São Paulo: Pioneira, 1982;
FURET, François. Pensando a revolução francesa. São Paulo: Paz e Terra, 1989;
MAYER, Arno. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848/1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;

Sigla IHH245	Disciplina Tópicos Especiais em História da Amazônia	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A disciplina elegerá para estudos problemáticas específicas discutidas no âmbito da constituição e características do mundo amazônico (séculos XVI - XX) por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos.			
Objetivos:			
Oferecer um quadro abrangente dos processos históricos regionais que marcaram a formação da sociedade amazônica ao longo do século XVI ao século XX.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
ALONSO, José Ruiz Peinado; CHAMBOLEYRON, Rafael (Organizadores). T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII e XXI), Belém: Açaí, 2010.			
CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Açaí, 2010;			
SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2. ed. Manaus : Ed. da Universidade do Amazonas, 2002.			
SAMPAIO, Patrícia Melo. Espelhos partidos: Etnia, legislação e desigualdade na colônia. Manaus: EDUA, 2012.			
UGARTE, Auxiliomar Silva. Sertões de bárbaros: O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI–XVII). Manaus: Valer, 2009.			
CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos. Poder, magia e religião na Amazônia colonial. Curitiba: CRV, 2017.			
COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América; O caso do diretório dos índios (1750–1798). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.			
MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. Fé e Império: As juntas das missões nas conquistas portuguesas. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2009.			
NEVES, Eduardo Góes. Arqueologia da Amazônia, Rio de Janeiro: Zahar, 2006.			
DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (Organizadores). Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2003.			



Sigla IHH246	Disciplina Tópicos Especiais em História do Trabalho e dos Trabalhadores no Brasil	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A disciplina elegerá a diversidade de experiências de trabalho e de relações de trabalho; trabalho análogo à escravidão; precarização das relações de trabalho; ideários e formas de organização políticas de trabalhadores; correntes ideológicas e práticas sindicais; movimentos, sindicatos e partidos operários; formas de mobilização, reivindicações e estratégias de lutas; práticas culturais, associativas e formas de expressão de trabalhadores; identidades e experiências de classe; tradições e celebrações.			
Objetivos:			
Analisar a historiografia brasileira sobre o trabalho e os trabalhadores ao longo dos séculos XIX-XX.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
ANTUNES, Ricardo. <i>O novo sindicalismo</i> . São Paulo, Brasil Urgente, 1981.			
BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: <i>Historiografia Brasileira em perspectiva</i> . São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.			
BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre (Orgs.). <i>Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado</i> . Campinas: Editora da Unicamp, 2004.			
BOITO, Armando. <i>O sindicalismo brasileiro nos anos 80</i> . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.			
CPT (org.). <i>Trabalho escravo no Brasil contemporâneo</i> . São Paulo: Edições Loyola, 1999.			
FERREIRA, Jorge. <i>Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular</i> . Rio de Janeiro, FGV, 1997.			
FORTES, Alexandre. <i>Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho</i> . Campinas, Ed. da Unicamp, 1999.			
GOMES, Angela M. de Castro. <i>A invenção do trabalhismo</i> . São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.			
HARDMAN, Francisco Foot. <i>Nem pátria nem patrão</i> . Vida operária e cultura anarquista no Brasil. 3ª. Ed.. São Paulo, Ed. da Unesp, 2002.			
MATTOS, Marcelo Badaró. <i>Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)</i> . Rio de Janeiro, Vício de leitura, 1998.			
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; SAKAMOTO, Leonardo (coord.) <i>Trabalho escravo no Brasil do século XXI</i> . Brasília, OIT, 2006.			
PARANHOS, Adalberto. <i>O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil</i> . São Paulo, Boitempo, 1999.			
RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). <i>O novo sindicalismo vinte anos depois</i> . Petrópolis, Vozes, 1999.			
SADER, E.; PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. <i>Revista Brasileira de História</i> . São Paulo: nº 06, set. 1983.			



Sigla IHH247	Disciplina Tópicos Especiais em Ensino de História	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
Tópicos Especiais em Ensino de História, abordará temas de estudos em torno da metodologia e didática do ensino de história na educação básica (ensino médio e anos finais do ensino fundamental). Devido à centralidade das questões relativas ao ensino neste conjunto de disciplinas, os debates, reflexões e estudos propostos envolvem também diretamente práticas de leitura e escrita relacionadas ao tema, por meio da produção, análise e utilização de diferentes gêneros de textos, material didático, relatórios, apresentação oral, entre outros.			
Objetivos:			
Refletir criticamente sobre as articulações entre concepções, métodos e conteúdos históricos, no ensino de História.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica: “A História em quadro negro. Escola, ensino e aprendizagem”. SILVA, Marcos Antonio da. (Org.). <i>Revista Brasileira de História</i> . São Paulo, n. 19, set.1989/fev.1990. “Memória, História, Historiografia. Dossiê ensino de História”. <i>Revista Brasileira de História</i> . São Paulo, Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, set.1992/ago. 1993. ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. (Orgs.) <i>Ensino de história</i> . Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2003. ARROYO, Miguel. <i>Ofício de Mestre. Imagens e auto-imagens</i> . Petrópolis, Vozes, 2001. ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania, São Paulo: RAAB, n.11, p.9-20, abr. 2001. ARROYO, Miguel González. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, LINO, Nilma. (org). <i>Diálogos na educação de jovens e adultos</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i> . São Paulo: Cortez, 2004. CABRINI, Conceição e outros. <i>O ensino de História. Revisão urgente</i> . São Paulo, Brasiliense, 1986. CERRI, Luis Fernando. Recortes e organizações de conteúdos históricos para a Educação Básica.			

Sigla IHH248	Disciplina Tópicos Especiais em História Econômica	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			



A Economia e a História: a questão do método; a História Quantitativa e História Serial: o avanço da História Econômica; o debate acerca da História Quantitativa: Jean Marczewski e Pierre Vilar; a Historiografia Econômica Brasileira e o debate sobre a História Quantitativa; influência da Nova História Econômica e da Economia Institucional; os Encontros da História e da Economia no Brasil.

Objetivos:

Analisar as abordagens historiográficas acerca da história econômica assim como seus conceitos e métodos.

Bibliografia:

Bibliografia Básica:

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Comércio Colonial*. São Paulo, Ática, 1980.

_____. “História e Crítica da História Econômica Quantitativa”. In *Separata da Revista de História* n.º 110. São Paulo, USP, 1977. pp. 463-481.

BOUVIER, Jean. “O Aparelho Conceptual na História Econômica”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 135-151.

CARDOSO, Ciro F. S. e Brignolli, Hector. *Os Métodos da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FONTANA, Josep. “A Reconstrução II: a Nova História Econômica”. In: FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Tradução de Luiz Roncari e revisão técnica de Fernando Novais. Bauru: EDUSC, 1998. pp. 187-201.

FURET, François. “História Eventual e História Serial”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976. pp. 61-65.

FURET, François. “A História Quantitativa e a construção do Fato Histórico”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976. pp. 73-91. (Este artigo foi publicado no livro *História: Novos Problemas*, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora com o título de “O Quantitativo em História”)

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 19ª ed.. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

GRENIER, Jean-Yves. A História Quantitativa ainda é necessária? In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Tradução de Marcella Mortara. e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998, pp. 183-192.

HOBSBAWM, Eric. “Históriadores e Economistas: I” e “Históriadores e Economistas: II”. In: Idem. *Sobre História: ensaios*. 3ª reimp. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2000, pp. 106-137.

Sigla IHH249	Disciplina Tópicos Especiais em História dos Movimentos Sociais	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A política como disputa institucional; modelos e formas de participação política e cultural: movimentos dos trabalhadores urbanos; movimentos dos trabalhadores rurais; movimentos estudantis; os novos movimentos sociais; as instituições paraestatais (ONG's);			
Objetivos:			



Analisar as formas de organização e lutas dos movimentos sociais;
Analisar a historiografia pertinente ao tema;
Desenvolver o trabalho com fontes históricas;

Bibliografia:

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
ARAUJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Janeiro: Relume Dumará, 2007.
GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. SP, Loyola, 4ª ed., 2004.
COHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI*. Petrópolis, Vozes, 2008.
FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, FGV, 2008.
HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão*. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. 3ª. Ed. São Paulo, Ed. da Unesp, 2002.
MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1974)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
REIS FILHO, Daniel A.; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008 (3ª ed)
SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SANTANA, M. A. *Bravos Companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945-1964)*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BATALHA, C. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lutas e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. *Tempo* [online]. 2013, vol.19, n.35, p.116.

Sigla IHH250	Disciplina Tópicos Especiais em História e Historiografia	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A disciplina abordará temas como a construção do campo historiográfico nos séculos XIX e XX; as tensões entre disciplina científica e disciplina literária; novos problemas, abordagens e objetos da história nos séculos XX e XXI; profissionais e públicos da história; o lugar da história no mundo atual.			
Objetivos:			
Analisar a constituição de um campo historiográfico autônomo no século XIX assim como distinguir empirismo, positivismo, marxismo e historicismo na escrita da história ao longo do século XIX.			



Analisar a importância e os efeitos da constituição das ciências sociais sobre o campo historiográfico.

Bibliografia:

Bibliografia Básica:

- ARIËS, Philippe, *O tempo da história*, trad. R. L. Ferreira, São Paulo, Unesp, 2013
- BURKE, Peter, *A Revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales, 1929-1989*, trad. de Nilo Odália, São Paulo, UNESP, 1991
- BURROW, John, *Uma história das histórias: de Heródoto e Tucídides ao século XX*, trad. de N. V. Castro, Rio de Janeiro, Record, 2013
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule, *Introdução à historiografia*, trad. de L. Pelegrin, Bauru (SP), EDUSC, 2003
- COLLINGWOOD, R. G., *A ideia de história*, trad. de Alberto Freire, Lisboa, Presença, s/d [c. 1965]
- GRAFTON, Anthony, *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*, trad. de Enid A. Dobránszky, Campinas, Papirus, 1998
- HOBSBAWM, Eric J., Introdução, em K. Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 13-64
- WALSH, W. H., *Introdução à filosofia da história*, trad. de W. Dutra, Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- BLOCH, Marc, *História e Historiadores*, org. de Étienne Bloch, trad. de Telma Costa, Lisboa, Teorema, 1998

Sigla IHH251	Disciplina Tópicos Especiais em Teoria da História	Crédito 4	C.H. 60
Ementa			
A disciplina Tópicos Especiais em Teoria da História têm sua ementa definida em função de discussões prévias entre alunos e professores em que são definidos interesses de ordem teórica relativos a escolas de pensamento, obras de determinados autores, problemas ou conceitos específicos.			
Objetivos:			
Analisar a teoria da história como dimensão constitutiva da prática historiográfica; Localizar os principais paradigmas teóricos e os debates mais importantes presentes na historiografia nas últimas décadas.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
Lopes, Marcos Antonio (org.) <i>Grandes Nomes da História Intelectual</i> . S. Paulo, Contexto, 2003.			
Moles, Abraham A. <i>As ciências do impreciso</i> . trad. Glória de C.Lins. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.			
Momigliano, Arnaldo. <i>As raízes clássicas da historiografia moderna</i> . Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, Edusc, 2004.			
Precht, R.David, <i>Quem sou eu? E se sou, quantos sou?-uma aventura na filosofia</i> .			



Trad. Claudia Abeling. S.Paulo, Ediouro, 2009.

Prost, Antoine. Doze lições sobre a História. Trad. Guilherme de Freitas Teixeira. B.Horizonte, Autentica, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUC Rio, 2006.

Sigla IHH252	Disciplina Tópicos Especiais em História dos Direitos Humanos	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A disciplina discutirá temas como Rousseau e a tradição iluminista: injustiça e desigualdade; Revoluções burguesas e humanidade; Declarações Americana e Francesa; Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948); Direitos e cidadania – estado nacional, cosmopolitismo e estados de exceção; Poder simbólico dos direitos humanos e disputas políticas; Direitos fundamentais e direitos humanos; experiências ditatoriais e totalitárias e a supressão de direitos; Direitos Humanos e a Anistia Internacional; Globalização, nacionalismos e violação de Direitos.			
Objetivos:			
Debater as noções de “direitos humanos”, igualdade e cidadania assim como o percurso histórico de luta e conquista de direitos; Comparar as experiências francesa e americana na formulação de direitos, identificando os princípios que orientam a elaboração das respectivas declarações; Discutir o papel das entidades e instrumentos para a defesa dos direitos humanos na contemporaneidade;			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica: ALVES, J. A. L. <i>Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos</i> . São Paulo: FTD, 1997. ARENDT, Hannah. <i>Eichmman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 1999. ARENDT, Hannah. <i>Origens do totalitarismo</i> . São Paulo: Cia das Letras, 2012. BOBBIO, N. <i>A era dos direitos</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1992. COMPARATO, F. <i>A afirmação histórica dos direitos humanos</i> . São Paulo: Saraiva, 1999. HABERMAS, J. <i>Direito e democracia</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. HUNT, Lynn. <i>A invenção dos direitos humanos: uma história</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. LAFER, Celso. <i>A reconstrução dos direitos humanos</i> . Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.			

Sigla IHH253	Disciplina Tópicos Especiais em História e Meio Ambiente	Crédito 4	C.H. 60
-------------------------------	---	----------------------------	--------------------------



Ementa:
A disciplina discutirá temas como metodologia, fontes e problemas da história ambiental; sociedades humanas e suas relações com o meio ambiente. Formas de ocupação do solo; relações homem-natureza; ideias sobre a natureza; sociedades e recursos naturais; industrialização e consumo. Conflitos ambientais. Populações tradicionais, sociedade industrial, agricultura mercantil. Reflexão crítica sobre a relação entre grupos humanos e o meio ambiente; Conceitos de História Ambiental e educação ambiental.
Objetivos:
Analisar em perspectiva histórica as relações homem-meio ambiente. Discutir os problemas teóricos e metodológicos da história ambiental. Exercitar a análise de fontes e tratamentos para a história da relação do homem com o meio-ambiente. Estabelecer relações entre educação e história ambientais.
Bibliografia:
Bibliografia Básica: CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900 . São Paulo: Cia das Letras, 1993. DAVIS, Mike. Holocaustos coloniais . Rio de Janeiro: Record, 2002. DEAN, W. A Ferro e Fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira . São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 59-107. DUARTE, Regina Horta. História & natureza . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. MARTINEZ ALIER, O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização . São Paulo: Contexto, 2007. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, Resolução No 2, de 15 de Junho de 2012 Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental . PÁDUA, J. A. Um sopro de destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista – 1786/1888 . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 34-69. PÁDUA, J. A.. As Bases Teóricas da História Ambiental. Estudos Avançados , v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. SCHAMA, S. Paisagem e memória . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. SEDREZ, L. F. "O corpo na História Ambiental: de corpos d'água a corpos tóxicos. In: ANDRADE, M. M.; SEDREZ, L. F.; MARTINS, W. S. (Orgs.). Corpo: sujeitos e objetos . 1ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 265-282. WORSTER, D. Para fazer história ambiental. Revista Estudos Históricos, América do Norte , v. 4, p. 198-215, dec. 1991. Disponível em: http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463 .

Sigla IHH254	Disciplina Tópicos Especiais em História Política	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
O curso propõe uma reflexão crítica sobre a constituição da História Política como área de estudos do campo disciplinar da História. Apresentar a discussão teórica de obras historiográficas referenciais na historiografia do político no Brasil, considerando a formação das múltiplas dimensões da política e dos poderes.			
Objetivos:			



Analisar a dimensão do político em suas diversas interrelações, práticas e atores, como um espaço que vai além da política formal.

Refletir sobre problemas, fontes e métodos decorrentes do trabalho, em história, com a dimensão do político.

Bibliografia:

Bibliografia Básica:

CHÂTELET, François. **As Concepções Políticas do Século XX: História do Pensamento Político**. RIO DE JANEIRO: Zahar, 1983.

PRADO, Maria Lígia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; JANOTTI, Maria de Lourdes M. **A história na política, a política na história**. São Paulo, SP: Alameda, 2006

SOIHET, Raquel; BICALHO, M. Fernanda; GOUVEA, M. de Fátima (Orgs). **Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5.ed.. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org). **Culturas Políticas na História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2014.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2009.

ROSANVALLON, P. **Por uma história conceitual do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

Sigla IHH255	Disciplina Tópicos Especiais em História e Documentação	Crédito 4	C.H. 60
Ementa			
Oferecer uma reflexão acerca da natureza da documentação em História. Introduzir o discente na utilização dos diferentes documentos escritos e documentos em suportes não-convencionais. Análise dos fundamentos da organização da documentação arquivística.			
Objetivos:			
Proporcionar aos alunos ferramentas teóricas e metodológicas necessárias para avaliar os diferentes suportes documentais nos diferentes arquivos. Discutir os fundamentos organizacionais da documentação nos arquivos.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.			
LE GOFF, Jacques. História e memória . 4. ed. Campinas (SP): Unicamp, 1996			



PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008
LOPEZ, André PortoA. **Como descrever documentos de arquivo**: Elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004.
SAMARA, Eni Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. **História & Documento e metodologia da pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
MALERBA, Jurandir (org.) **A Velha História: Teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996.

Sigla IHH256	Disciplina Tópicos Especiais em História Ibérica Moderna	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
O curso se propõe discutir a formação dos Impérios Ibéricos modernos: estruturas e dinâmicas (séculos XV- XVIII). Formação do Estado Moderno na Península Ibérica, o papel da realeza e a construção da imagem do poder monárquico. O fenômeno da expansão ultramarina, a constituição das estruturas políticas imperiais conformadas por meio de redes mercantis, administrativas e eclesiásticas.			
Objetivos:			
A disciplina discutirá o papel da formação dos Impérios Ibéricos nos tempos modernos no processo da expansão das redes mercantis, administrativas e eclesiásticas.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica: BOXER, Charles. O Império Marítimo Português . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. HERMANN, Jacqueline. No reino do desejado : a construção do sebastianismo em Portugal : séculos XVI e XVII. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998 MATTOSO, José (dir.). História de Portugal . Lisboa: Estampa, [1993-1994?]. 8 volumes.			
Bibliografia complementar ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista . 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. ARRUDA, José Jobson de A.; TENGARRINHA, José Manuel. Historiografia luso-brasileira contemporânea . Bauru, SP: EDUSC, 1999. MATTOSO, José; TENGARRINHA, José. História de Portugal . 2. ed. rev. e ampl. Bauru, SP: EDUSC, São Paulo: UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001 MEGIANI, Ana Paula Torres, O Jovem Rei Encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal, sécs. XIII a XVI . São Paulo: HUCITEC, 2003 SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. Nova história da expansão portuguesa . Lisboa: Estampa, 1986.			



Sigla IHH257	Disciplina Tópicos Especiais em Cultura Política e Poder na América Portuguesa	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
O curso discutirá as tendências historiográficas mais recentes dos estudos sobre as práticas políticas e as representações culturais no processo de formação do Brasil colonial no contexto da monarquia pluricontinental portuguesa.			
Objetivos:			
Discutir as tendências historiográficas no campo da cultura política na formação e constituição da América Portuguesa colonial.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca, (org.s), Cultura Política na História: Pesquisa e Ensino , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.			
BICALHO, Maria Fernanda B. & FERLINI, Vera L., (org.s), Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX . São Paulo, Alameda, 2005.			
FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima (Orgs.). Brasil Colonial .3 vol, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014-2017.			
FRAGOSO, João Luís; SAMPAIO, Antônio Jucá (orgs) Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso . Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.			
FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla M. C.; de; SAMPAIO, Antônio C. De J. de, Conquistadores e negociantes . História das elites de Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.			
GOUVÊA, Fátima; FRAGOSO, João L. (orgs) Na trama das redes . Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVII. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2010.			
RAMINELLI, Ronald. Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância . São Paulo, SP: Alameda, 2008.			
SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII . São Paulo: Companhia das Letras, 2006			

Sigla IHH258	Disciplina Tópicos Especiais em História das Áfricas	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A disciplina discutirá problemas e perspectivas da África no século XIX e sua relação com a economia-mundo. A África e os movimentos de independência. Revisão crítica da historiografia sobre o período e análise de documentos.			
Objetivos:			



Analisar o processo histórico do continente africano a luz de uma revisão historiográfica.

Bibliografia:

Bibliografia Básica:

História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880 / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília : UNESCO, 2010. 1032 p.

História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p. ISBN: 978-85-7652-129-7

História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010. 1272 p.

Sigla IHH260	Disciplina Tópicos Especiais em História e Literatura	Crédito 4	C.H. 60
Ementa:			
A relação entre literatura e história. Literatura como fonte para pesquisa histórica. Narrativas ficcionais e as questões sociais e culturais em contextos históricos específicos. Narrativas Ficcionalas e as regras da arte: estética e história.			
Objetivos:			
Articular um diálogo crítico entre a literatura enquanto campo de produção cultural e suas regras específicas com questões históricas intrinsecamente ligadas ao espaço de relações dos autores, textos e contextos.			
Bibliografia:			
Bibliografia Básica:			
CHALOUB, Sidney. A História Contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.			
FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKI, Carla, DE LUCA, Tania Regina. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.			
MEGILL, Allan. Literatura e História. In: MALERBA, Jurandir (Org). História e Narrativa: A ciência e a Arte da Escrita Histórica. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.			
CHALOUB, Sidney. Machado de Assis Historiador. São Paulo: Cia das Letras, 2003.			
CRISTO, Maria da Luz Pinheiro. (org.) Arquitetura da Memória: ensaios sobre os romances Relato de um certo Oriente; Dois Irmãos e Cinzas do Norte. 1ª ed. Manaus: Ed.. Edua, 2007.			
PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org). Leituras Cruzadas: Diálogos da História com a Literatura. Porto Alegre: EDURGS, 2000.			



SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

6 – Conteúdos Educativos Integrados

Conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação n.02 de 1 de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, foram inseridos os temas/conteúdos relacionados a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas.

Ressalta-se que o Curso de História da UFAM já vinha trabalhando, desde o início dos anos 2000, com os temas relacionados à História Indígena e às relações étnico-raciais no Brasil. Articulados a essas discussões, eventos e atividades extracurriculares vinham sendo realizadas com a “Semana Nossa África” e os vários encontros e seminários no campo da história indígena.

As questões relacionadas à Educação Ambiental e ao tema dos Direitos Humanos são problematizadas nas diversas disciplinas do curso e de forma mais verticalizada nas seguintes optativas: História e Movimentos Sociais, História e Movimentos Sociais na Amazônia e Formação do Profissional de História, aparecendo como prática educativa integrada, transversal, contínua e permanente.

Os conteúdos de disciplinas como História da Amazônia Colonial e Imperial e de História do Brasil abordam, necessariamente, a questão do uso dos recursos naturais e os conflitos relacionados à forma como foram e são manejados pelas populações. Os estudos de Amazônia fundamentam, inclusive, uma revisão no campo dos Direitos Humanos, quando sinalizam para todas as violações praticadas nos seringais da região em meados do século XIX e as denúncias feitas por Roger Casement em âmbito internacional da violação dos Direitos Humanos com os massacres dos povos indígenas e a predação sem limites da natureza.

O ensino de Libras passará a ser ofertada como disciplina obrigatória, sendo que ela vinha sendo oferecida como disciplina optativa.



6.1 – Encaminhamento Metodológico para os Conteúdos Educativos Integrados

Aspectos Legais	Licenciatura
Educação para as Relações Étnico-Raciais Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004 * De maneira mista, combinando disciplinaridade com transversalidade.	* Disciplinas e Atividades Curriculares: - História Indígena e do Indigenismo - História das Áfricas
Educação Ambiental Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012 * De maneira mista, combinando disciplinaridade com transversalidade.	* Conteúdo dos componentes já constantes do Currículo e/ou temas relacionados com o meio ambiente e sustentabilidade socioambiental: - História da Amazônia Colonial - História da Amazônia Imperial - História da Amazônia Republicana - História e Meio Ambiente - História da Saúde e da Medicina no Brasil
Educação em Direitos Humanos Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 * De maneira mista, combinando disciplinaridade com transversalidade.	* Componente Curricular Obrigatório E temas relacionados com educação em direitos humanos: - História da Amazônia Colonial - História da Amazônia Imperial - História da Amazônia Republicana - Formação do Profissional em História - História e Movimentos Sociais na Amazônia



Libras Decreto nº 5.626/2005	Disciplina Obrigatória
---------------------------------	------------------------

7 – Quadro de Equivalência

SIGLA	DISCIPLINA DO CURRÍCULO 2006	SIGLA	DISCIPLINA DO CURRÍCULO 2019
IHH304	Historiografia Geral I	IHH232	Historiografia Geral I + 15 horas complementares
IHH305	História Antiga I	IHH167	História Antiga Oriental + 15 horas complementares
		IHH168	História Antiga Ocidental + 15 horas complementares
IHH202	Metodologia da História	IHH173	Metodologia da História + 15 horas complementares
IHH309	História Medieval I	IHH172	História da Alta Idade Média + 15 horas complementares
IHH204	História da América I	IHH183	História da América I + 15 horas complementares
IHH205	Teoria da História	IHH199	Teoria da História I + 15 horas complementares
IHH206	História Moderna	IHH180	História Moderna + 15 horas complementares
IHH207	História da América II	IHH226	História da América II + 15 horas complementares
IHH208	História do Brasil I	IHH196	História do Brasil Colônia + 15 horas complementares
IHH209	História da Amazônia I	IHH169	História da Amazônia I+ 15 horas complementares
IHH313	História Contemporânea I	IHH229	História Contemporânea I+ 15 horas complementares
IHH211	História do Brasil II	IHH225	História do Brasil Imperial + 15 horas complementares
IHH212	História da Amazônia II	IHH174	História da Amazônia II+ 15 horas complementares
IHH213	História do Brasil III	IHH231	História do Brasil Republicano I + 15 horas complementares
IHH214	Metodologia do Ensino de História	IHH175	Metodologia do Ensino da História I + 15 horas complementares
IHH314	Metodologia da Pesquisa Histórica	IHH197	Metodologia da Pesquisa em História I + 15 horas complementares



IHH316	Monografia Histórica I	IHH234	Trabalho de Conclusão de Curso I
IHH185	Prática Integrada I	IHH179	Metodologia do Ensino da História II
IHH186	Prática Integrada II	IHH179	Metodologia do Ensino da História II
IHH187	Prática Integrada III	IHH196	História do Brasil Colônia
IHH188	Prática Integrada IV	IHH169	História da Amazônia I
IHH189	Prática Integrada V	IHH174	História da Amazônia II
		IHH231	História do Brasil Republicano I
IHH190	Prática Integrada VI	IHH174	História da Amazônia II
IHH191	Prática Integrada VII	IHH175	Metodologia do Ensino da História I + 15 horas complementares
IHH192	Estágio Supervisionado I	IHH198	Estágio Supervisionado I
IHH193	Estágio Supervisionado II	IHH227	Estágio Supervisionado II
IHH194	Estágio Supervisionado III	IHH233	Estágio Supervisionado III
IHH195	Estágio Supervisionado IV	IHH237	Estágio Supervisionado IV
FET121	Didática Geral	IHH166	Didática da História
IHH307	Historiografia Geral II	IHH238	Historiografia Geral II + 15 horas complementares
IHH317	Monografia Histórica II	IHH239	Trabalho de Conclusão de Curso II
IHH312	História Medieval II	IHH176	História da Baixa Idade Média + 15 horas complementares
IHH315	História Contemporânea II	IHH235	História Contemporânea II + 15 horas complementares
IHH022	História do Brasil IV	IHH236	História do Brasil Republicano II + 15 horas complementares
IHH319	História da África (Séculos XVI-XIX)	IHH170	História das Áfricas + 15 horas complementares

OBS: Este quadro de equivalência aplica-se ao aproveitamento de disciplinas cursadas com aproveitamento no currículo de 2006, em caso de migração para o currículo de 2019. Quanto a alunos matriculados no currículo de 2006, ao cursarem disciplinas do currículo de 2019, a complementação de carga horária será ajustada de acordo com as especificidades de cada caso.



8 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

8.1 – Princípios Orientadores do Processo de Ensino Aprendizagem e da Avaliação

O método de avaliação da aprendizagem prevista no presente Projeto pressupõe a articulação dos professores no planejamento e no encaminhamento das atividades, estabelecendo critérios, formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos.

Estes procedimentos tomarão por base os critérios de avaliação vigentes na UFAM, para as licenciaturas e também nas Normas Complementares estabelecidos pela Resolução 023/2017 – CONSEPE.

8.2 – Procedimentos de Avaliação:

1) SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Sistema de Avaliação Docente

A avaliação docente ocorre em dois momentos. Ao final de cada período letivo o professor responde uma auto-avaliação (Portal do Professor) sobre as disciplinas que estão sob a sua responsabilidade no período. Este mecanismo de auto-avaliação está disponível no site da instituição. Paralelamente, os alunos respondem a uma avaliação sobre os docentes (Portal do Aluno). Ao final da avaliação, ambos os resultados ficam disponíveis para toda a comunidade acadêmica, podendo então ser comparados. Podem, inclusive ser utilizados como um elemento de aferição de desempenho docente.

Avaliação de rendimento escolar

A avaliação do rendimento escolar na UFAM é feita por disciplinas, abrangendo os aspectos de aproveitamento escolar e de frequência, ambos eliminatórios por si mesmos

Será considerado aprovado, na disciplina, o aluno que obtiver média final igual ou superior a 5 (cinco), numa escala de 0 (zero) a 10 (dez). A média final



na disciplina será a média ponderada entre a média obtida nas atividades escolares, com peso 2 (dois), e a nota do exame final, com peso 1 (um).

Exemplo:

EE1	EE2	EE3	MEE	PF	MF
5,0	8,3	7,0	6,67	10,0	7,8

$$MEE = \frac{EE1+EE2+EE3}{3} = \frac{5,0+8,3+7,0}{3} = 6,67$$

$$MF = \frac{(MEE \times 2) + PF}{3} = \frac{(6,67 \times 2) + 10,0}{3} = \frac{23,34}{3} = 7,8$$

Onde:

EE = Exercícios Escolares

PF = Prova Final

Conforme o artigo 10 da Resolução 023/2017 do CONSEPE, o discente que obtiver o mínimo de 75% de frequência e Média dos Exercícios Escolares (MEE) igual ou superior a 8,0 será considerado aprovado na disciplina e dispensado da Prova Final (PF), resguardado o direito de realiza-la.

Frequência

É obrigatória a frequência às atividades curriculares como aulas teóricas e práticas, seminários, trabalhos práticos, provas ou exames. Será considerado reprovado e não obterá crédito o aluno que deixar de comparecer ao mínimo de 75% (setenta e cinco) das atividades programadas para cada disciplina (Art.77, do Estatuto e Regimento Geral / UFAM, 2005).

É vedado expressamente abonar faltas ou compensá-las por tarefas especiais (§ único de Art. 77, do Estatuto e Regimento Geral / UFAM, 2005), exceto nos casos previstos no artigo 12 da Resolução 023/2017 do CONSEPE.



Verificação de Notas

O aluno poderá requerer a verificação de nota de exercícios escolares, quando lhe parecer existir lapso no cômputo de notas atribuídas às provas ou exercícios. O pedido deverá ser feito à Chefia do Departamento Acadêmico, por escrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação dos resultados.

2) SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Amazonas deverá ser feita por um comitê interno formado pelos membros do Núcleo Docente Estruturante e pelos representantes discentes do curso. Essa comissão averiguará, periodicamente, o desempenho dos alunos, dos docentes, dos técnicos administrativos em relação à concepção metodológica do curso.

A avaliação do PPCH poderá ser efetuada em três momentos conforme for a sua natureza:

- 1) Permanente: criação de disciplinas optativas;
- 2) Bial: atualização de ementas e bibliografia;
- 3) Quadrial: alteração na estrutura curricular.

Com isso, pretende-se manter o Projeto continuamente avaliado e ajustado conforme a dinamicidade e tendências da área do conhecimento histórico.

8.3 –Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Processo Ensino-Aprendizagem

O uso consciente e crítico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), para fins educacionais, e inclusive como objeto de pesquisas acadêmicas na área de Metodologia do Ensino de História, insere-se no movimento de expansão do ofício de Historiar e formar docentes de História que pressupõe uma formação teórico-prática ampla e diversificada. Por esse procedimento, a adoção das TICs articulada ao conhecimento histórico educativo e à práxis docente, se justifica pela capacidade própria desses



instrumentos de comunicação de permitir conexões e trocas, encurtando distâncias e temporalidades, promovendo a articulação entre o local e o universal. Igualmente, reconhece-se as potencialidades do ciberespaço como meio de expressão de ideias e de manifestação da pluralidade, pois são lugares produtores de sentido e visões de mundo,

A formação do aluno/cidadão se inicia e se processa ao longo de toda a sua vida nos diversos espaços de vivência. Logo, todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais, contribuem com a produção/difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento [...]. (FONSECA, Selva. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. 13 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013, p. 164).

Faz-se necessário também destacar o lugar insubstituível do professor como mediador e problematizador dessas interações, estimulando e orientando seus alunos para que se apropriem crítica e criativamente das tecnologias e mídias digitais, imprimindo-lhes significados e funções. A meta a ser alcançada é desenvolver a habilidade do aluno em selecionar com autonomia a multiplicidade de dados que circulam na Internet, em indagar sobre a procedência dessas informações, em compará-las, em analisá-las criticamente e transformá-las em conhecimento a ser socializado. Almeja-se, assim, que no processo de formação docente em História, esse estudante, copartícipe da própria aprendizagem, reflita sobre seu agir social em uma sociedade marcada pela diversidade de pontos de vista, práticas e projetos políticos e sociais.

8.4 - O Processo de Construção do Conhecimento em Sala de Aula

No curso de História da Universidade Federal do Amazonas, o processo de construção do conhecimento em sala de aula se organizará tendo em vista as formas de integração entre teoria e prática bem como o equilíbrio entre a formação do cidadão e do profissional, a partir de uma concepção de ensino-aprendizagem orientada pela experimentação, pelo diálogo, por uma visão holística, pelo exercício da criticidade, da curiosidade epistemológica e pela busca da autonomia intelectual.



O Projeto Pedagógico visa assegurar que o processo de produção, abordagem e socialização dos conhecimentos se faça de maneira contextualizada, crítica e historicamente constituída. Isto requer situar, com clareza, a universidade como locus privilegiado de elaboração plural, e por vezes tensa, de visões de mundo, organização de culturas e dos meios para sua difusão para que, no desempenho de sua função, a universidade estabeleça sintonia permanente com a sociedade.

As ações educativas empreendidas no curso de História da UFAM visam evidenciar o compromisso social, ético e político do profissional de História frente à sociedade. As mesmas se traduzem na formação de um profissional historicamente situado, que deverá estar preparado para compreender e agir na sociedade em que vive.

Dessa maneira, o curso opta por uma abordagem que seja simultaneamente teórico-prático, tanto no processo de elaboração quanto no processo de socialização dos conhecimentos. Buscou-se garantir, no elenco das disciplinas, em suas ementas e no encadeamento das atividades educacionais propostas no Projeto Pedagógico, o rigor teórico exigido nos estudos acadêmicos, as experimentações práticas decorrentes e/ou indutoras das teorias, os percursos metodológicos necessários para a elaboração do conhecimento, compreendido na historicidade de suas significações e propósitos.

Outro aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem refere-se ao princípio da indissociabilidade das dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Esse pressuposto se encontra na estrutura do próprio Projeto Pedagógico de Curso, o qual articula disciplinas próprias da formação do Historiador/professor de História, como também pode ser percebido na formulação das ementas e objetivos dos diversos componentes curriculares que compõem a estrutura geral do curso.

Busca-se, através do fomento de uma atitude investigativa, que o estudante possa vivenciar a pesquisa como aspecto indispensável para seu processo de ensino-aprendizagem.



Da mesma forma, a Extensão visa possibilitar que o estudante compreenda a relevância social e política do próprio processo de produção do conhecimento, tratando-o como bem público.

O curso de História da UFAM tem, ainda, a Interdisciplinaridade como concepção orientadora da proposta curricular, viabilizando a organização de um eixo de ensino contextualizado, integrado e orgânico das várias disciplinas.

A interdisciplinaridade, evidenciada na estrutura organizacional do curso, objetiva dialogar com outros campos do conhecimento, reconhecendo e respeitando a integralidade de cada área do conhecimento para, assim, evitar a pulverização e a fragmentação de conteúdos advinda da compartimentalização dos saberes e de uma hierarquização das disciplinas e áreas do conhecimento. Dessa forma, o princípio da interdisciplinaridade busca evitar a pulverização e fragmentação do conhecimento.

8.5 – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

Ao se partir de sua definição legal no âmbito do Parecer S/N.º do CNE/CP, de 02 de outubro de 2001: as *Atividades Programadas* são:

(...) atividades de caráter científico, cultural e acadêmico articulando-se com e enriquecendo o processo formativo do professor como um todo. Seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problema, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, entre outras atividades, deste processo formativo. Importante salientar que tais atividades devem contar com a orientação docente e ser integradas ao projeto pedagógico do curso.

1) Modalidade e Carga Horária

A carga horária total de *Atividades acadêmico-científico-culturais* será de 200 (duzentas) horas, as quais deverão ser integralizadas ao longo do curso sob as formas de *Atividades Institucionais*, tais como: Monitoria; Programa de Institucional de Iniciação Científica - PIBIC; Eventos acadêmico-científicos e culturais; Programas de bolsas: Extensão, *Training* e Trabalho; Programa



Especial de Treinamento – PET; Estágios institucionais; Estudos complementares, etc.

A aferição da carga horária das Atividades Institucionais obedecerá à tabela abaixo. Os casos omissos serão dirimidos por organismo competentemente constituído.

Tabela de Integralização e Carga Horária das Atividades Institucionais ⁽¹⁾

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	Carga Horária
Monitoria	60h
Programa de Institucional de Iniciação Científica – PIBIC	60h
Programas de bolsas: Extensão / <i>Training</i> / Trabalho / Voluntário	60h
Estágio institucional externo	60h
Programa Especial de Treinamento – PET	60h
Eventos acadêmico-científicos e culturais: Assistência integral	30h
Eventos acadêmico-científicos e culturais: Assistência parcial	5h
Estudos complementares	45h
Apresentação de trabalho em eventos acadêmico-científicos e culturais	20h
Carga horária optativa excedente	–

⁽¹⁾O Aproveitamento de Estudos dessas atividades está normatizado pela Resolução N.º 021/2007, de 27 de abril de 2007, do CONSUNI e pela Resolução nº018/2007, 01 de agosto de 2007, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE e da Câmara de Ensino de Graduação - CEG.

2) Avaliação / Validação

As Atividades Programadas serão avaliadas pela Coordenação do Curso de Licenciatura em História.

Importante: de acordo com a legislação vigente somente poderão ser validadas as Atividades Institucionais que tenham sido realizadas pelo aluno a partir do seu ingresso no Curso de História da UFAM.



3) Modalidades de Execução

i) Modalidade Livre - O aluno, de forma livre, deverá frequentar cursos e eventos na UFAM ou fora dela para compor sua carga horária obrigatória. Para este fim, deverá reunir os comprovantes necessários que, ao final, serão apresentados à Coordenação do Curso, que procederá ao lançamento no Sistema de Controle Acadêmico para o devido registro no Histórico Escolar do aluno.

ii) Modalidade Tutoria – O aluno poderá vincular-se a um professor efetivo do Departamento de História e, sob sua orientação e acompanhamento, realizar atividades acadêmicas de escopo variável dentro de uma área temática específica que serão validadas por esse professor-tutor junto à Coordenação do Curso, que procederá ao lançamento no Sistema de Controle Acadêmico para o devido registro no Histórico Escolar do aluno.

Essa atividade de professor-tutor não implica em **redução de carga horária de ensino no semestre letivo**. Neste caso, resgata-se uma experiência bem-sucedida durante a vigência da Grade Curricular de 1998.

iii) Procedimentos para execução da Modalidade tutoria:

01. Os professores, individualmente ou por meio de seus grupos de pesquisa, laboratórios e núcleos, selecionarão alunos para a tutoria, que não poderá exceder a 5 (cinco);

02. Os alunos interessados deverão procurar diretamente os professores que atuam nas áreas de seu interesse;

03. Os professores-tutores, ao início de cada semestre letivo, encaminharão ao conhecimento da Coordenação, a lista de alunos sob a sua responsabilidade. Qualquer mudança, seja por desistência, abandono da atividade ou mudança de tutor, também será comunicada e caberá ao tutor atestar as horas cumpridas sob sua orientação até o momento do desligamento do aluno;

04. Caberão aos professores-tutores, em associação com seus alunos, definir o planejamento das atividades, seu escopo e perfil;



05.O vínculo a um professor-tutor não é obrigatório e pode ser revisto a qualquer momento, cabendo ao aluno a identificação de novo tutor ou a sua “liberdade” para selecionar as atividades, enquadrando-se, assim, à modalidade **Livre**;

06. Cumprida a carga horária obrigatória, o tutor atestará à Coordenação, com breve descrição, as atividades realizadas pelo aluno.

As *Atividades Institucionais* referidas na Resolução N.º 021/2007, de 27 de abril de 2007, do CONSUNI e na Resolução N.º 018/2007, 01 de agosto de 2007, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE e da Câmara de Ensino de Graduação – CEG, que já tenham sido objeto de aproveitamento para integralização de créditos optativos, não poderão ser integralizadas como Atividades Programadas e vice-versa.

Para fins de melhor registro, a normatização das Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais, encontra-se em anexo.

8.6 –Atividades de Pesquisa e Produção Científica

Em 2017, a maioria dos professores do Curso de História possuíam, pelo menos, um projeto de pesquisa registrado institucionalmente em execução. Até 2014, graças a uma expansão significativa dos recursos disponíveis para pesquisa em nível local, com a FAPEAM, e em nível nacional, com o CNPq, a maioria dos docentes possuía, pelo menos, 1 projeto de pesquisa com financiamento em curso.

A partir de 2015, o quadro começou a mudar em ambos os níveis até que, em 2016, o Amazonas assistiu à desmontagem de seu sistema estadual de C, T & I e os editais desapareceram. A ação da FAPEAM, que já tinha sido a 4ª FAP no Brasil em termos de orçamento, reduziu-se à manutenção das bolsas de Mestrado/Doutorado já existentes, retirando a taxa de bancada das IFES. O mesmo quadro de retração se verificou no CNPq que, desde então, passou a conviver com um grave quadro de restrição orçamentária. Isso, como não poderia deixar de ser, causou impacto negativo no financiamento das pesquisas dos docentes.



O PROCAD/CAPES representa, hoje, uma importante fonte de recursos para a manutenção dos projetos de investigação, ao lado da manutenção dos financiamentos tradicionais (CNPq) e da emergência de outras fontes como é o caso de editais institucionais feitos pela UFAM (Jovens Doutores/UFAM).

1) Projetos de Pesquisa em Andamento

Docentes	Projeto
Almir Diniz de Carvalho Júnior	Corpo e Poder - discursos e práticas do controle dos corpos na Amazônia Colonial
Ana Lúcia Vieira	André Vidal de Araújo e a ação educativa na cura dos “males sociais”: a gestão da pobreza no Amazonas e o cenário discursivo das políticas públicas de cariz social no Brasil
Antônio Emílio Morga	Mulheres, afetividade e sociabilidade nos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX
Auxiliomar Silva Ugarte	Tradução da <i>Relación</i> de Frei Gaspar de Carvajal a partir das versões contidas nas obras de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés (Século XVI) e de José Toribio de Medina (Século XIX)
César Augusto Bubolz Queirós	De norte a Sul: um estudo comparado sobre as cidades de Manaus e Porto Alegre na Primeira República
Davi Avelino Leal	Territorialização, circulação e etnopolítica indígena em Manaus (1910-1932)
Glauber Cícero Ferreira Biazio	Reflexões sobre história, memória, narrativa e representação nos escritos dos Históriadores orais Alessandro Portelli e José Carlos Sebe Bom Meihy.
Hideraldo Lima da Costa	A Lei 10639/2003 e o Ensino de História da África no Ensino básico no Amazonas - 2018
Jaime Ricardo Teixeira Gouveia	Os auditórios eclesiásticos no espaço luso-americano, 1676-1822 (PNPD-CAPES - Edital n.º1/2014)



James Roberto Silva	Trabalho, cultura e cidade. PROCAD/CAPEs – PUC/SP/UFAM/UFCG. projeto de Pós-Doutorado: Expedições Científicas e Coleções Biológicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia 1954-1990 (junho/2018 - junho/2019, PUC-SP).
Joana Campos Clímaco	A Alexandria Greco-Romana: multiculturalismo, mobilidade e divulgação
Kátia Cilene do Couto	Dinâmicas de circulação de bens e pessoas e planejamento territorial na fronteira franco-brasileira (FAPEAM)
Keith Valéria de Oliveira Barbosa	Uma História da Saúde e das Doenças na África colonial: contextos, narrativas e experiências sociais nas possessões portuguesas. (Jovens Doutores/UFAM)
Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro	Imprensa e Sociedade: Trabalho, cultura e cidades nos confins da Amazônia (1880-1920) (PD - Trabalho, cultura e cidade. PROCAD/CAPEs – PUC/SP/UFAM/UFCG)
Marcia Eliane Alves de Souza e Mello	Agentes coloniais na Amazônia: Redes e Sociabilidades.
Maria Luiza Ugarte Pinheiro	Imprensa de Imigrantes: Vozes da Colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1922. (Bolsa de Produtividade/ CNPq – 2) Imprensa de Imigrantes: Vozes da Colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1922. (Universal/ CNPq) Imigração e Imprensa Espanhola no Amazonas, 1901-1918. (PD - Trabalho, cultura e cidade. PROCAD/CAPEs – PUC/SP/UFAM/UFCG).
Nelson Tomelin Junior	UNIVERSAL/FAPEAM. Cidade, Cultura e Saúde: processos trabalhistas, modos de vida, trabalho e resistências de trabalhadores em Itacoatiara (1973/2004). PROCAD/CAPEs. Trabalho, cultura e cidade - PUCSP/UFAM/UFCG.
Patrícia Maria Melo Sampaio	Trabalho e Trabalhadores indígenas no Rio de Janeiro, século XIX (Bolsa de Produtividade/ CNPq – 1C)



Patrícia Rodrigues da Silva	Vozes femininas: Histórias e Memórias de mulheres migrantes em Manaus – 1970-2016 (Universal/CNPq) Trabalho, cultura e cidade. PROCAD/CAPES – PUC/SP/UFAM/UFCG
Sínval Carlos Mello Gonçalves	O manuscrito Mons BU 331/206: um estudo de sua unidade narrativa (PD)

2) Participação dos Docentes em Grupos de Pesquisa

Almir Diniz de Carvalho Jr.

- Cultura e Historiografia da Amazônia – UFAM
- Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais – UDESC
- HINDIA – História Indígena e do Indigenismo – UFPA
- Núcleo de Estudos de Políticas territoriais na Amazônia – UFAM

Ana Lúcia Vieira

- POLIS – Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais – UFAM
- LEDDES– Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais - UERJ

Antônio Emilio Morga

- Gênero, Sociabilidade, Afetividade e Sexualidade - UFAM

Auxiliomar Silva Ugarte

- História Cultural da Amazônia

César Augusto Bubolz Queirós

- Centro de Estudos sobre Trabalho e Ditadura – UFAM
- Governos Militares na Amazônia – UFPA
- História Social da Amazônia - UFAM

Davi Avelino Leal

- Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental – UEA
- Direitos Humanos na Amazônia – UEA
- Laboratório de História da Imprensa no Amazonas – UFAM
- Laboratório Nova Cartografia Social – UEA



Hideraldo Lima da Costa

- Estudos africanos: identidades, dinâmicas sociais e científicas - UFAM
- POLIS – Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais – UFAM

James Roberto Silva

- Amazônia: história, iconografia e cultura material – UFAM
- História das Ciências, Tecnologias e Sociedade – USP
- POLIS – Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais – UFAM

Joana Campos Clímaco

- Laboratório de Estudos sobre o Império Romano – USP
- Representações, narrativas e poder na Antiguidade – UFAM
- Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo – Núcleo Norte/UFPA

Kátia Cilene do Couto

- Migrações e Africanidades na América Latina e Caribe
- Afro-América e afro-americanos no pós-abolição
- Americanidades: lugar, diferença e violência.

Keith Valéria de Oliveira Barbosa

- Estudos Africanos: identidades, dinâmicas sociais e científicas – UFAM

LuísBalkar Sá Peixoto Pinheiro

- Cultura e Historiografia da Amazônia – UFAM
- História Social da Amazônia – UFAM
- Ideias, Intelectuais e Instituições – UFF
- Laboratório de História da Imprensa no Amazonas – UFAM

Maíra Chinelatto Alves

- HINDIA – História Indígena e da Escravidão Africana na Amazônia – UFAM

Marcia Eliane Alves de Souza e Mello

- Centro de Documentação e Pesquisa sobre Maranhão e Grão-Pará - UEMA
- História Colonial da Amazônia – UFAM
- Polis – Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais – UFAM



- Sociedades escravistas nas Américas – UNIVERSO

Maria Luiza Ugarte Pinheiro

- História Social da Amazônia – UFAM
- Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação - UFAM
- Laboratório de História da Imprensa no Amazonas – UFAM

Nelson Tomelin

- Polis – Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais - UFAM

Patrícia Melo Sampaio

- Polis – Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais - UFAM
- HINDIA – História Indígena e da Escravidão Africana na Amazônia – UFAM
- HINDIA – História Indígena e do Indigenismo na Amazônia – UFPA

Patrícia Rodrigues da Silva

- História Oral e Trabalhadores na Amazônia
- Labhora – AM – UFAM
- História Social da Amazônia
- Laboratório de História da Imprensa no Amazonas – UFAM

Síval Carlos Mello Gonçalves

- Cultura e Historiografia da Amazônia – UFAM
- Imaginário e Cultura no Ocidente Medieval – UFAM

3) Produção Científica

A produção científica atualizada dos professores do Departamento de História pode ser encontrada em seus respectivos Currículos Lattes, indicados a seguir:

Professor(a)	Currículo Lattes
Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior	http://lattes.cnpq.br/4248019005880193
Profa. Dra. Ana Lúcia Vieira	http://lattes.cnpq.br/1467122991039987



Prof. Dr. Antônio Emílio Morga	http://lattes.cnpq.br/3544570035986414
Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte	http://lattes.cnpq.br/5013884544958077
Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós	http://lattes.cnpq.br/1057933239321750
Prof. Dr. Davi Avelino Leal	http://lattes.cnpq.br/6645382114509617
Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazio	http://lattes.cnpq.br/7842257570162042
Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa	http://lattes.cnpq.br/7972113379723764
Prof. Dr. James Roberto Silva	http://lattes.cnpq.br/8292008043500032
Profa. Dra. Joana Campos Clímaco	http://lattes.cnpq.br/6455645844945186
Prof. Dr. João Ricardo Bessa Freire	http://lattes.cnpq.br/6820924356718229
Profa. Dra. Kátia Cilene do Couto	http://lattes.cnpq.br/8544583488599006
Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa	http://lattes.cnpq.br/3692449762532927
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro	http://lattes.cnpq.br/1270804137117518
Profa. Dra. Máira Chinelatto Alves	http://lattes.cnpq.br/2382766281390586
Profa. Dra. Márcia Eliane Alves de Souza e Mello	http://lattes.cnpq.br/5627649000936504
Profa. Me Maria Eugênia Mendes de Mattos	http://lattes.cnpq.br/1423695350693794
Profa. Dra. Maria Luíza Ugarte Pinheiro	http://lattes.cnpq.br/6153623094043758
Prof. Dr. Nelson Tomelin Junior	http://lattes.cnpq.br/4366744852850574



Profa. Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio	http://lattes.cnpq.br/6775629541151867
Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva	http://lattes.cnpq.br/6069149508875323
Prof. Dr. Síval Carlos Mello Gonçalves	http://lattes.cnpq.br/3690012351335425

8.7– Atividades de Extensão

O percurso da Extensão universitária no Brasil é relativamente longo. Data ainda das duas primeiras décadas do século XX, praticamente coincidindo com a criação do Ensino Superior no país. A pouco mais de um século a Extensão universitária trilhou concepções e caminhos distintos influenciados pelos diferentes momentos políticos vividos pela sociedade brasileira. No final dos anos de 1950 e início de 1960, com o regime militar, houve mudanças na educação que também marcaram a Extensão como a criação, em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e do Projeto Rondon. Subordinados à política de segurança nacional e de seu caráter cooptativo, esses projetos propiciaram ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, abrindo-lhes novos horizontes e possibilitando-lhes espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural. Outra iniciativa refere-se à promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), a qual estabeleceu no artigo 20 que “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes”. Dessa forma instituiu-se a Extensão Universitária, cabendo às IES, conforme previsto no artigo 40 que “As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento; (...)”. Com a crescente mobilização da sociedade civil no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, o Regime militar



começou a agonizar e a sociedade brasileira, paulatinamente, começou a promover o reencontro com a democracia, exigindo uma nova concepção de universidade pública e passando a questionar a visão assistencialista de extensão, até então em voga. No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, um novo conceito de Extensão foi pactuado: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social”. (FORPROEX, 1987).

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 207 preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (Artigo 213, § 2º).

Em resposta ao mandamento constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394), de 1996, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43) e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (Artigos 44, 52, 53 e 77).

A normatização da Extensão em outras leis disciplinando o preceito constitucional, foi referendada também no PNE 2014-203 na meta 12 Estratégia 7. Essa Estratégia tem sido trabalhada como uma meta, uma vez



que prevê: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

A partir desta estratégia, as IFES assumiram o compromisso de implementar os 10% de Extensão nos seus PPCs. O caminho a ser adotado parece-nos ser considerar os 10% como carga horária obrigatória adicional. A discussão necessária que se abre é: qual o melhor meio para viabilizar a Extensão? Entendendo a Extensão como uma atividade acadêmica que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação entre a universidade e a sociedade, a Extensão não pode ser encarada como uma atividade isolada do ensino e da pesquisa. Deve ser encarada como uma forma da Universidade levar à sociedade conhecimentos e esse caminho somente pode se viabilizar através de ações de fluxo contínuo por meio de programas institucionais de longa duração e projetos específicos, mas articulados a programas de maior amplitude.

8.8– Estágio Curricular Supervisionado

O *Estágio* é definido como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008). Configura-se como componente curricular de cumprimento obrigatório para a formação dos professores de História (Parecer S/N.º do CNE/CP, de 02.10.2001), integrando o itinerário formativo do educando, e tem como objetivos:

- estabelecer vínculos entre ensino, pesquisa e extensão;
- construir o conhecimento histórico articulado aos aspectos citados acima;
- instrumentalizar o acadêmico para aplicação de conhecimentos e aperfeiçoamento da prática docente;
- desenvolver nos alunos estagiários postura investigativa e olhar crítico para que a realidade do espaço escolar seja compreendida enquanto espaço de pesquisa e reflexão;



- compreender a multiplicidade e dinâmica próprias da realidade educacional.

Os estágios curriculares supervisionados serão geridos por uma Comissão formada por professores membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em História, a qual será responsável pelo desenvolvimento de procedimentos, normas e diretrizes que organizem seu andamento e pela supervisão das atividades exercidas pelo alunos, sendo a cada membro atribuída, semestralmente, uma das turmas de Estágio.

Este Componente Curricular deve ser iniciado quando o aluno já tiver integralizado os créditos obrigatórios dos quatro primeiros períodos da Estrutura Curricular e deverá se articular com as disciplinas teóricas de forma a integrar conteúdos que serão objetos de ensino e as atividades a serem desenvolvidas nas escolas.

Para melhor aproveitamento da experiência por parte dos graduandos, as atividades de estágio deverão ser realizadas em uma única escola por no mínimo 2 (dois) semestres consecutivos (estágio supervisionado I e II; e estágio supervisionado III e IV), de modo a garantir uma continuidade do contato com a instituição escolar e da interação com alunos, docentes e gestores do ensino básico. A mudança de escola será permitida mediante solicitação formal encaminhada ao professor supervisor, contendo justificativa plausível para tal alteração.

Em acordo com a Resolução nº 2/2015 do Conselho Nacional de Educação, que “Define as diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de Licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada”, a duração total dos estágios supervisionados será de 420 (quatrocentas e vinte) horas, distribuídas em 4 (quatro) disciplinas, sendo duas delas com 90 (noventa) horas, e duas com 120 (cento e vinte) horas, correspondendo a 3 (três) e 4 (quatro) créditos práticos, respectivamente. Toda a carga horária será ministrada sob o seguinte formato:



Estágio Supervisionado I - Será desenvolvido no 5º período do curso com uma carga horária de 90 horas, sendo sessenta horas a realização de atividades de participação e regência em escolas do ensino fundamental e trinta em outros espaços. O aluno será levado a refletir sobre o papel do estágio supervisionado na formação de professores e realizar atividades de observação das dinâmicas escolares e participação em aulas de história, com o objetivo conhecer a realidade escolar e instrumentalizar o acadêmico para aplicação de conhecimentos e aprimoramento da prática docente, reconhecendo projetos político-pedagógicos, corpos discentes e docentes e os espaços físicos em que atuarão profissionalmente.

Ao final do Estágio Supervisionado I, o aluno elaborará um relatório circunstanciado descrevendo as experiências e atividades desenvolvidas, bem como uma reflexão, fundamentada teoricamente, dessas experiências e atividades.

Estágio Supervisionado II - Será desenvolvido no 6º período com carga horária de 120 horas e privilegiará a realização de atividades de participação e regência em escolas do ensino fundamental. Esta etapa tem como objetivo fomentar a reflexão sobre a relação pedagógica professor-aluno e sobre o planejamento de ensino, de forma a possibilitar o desenvolvimento, nos futuros profissionais, de conhecimentos, habilidades e competências na área de ensino de história, através da elaboração de planos de aula e de sua regência.

Ao final do Estágio Supervisionado II, o aluno elaborará um relatório circunstanciado descrevendo as experiências e atividades desenvolvidas, bem como uma reflexão, fundamentada teoricamente, dessas experiências e atividades.

Estágio Supervisionado III - Será desenvolvido no 7º período do curso com carga horária de 90 horas sendo sessenta em escolas de ensino médio e as outras trinta horas restantes em outras instituições educativas (conforme diretrizes e normas estabelecidas pelo colegiado de curso para o melhor desenvolvimento das atividades). O aluno será levado a refletir sobre o papel



do estágio supervisionado na formação de professores e a realizar atividades de observação das dinâmicas escolares e participação em aulas de história em instituições de ensino Médio, objetivando conhecer a realidade escolar e instrumentalizar o acadêmico para aplicação de conhecimentos e aprimoramento da prática docente, reconhecendo projetos político-pedagógicos, corpos discentes e docentes e os espaços físicos em que atuarão profissionalmente.

Ao final do Estágio Supervisionado III, o aluno elaborará um relatório circunstanciado descrevendo as experiências e atividades desenvolvidas, bem como uma reflexão, fundamentada teoricamente, dessas experiências e atividades.

Estágio Supervisionado IV - Será desenvolvido no 8º período do curso com carga horária de 120 horas e consistirá na realização de atividades de participação e regência em escolas do ensino médio. Aqui o objetivo será possibilitar a vivência do trabalho docente de forma criativa, articulando as formações teóricas e práticas do acadêmico, através da elaboração de planos de aula e da regência.

Finalizando as atividades do Estágio Supervisionado IV, o aluno irá desenvolver, sob orientação dos professores, um relatório final circunstanciado, onde irá descrever as atividades realizadas em todas as etapas anteriores (estágios I, II, III e IV) desenvolvendo uma reflexão crítica sobre o conjunto das experiências vivenciadas, apontando problemas enfrentados e detectados bem como propostas de soluções. Também abordará propostas alternativas a fim de enfrentar os desafios teóricos, metodológicos e pedagógicos do ensino de História nos níveis fundamental e médio.

a) A Observação compreende as atividades nas quais o estagiário toma conhecimento da estrutura, do funcionamento, do público atendido pela escola e do desenvolvimento do processo pedagógico dentro de procedimentos didáticos.



b) Considera-se *Participação* o envolvimento nas atividades educativas e pedagógicas realizadas pela escola, visando a efetivação da relação ensino-aprendizagem. São atividades que o estagiário realiza conjuntamente com o professor tutor em trabalhos de sala de aula.

c) A *Regência* compreende o momento em que o licenciando inicia a prática da docência.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas pelos graduandos durante a realização dos estágios, destacam-se:

- o reconhecimento do espaço físico, dinâmica escolar e público da escola;
- o conhecimento do Projeto Político Pedagógico (planos de curso, avaliações, recuperações, etc.) e calendário escolar;
- a análise de livros didáticos utilizados nas escolas colaboradoras;
- observação e reflexão sobre as concepções pedagógicas que permeiam o ensino de história na escola;
- realização de outras atividades que possibilitem a vivência do trabalho docente de forma criativa e que atendam às necessidades da escola colaboradora, tais como visitas programadas a museus, realização de exposição na escola, análise de filmes, apresentação de peças de teatro;
- levantamento de temas, elaboração e execução de projetos de ensino (material didático, minicurso, oficina, seminário, etc.) a se realizar na escola com o apoio do Laboratório de Pesquisas, Ensino e Aprendizagens em História (LAPEAH);
- elaboração de trabalhos acadêmicos fundamentados teoricamente e buscando um paralelo com a prática (relação professor/aluno; currículo; avaliação, concepções historiográfica na prática escolar e outros) na forma de relatório final de estágio ou TCC.

Finalmente, nas discussões havidas no NDE e no Colegiado de Curso, deliberou-se pela criação de normas para um melhor desempenho do estágio curricular, normas essas que seguem nos anexos do PPC.



8.9 –Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) propõe fomentar, desde o início da formação docente do futuro professor de História dos níveis Fundamental e Médio, o princípio da indissociabilidade teoria-prática pela integração entre os diferentes aportes teóricos que compõem a investigação científica e os campos de conhecimento em educação e ensino. Conforme CNE/CP 28/2001,

Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se baseiam no Parecer 9/2001, a mesma deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve-se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar (BRASIL, p. 9).

Desta forma, entende-se que a relação dialética entre teoria e prática diluída ao longo do curso deve acontecer no âmbito da interdisciplinaridade entre as disciplinas do currículo e por uma visão pluralista dos saberes na formação da identidade do professor como educador vinculando o saber da experiência aos saberes acadêmicos e científicos. Assim, numa proposta integradora e transversal, além das disciplinas de formação pedagógica e de prática docente no campo da História, tais como: Didática da História, Metodologia do Ensino da História I e II, Estágio Supervisionado I, II, III e IV, todas as demais estão organizadas em três créditos teóricos (45h/a) e um prático (30h/a) oportunizando um envolvimento de todo o corpo docente com a dimensão prática pedagógica e em conformidade com a Resolução CNE/CP nº1/2002, art.12, inciso 3, indicando que as práticas devem estar no interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas (BRASIL, 2002, p. 5).



Além disso, essa carga horária disseminada no currículo observa pontualmente a legislação federal que estabelece a PCC obrigatória para a Licenciatura e com o mínimo de 400 horas, a serem realizadas ao longo do processo formativo (Resolução CNE/CP n.2/2015, art. 13, parágrafo I, inciso I).

Trata-se, portanto, de promover um movimento contínuo entre saber e fazer pela reflexão e busca de soluções na gestão de situações próprias da docência a partir de variadas perspectivas oportunizadas pelas diferentes disciplinas do currículo. Essas ações devem, sempre que possível, romper com o espaço tradicional da sala de aula na universidade e estimular a vivência no ambiente escolar, e com os diferentes atores que nela atuam, como um espaço privilegiado das práxis docentes. Estimular uma postura reflexiva e de pesquisa sobre a docência que possibilite ao aluno/a ser parte atuante na construção de sua própria identidade como professor/educador. Igualmente é importante agregar novos lugares de aprendizagem tais como laboratórios, centros de memória e documentação, museus, arquivos e outros.

Em relação as atividades que podem ser desenvolvidas, à guisa de exemplos destaca-se a construção de planos de aula e projetos de ensino, a produção de materiais didáticos e paradidáticos, exploração do ambiente virtual com suas inúmeras possibilidades, entre outras formas de linguagens, com o intuito de capacitar o aluno/a na mediação dos conteúdos acadêmicos aos conhecimentos e vivências da comunidade escolar viabilizando a produção de um saber autoral, distinto, o saber escolar. Nessas atividades, almeja-se que sejam colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do Curso de Licenciatura Plena em História. E, por fim, o que se espera, é que essas ações, pautadas na articulação entre o ensino superior e o de nível básico, possam dar conta da função social própria à escolarização de ao ensinar o conhecimento acumulado consolidar valores e práticas pautadas por uma consciência história crítica e ética.



8.10 –Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um importante momento de construção epistemológica constituído por um conjunto de experiências formativas tanto no âmbito da pesquisa histórica como também pelo resultado da experiência da prática pedagógica de caráter diagnóstico, investigativo e analítico. Partindo desse pressuposto, entende-se que os temas e problemas que se constituem objetos de pesquisa do TCC poderão ser definidos com autonomia pelo discente em um tema de estudo dentro da área de História (conforme a Tabela de Áreas do Conhecimento - CNPQ) articulados ou não aos registros das reflexões sobre a prática pedagógica vivenciada no campo de estágios.

A produção do Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade curricular obrigatória e, no caso do Curso de Licenciatura em História, obedecerá ao disposto na Resolução 021/2007 do CONSEPE e deverá ser submetido à orientação de docentes da UFAM, vinculado ao curso de História ou áreas afins, desde que com prévia autorização da Comissão de TCC, formada por pelo menos três membros do colegiado.

Para realizar o TCC, o discente deverá ter cursado duas disciplinas na matriz curricular voltadas à elaboração de um trabalho acadêmico: Metodologia da Pesquisa da História I (75h) e Metodologia da Pesquisa em História II (75h). Em TCC em História I, o discente deverá elaborar um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, com temática construída pelo aluno sob orientação de um professor. Em TCC em História II o trabalho deverá ser finalizado e defendido. A elaboração contará com acompanhamento e orientação contínua desde a produção dos projetos até a escrita final do trabalho.

As defesas acontecerão em sessão pública, perante banca examinadora formada por pelo menos dois membros com formação na área do tema proposto, além do orientador. A avaliação do TCC levará em consideração:

I.Coerência entre a problematização, a metodologia e a argumentação desenvolvida;

II. Relevância do tema estudado e dos resultados obtidos com a pesquisa;



Coesão e clareza da escrita;

III. Adequação às normas de Trabalho Científico da UFAM

Após a aprovação pela banca examinadora, o discente precisará entregar na Coordenação do Departamento de História, no prazo de 20 dias a contar da defesa, um exemplar digital e um exemplar impresso em capa dura da versão final de seu TCC, para o devido arquivamento.

O relatório final de atividades institucionais, como Estágios Supervisionados, PIBID e Residência Pedagógica, e aqueles previstos no art. 10 da resolução 021/2017 do CONSEPE, (PIBIC, PET, MONITORIA, Programas e Projetos de Extensão e Pesquisa, e Estágio não obrigatório), convertido em artigo e publicado em veículo de comunicação da área que apresente corpo editorial poderá ser considerado equivalente, para fins de Aproveitamento de Estudos, ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Para fins de melhor registro, a normatização do Trabalho de Conclusão de Curso, encontra-se em anexo.

8.11 - Modos de Integração entre os Diversos Níveis e Modalidades de Ensino

O curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Amazonas parte integrante do sistema educacional brasileiro já se articula com os outros níveis de ensino, Fundamental e Médio, habilitando grande parcela dos profissionais que atuam no Ensino Básico, capital e interior. A educação Superior através do artigo 43 da Lei 9394/96 estabelece finalidades e em seu artigo 44 dispõe como atingi-las através de cursos (níveis) e programas. Através dos cursos sequenciais, cursos de graduação, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu). No nível da Graduação, o Curso de História se articula com os diversos municípios atuando na Formação de professores da rede básica de ensino (SEMEDs e SEDUC) através dos Programas Especiais de Formação Docente. Na Pós-graduação, o Curso de História desde os anos de 1990 vem oferecendo cursos nessa modalidade e, atualmente, encontra-se em



fase de conclusão o Curso de Especialização em Historiografia e Ensino de História, iniciado em novembro de 2017. No Stricto Sensu, desde 2006, através do único Programa de Pós-graduação em História no Amazonas nessa modalidade de ensino vem atendendo aos egressos de História não só da UFAM como também de outras instituições públicas e particulares do Estado e de parte da região Norte.

8.12 – Integração com as Redes Públicas de Ensino

O curso de História da UFAM realiza integração com as escolas das redes públicas de ensino através de diversos acordos de colaboração.

Os convênios firmados entre Universidade Federal do Amazonas e as Secretarias de Educação (SEMD e SEDUC) possibilitam aos estudantes realizarem seus estágios supervisionados, Programas de iniciação a docência, projetos de extensão e muitos outros projetos que colaboram efetivamente tanto para a melhoria do ensino público como também com as práticas educativas acadêmicas.

Outra importante colaboração é a discussão realizada pelas Secretarias de Educação (SEMED e SEDUC) com a participação do curso de História na reflexão sobre a implantação Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também sobre a importância do ensino de História da Amazônia nas escolas de ensino Básico.

8.13 – Serviços de Apoio ao Discente

A UFAM conta com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para orientar, através da DAEST (Departamento de Apoio ao Estudante), todos os acadêmicos que buscam informações sobre os programas universitários voltados para a comunidade acadêmica. A partir da DAEST, o estudante pode ser encaminhado a buscar um dos programas mantidos pela universidade. Destacam-se os seguintes PROGRAMAS:

PIAP



O Programa Institucional de Bolsas de Apoio Pedagógico-PIAP desenvolve ações de caráter permanente com vistas a oferecer apoio a professores e estudantes dos cursos de graduação da UFAM. Tem como objetivos desenvolver ações de apoio pedagógico que favoreçam a permanência e a conclusão de cursos por estudantes da UFAM, proporcionando-lhes suporte didático para que superem suas necessidades básicas de aprendizagem.

PET

O Programa de Educação Tutorial-PET destina-se a apoiar grupos de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas em cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES). O apoio pode ser concedido ao estudante bolsista até a conclusão da sua graduação e ao professor tutor por três anos, podendo ser prorrogável por iguais períodos, conforme parecer da Comissão de Avaliação do PET.

PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência foi criado com a finalidade de valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura. Tem como objetivo; incentivar a formação de professores, valorizar o magistério, promover a melhoria da qualidade da educação básica, elevar a qualidade das ações acadêmicas e proporcionar aos futuros professores experiências em ações metodológicas e práticas docentes.

PROMES

O programa de mobilidade estudantil permite que os alunos realizem, temporariamente, disciplinas de seu curso de graduação em outra instituição federal de ensino superior.

PRIMES

O Programa Interinstitucional e Intercampi de Mobilidade Estudantil-PRIMES têm por objetivo operacionalizar a mobilidade de estudantes de



graduação da UFAM e de outras Instituições de Ensino Superior - IES (exceto Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira - IFES, que possuem resolução própria) e a mobilidade de estudantes de graduação da UFAM entre seus *campi*.

JOVENS TALENTOS

O Programa Jovens Talentos para a Ciência tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos de iniciação científica a estudantes que ingressaram no primeiro semestre letivo nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. As bolsas terão duração de 12 meses, improrrogáveis. A expectativa é de que os bolsistas desse Programa estejam aptos após um ano a passarem para bolsas de Iniciação Científica, PIBID, PETs, Programa Ciência sem Fronteiras ou outros de iniciativa da instituição.

PECTEC

O Programa de apoio à participação de discentes de graduação em eventos científicos, tecnológicos e culturais - PECTEC, objetiva incentivar os discentes de graduação da UFAM a participarem de eventos científicos, facilitando, assim, sua integração com outras IES brasileiras e incentivando a produção científica.

BOLSA TRABALHO

Com a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos alunos regularmente matriculados em curso de graduação dessa Universidade, principalmente aqueles em situação socioeconômica vulnerável.

PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

O Programa tem a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos alunos em situação socioeconômica vulneráveis regularmente matriculados em cursos de graduação das Unidades Acadêmicas de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins.

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA



O Programa Residência Pedagógica é uma atividade de formação realizada por um discente regularmente matriculado em curso de Licenciatura e desenvolvido numa escola pública de educação básica, denominada de escola-campo. Um de seus objetivos é aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional.

8.14 –Outros Serviços e Programas de Apoio ao Discente

PRÁTICA DE CAMPO

A prática de campo é uma ação pedagógica que permite ao aluno vivenciar a prática de diversas disciplinas e com isso reforçar os conhecimentos teóricos trabalhados em sala de aula, visando promover uma aprendizagem significativa desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes.

MONITORIA

O Programa de Monitoria tem por objetivo iniciar discentes dos cursos de graduação nas diversas tarefas que compõem a docência de nível superior. Não constitui, no entanto, um programa de substituição do docente titular na sala de aula. As tarefas referidas poderão incluir a orientação acadêmica, a elaboração, aplicação e correção de exercícios escolares, a participação em experiências laboratoriais, entre outras.

PIBIC

Com a finalidade de proporcionar treinamento de iniciação científica aos alunos de graduação com vocação para pesquisa, visando sua futura inserção na pós-graduação, a UFAM oferece bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, e também bolsas da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).



PACE

O Programa Atividade Curriculares de Extensão – ACEs da Universidade Federal do Amazonas permite que os alunos realizem ações pedagógicas na comunidade contribuindo para a formação deste futuro profissional.

8.15– Administração Acadêmica do Curso

Coordenador:

Coordenadora do Curso

Nome: Maíra Chinelatto Alves

Titulação: Doutora em História pela Universidade de São Paulo - USP

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

Ingresso na IES: 2017

Carga Horária Semanal: 20 horas

Endereço Eletrônico: mairachinelatto@gmail.com

Docentes:

O quadro de docentes do departamento de História é formado por 22 (vinte e dois) professores e professoras, todos em regime de trabalho de dedicação exclusiva, 21 (vinte e um) dos quais (95,5%) têm título de doutorado. A produção científica dos docentes encontra-se descrita no item 6.6 deste plano, com indicação de links dos currículos *lattes* atualizados de cada um deles.

Docentes previstos para os dois primeiros anos do curso

Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Jr.
Prof. Dr. Davi Avelino Leal
Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazio
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Prof. Dr. Síval Carlos Mello Gonçalves
Profa. Dra. Joana Campos Clímaco



Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa
Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Profa. Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio
Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva

Quadro de Titulação do corpo docente do curso

Nº	Nome	Qualificação	Regime de Trabalho	Tempo médio de permanência*
1	Almir Diniz de Carvalho Júnior	Doutor/ UNICAMP	D.E.	1993
2	Ana Lúcia Vieira	Doutora/ UERJ	D. E.	2014
3	Antônio Emílio Morga	Doutor/ USP	D.E.	2004
4	Auxiliomar da Silva Ugarte	Doutor/ USP	D.E.	1993
5	César Augusto Bubolz Queirós	Doutor/ UFRGS	D.E.	2013
6	Davi Avelino Leal	Doutor/ UFAM	D.E.	2015
7	Glauber Cícero Ferreira Biazio	Doutor/ USP	D.E.	2014
8	Hideraldo Lima da Costa	Doutor/ PUC-SP	D.E.	1988
9	James Roberto Silva	Doutor/ USP	D.E.	2004
10	Joana Campos Clímaco	Doutora/ USP	D. E.	2014
11	João Ricardo Bessa Freire	Doutor/ Universidade Pablo Olavide	D.E.	1984



12	Kátia Cilene do Couto	Doutora/ UNB	D.E.	2008
13	Keith Valéria de Oliveira Barbosa	Doutora/ Fiocruz	D.E.	2015
14	Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro	Doutor/ PUC-SP	D.E.	1991
15	Maíra Chinelatto Alves	Doutora/ USP	D.E.	2017
16	Marcia Eliane Alves de Souza e Mello	Doutora/ UP-PT	D.E.	1992
17	Maria Eugênia Mendes de Mattos	Mestre/ UFF	D.E.	1994
18	Maria Luiza Ugarte Pinheiro	Doutora/ PUC-SP	D.E.	1991
19	Nelson Tomelin Jr.	Doutor/ USP	D.E.	2008
20	Patrícia Maria Melo Sampaio	Doutora/ UFF	D.E.	1986
21	Patrícia Rodrigues da Silva	Doutora/ PUC-SP	D.E.	2009
22	Sinval Carlos de Mello Gonçalves	Doutor/UFF	D.E.	1986

Quadro do Corpo Técnico-Administrativo do curso

Nº	Nome	Qualificação	Regime de Trabalho	Tempo médio de permanência
1	Jaílson Moraes Mota	Nível Superior	40h	2014
2	Robert Carlos de Souza	Nível Médio	40h	2017



8.16 –Formas de Participação do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante

O Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas funciona com duas estruturas colegiadas permanentes na Graduação e uma na pós-graduação (Mestrado). Na graduação, temos o colegiado do curso com a seguinte divisão: o Chefe de Departamento preside a reunião do Colegiado do Departamento e conta com o apoio direito dos dois Coordenadores de curso da graduação (manhã e noite). Fazem parte, ainda, todos os docentes do curso, além dos representantes discentes eleitos na comunidade estudantil. A cada interstício de dois anos é realizada uma consulta aos professores para a eleição de novos Coordenadores de Curso e do Chefe do Departamento, sendo que, entre os estudantes, a renovação é feita anualmente.

A outra estrutura colegiada da graduação é o Núcleo Docente Estruturante, formado por docentes do curso, de acordo com a Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010 do CONAES. O principal objetivo do NDE é acompanhar o dia a dia do curso no que tange a aplicação e desdobramentos do Projeto Pedagógico de Curso. Além disso, visa também monitorar a qualidade do curso indicando formas de atualização e melhoria das ações de acordo com legislação vigente.

O NDE possui um caráter consultivo e propositivo com os seus encaminhamentos deverão ser levados para a deliberação do colegiado de curso. No início de cada biênio é escolhido entre os coordenadores um nome para ser o presidente do núcleo. Ele coordenará as reuniões, sempre assessorado pelo vice-coordenador, sendo que o critério de escolha do coordenador principal do NDE passa pela experiência com a docência no ensino básico e superior e pelo regime de dedicação.

Na pós-graduação, há o Programa de Pós-Graduação em História em nível de Mestrado acadêmico, além de uma Especialização *lato sensu*. Tanto a Especialização quanto o Mestrado possuem suas estruturas colegiadas escolhidas entre os pares.



9 – INFRAESTRUTURA

9.1 – Espaço Físico Disponível e Uso da Área Física do Campus

O Curso de Licenciatura em História beneficia-se da estrutura do Departamento de História e do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais / IFCHS, distribuída em uma área administrativa de 400 (quatrocentos) m²

A área reservada à administração divide-se em Recepção, Secretaria, Gabinete da Chefia, Gabinete da Coordenação de Curso, Sala de Reunião, Salas dos laboratórios e 22 (vinte e dois) Gabinetes individuais para professores. Tal área está localizada nas metades do térreo e do 1º piso do Bloco Prof. Arthur César Ferreira Reis.

Todos os gabinetes tanto da administração, quanto dos professores, estão equipados com estantes, mesas, cadeiras, armários em estrutura moderna, e com microcomputadores com pontos para Internet.

A sala do Centro Acadêmico está situada em mini-bloco disponibilizado pela Direção do IFCHS, nas adjacências da Lanchonete Universitária.

9.2 – Salas de Aula

O Curso de Licenciatura em História Diurno dispõe de 4 (quatro) salas de aula, localizadas no Bloco Mário Ypiranga Monteiro do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais.

A estrutura é moderna, pois todas as salas são climatizadas, dispondo de quadros brancos e de outras instalações próprias para o trabalho com equipamentos eletrônicos. Essas salas possuem dimensões amplas, suficientes para comportar até 50 alunos

9.3 – Biblioteca

a) Bibliotecas setoriais do Campus Universitário

Os acervos das Bibliotecas Setoriais do antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), bem como da Faculdade de Educação (FACED) e



da Faculdade de Estudos Sociais (FES), atualmente, estão reunidos no mesmo espaço físico, num pavilhão inteiro, a Biblioteca Setorial do Setor Norte: o térreo reservado ao acervo e o primeiro andar às salas de estudos, de livre acesso aos estudantes.

ACERVO				
Biblioteca Setorial do Setor Norte - BSSN	LIVROS		PERIÓDICOS	
	Título	Exemplar	Título	Fascículo
IFCHS, FLET, FIC, FAGED E FES	31.285	78.623	5.413	52.449
Serviços oferecidos:	Empréstimo local e domiciliar, Consulta Local (periódicos, folhetos, monografias, teses, Atlas, CD-ROM, Mapas); COMUT; Levantamento Bibliográfico; Atendimento à comunidade externa; Divulgação de Eventos.			

b) Biblioteca Setorial do Museu Amazônico

Além das atividades voltadas diretamente à pesquisa, o Museu Amazônico possui, ainda, uma Biblioteca Setorial especializada, que dispõe de um importante acervo bibliográfico sobre assuntos amazônicos, constituindo-se em uma instituição de referência para todos aqueles que desenvolvem pesquisas na e sobre a região amazônica. O seu acervo é constituído por 1.926 títulos de livros com 2.631 volumes; 275 títulos de periódicos com 1.060 fascículos, 230 folhetos e de 84 teses.

Além do acervo do Campus, o Curso de História também conta com o acervo do Museu Amazônico (Área de 196 m²).

ACERVO		



Biblioteca Setorial	LIVROS		PERIÓDICOS	
	Título	Exemplar	Título	Fascículo
MUSEU AMAZÔNICO	1.926	2.631	275	1.060
Serviços oferecidos:	Consulta local; Xerox; Levantamento Bibliográfico; COMUT; normalização de referência. A referida biblioteca integrou-se ao sistema PERGAMUM.			

9.3.1 – Acervo Documental

a) Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica do Museu Amazônico

O Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas é um órgão suplementar que comporta, dentro da sua estrutura física, uma Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica (DPDH). Na condição de órgão suplementar, suas atribuições básicas incluem o apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão. Assim sendo, a estrutura do MA é disponibilizada aos vários cursos, entre eles o de História.

As administrações do MA e da DDPH têm mantido, desde a inauguração daqueles em 1991, uma articulação bastante estreita com o Departamento de História. O resultado tem sido o envolvimento dos alunos do curso como bolsistas nas várias ações e projetos técnico-científicos desenvolvidos por aquele órgão suplementar. Do ponto de vista dos espaços técnicos e experimentais à disposição dos alunos do Curso de História, a DDPH é o que se encontra em melhores condições de uso.

Aberto aos pesquisadores das diversas áreas, o MA contém um volume significativo de documentos sobre a Amazônia referentes aos períodos Colonial, Imperial e Republicano. Esses documentos encontram-se em suporte de acetato (microfilme) e em forma de cópias tipo xérox (acervo da antiga Comissão de Documentação da Amazônia – CEDEAM), em CD-ROM e



microfilme (acervo oriundo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco) e em peças originais (coleção J. G. Araújo).

O acervo documental, disponível para pesquisa no MA, compõe-se de:

Documentação Colonial:

CAIXAS: Arquivo Ultramarino – AHU (Maranhão; Mato Grosso; Rio Negro; Pará) - Arquivo Público do Pará – APP; Relatório de Presidente de Província – RPP; Biblioteca Municipal do Porto – BMP; Arquivos Portugueses Diversos: 100 Caixas

ENCADERNADOS: 190 Encadernados

CD-ROM's: 05 conjuntos documentais relativos à Coleção Códice I; Coleção Códice II e Documentação Avulsa da Capitania do Rio Negro – Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

MICROFILMES (Rolos) (Documentação colonial, imperial e republicana): 298 (duzentos e noventa e oito)

Documentação Imperial e República Impressa:

1. CAIXAS/PASTAS dos Governos Provincial, Municipal e Estadual contendo Coleções de Relatórios, Leis, Anais, Exposições, Mensagens.

2. ENCADERNADOS: Câmara Municipal – 1852-1854; Coleção Leis Império Brasil – 1872 (Tomo XXXV, parte 2); Itinerário das Visitas do Exmo. Sr. José Afonso de Moraes Torres – Bispo da Diocese do Grão-Pará (papel fotográfico); Relatório de Presidente de Província do Amazonas (1870-1873).

Coleção J. G. Araújo:

Acervo Higienizado / Sala de Higienização: 131,14 m² – Compõe-se por toda documentação produzidas pela firma J. G. Araújo no período de 1877 *acirca* 1980.



10 – RECURSOS HUMANOS E CONDIÇÕES MATERIAIS

10.1 – Recursos Humanos:

1) Dados do Coordenador do Curso

Nome: Maíra Chinelatto Alves

Titulação: Doutora em História pela Universidade de São Paulo - USP

Endereço Eletrônico: mairachinelatto@gmail.com

2) Dados do Chefe do Departamento

Nome: Auxiliomar Silva Ugarte

Titulação: Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP

Endereço eletrônico: asugarte@bol.com.br

10.2 – Laboratório e Núcleo de Pesquisa Histórica e Afins

Atualmente, há 7 laboratórios ligados ao Departamento de História em funcionamento, sendo dois deles criados recentemente:

Laboratório de História e Imprensa no Amazonas - LHIA (2005)

Núcleo de Pesquisas em Políticas, Instituições e Práticas Sociais - POLIS
(2005)

Laboratório de Estudos em História Cultural - LECH (2006)

Laboratório de História Oral (2013)

Laboratório de Estudos de Gênero (2014)

Laboratório de Ensino de História (2017)

Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Ditadura (2018)

Atividades desenvolvidas: Desenvolvimento de projetos financiados e dos projetos dos alunos de mestrado; apoio ao desenvolvimento de projetos de PIBIC e de Trabalhos de Conclusão de Curso; pesquisa em documentos; transcrição sistemática de manuscritos; inventariação e organização de acervos (documentos e bibliográficos); reuniões dos grupos de pesquisa; atendimento a alunos e pesquisadores não ligados ao Programa.



LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA CULTURAL

O Laboratório de Estudos em História Cultural (LEHC), ligado à Linha de Pesquisa 1 - Cultura e Representações, vem dinamizando as atividades de pesquisa entre estudantes nos projetos de PIBIC, nas Monografias de Final de Curso e nas iniciações científicas associadas aos projetos dos professores da Linha de Pesquisa. O LEHC abriga quatro grupos de pesquisa, articulados aos projetos de alunos da graduação e da pós-graduação: Cultura e Historiografia da Amazônia - CAHIAM, Representações, Narrativas e Poder na Antiguidade, Imaginário e Cultura no Ocidente Medieval e Estudos Africanos: identidades, dinâmicas sociais e científicas. O Laboratório é dotado de computadores e de uma Leitora de Microfilmes, proporcionando a alunos de graduação e pós-graduação vinculados à linha uma infraestrutura favorável para o desenvolvimento de suas pesquisas. Possui também em seu acervo as dissertações defendidas pelos orientandos dos membros do Laboratório. Além disso, o LEHC possui acervo de periódicos e de microfilmes, coletados nos Arquivos da Torre do Tombo, em Portugal, sobre a Inquisição de Lisboa.

Docentes do Programa vinculados ao LEHC:

- Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior;
- Prof. Dr. Síval Carlos Mello Gonçalves;
- Profa. Dra. Joana Campos Clímaco;
- Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DA IMPRENSA NO AMAZONAS

O Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA) está associado à Linha de Pesquisa 2, *Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia* e vem desenvolvendo trabalhos desde o início das atividades do Curso de Mestrado. O LHIA desenvolve duas linhas de pesquisa (Imprensa e Cultura Letrada e Imprensa e Mundos do Trabalho), com forte inflexão para os estudos acerca da Imprensa de trabalhadores. De sua criação, em 2005, até hoje, o LHIA desenvolveu mais de trinta projetos de pesquisa, incluindo-se aí monografias de conclusão de curso de graduação e especialização, iniciações



científicas e dissertações de Mestrado, além de colaborar com dissertações teses de doutorado desenvolvidas em outras IES do país. Em 2007, o Laboratório começou a circular o Gavroche, seu Boletim de Pesquisa, com informações sobre acervo, acesso ao público e resumo dos trabalhos produzidos. Durante a sua existência, o LHIA se consagrou à valorização das pesquisas sobre imprensa no interior do Curso de História da UFAM, sendo um de seus principais objetivos inventariar a produção periódica. Ao fazer isto, vem explorando as características específicas apresentadas na diversificada tipologia de jornais e revistas do Amazonas e analisando a importância desses veículos em seu desígnio de tornar conhecidas as propostas de intervenção social.

Docentes vinculados ao LHIA:

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro;

Prof. Dr. Maria Luiza Ugarte Pinheiro;

Prof. Dr. Patrícia Rodrigues da Silva;

Prof. Dr. Davi Avelino Leal;

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós.

NÚCLEO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS, INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS

O POLIS, desde 2005, congrega professores e alunos envolvidos em projetos de pesquisa coletivos ou individuais. Os interesses científicos têm convergido para a Amazônia como tema de reflexão, com o que aí está implicado: populações, tempo, espaço, relações de poder, política. Isto se materializa em discussões relativas à natureza das instituições e das múltiplas modalidades de articulação entre os atores sociais e em análises relativas às práticas sociais, ancoradas em sujeitos concretos e em suas experiências. O POLIS vem sendo um espaço de discussão e de produção de conhecimento, com repercussões diretas na graduação (monografias e PIBIC) e na pós-graduação (Mestrado). Muitos dos projetos de pesquisa de que participam os pesquisadores do núcleo envolvem a interação com outras instituições de pesquisa. Desde 2008, o POLIS mantém parceria com o CENDAP/PPGSCA,



por meio de projeto de uso compartilhado de equipamentos e acervos (CAPES e Universal CNPq). O núcleo possui: acervo de microfilmes de periódicos; reserva bibliográfica; banco de imagens; banco de documentos dos séculos XVIII ao XX digitalizados; e equipamentos novos e atualizados – dentre os quais, duas são modernas máquinas de leitura e digitalização de microfilmes – em número suficiente para atender às necessidades dos pesquisadores associados e de seus orientandos.

Docentes do Programa vinculados ao POLIS:

- Prof. Dr. James Roberto Silva;
- Profa. Dra. Marcia Eliane Alves de Souza e Mello;
- Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr;
- Profa. Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio;
- Profa. Dra. Ana Lúcia Vieira;
- Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL

O Laboratório de História Oral e audiovisual da Amazônia (LABHORA-AM) foi criado em 2012 com o objetivo de congregar discentes e docentes que se ocupam da produção e reflexão acerca das memórias e Histórias das populações amazônicas, e vem se consolidando como espaço de referência na produção de pesquisas que se utilizam fundamentalmente de fontes orais e audiovisuais. Mantendo suas diretrizes de funcionamento junto às dos cursos de graduação e Pós-graduação (Mestrado) do departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, o LABHORA-AM compreende a indissociabilidade do ensino e da pesquisa e tem buscado incentivar, orientar e socializar os resultados das pesquisas através de diversas ações.

O LABHORA-AM desenvolve ações em várias frentes de acordo com as linhas de Pesquisa: A) - História Oral, Produção, arquivamento e socialização de fontes orais; B) - Trabalho e Educação C) - Cultura, Representação e Memória; D) História Oral e Gênero.

Docentes vinculados ao LABHORA:

- Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva;



- Prof. Dr. Glauber Cícero Biazo.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO

Laboratório de Estudos de Gênero – LEG, ligado ao Grupo de Pesquisa Gênero, Sociabilidade, Afetividade e Sexualidade e à Linha de Pesquisa 1 – Cultura e Representações, vem dinamizando as atividades de pesquisa entre estudantes nos projetos de PIBIC, nas monografias de final de curso e nas dissertações de mestrado. E ao mesmo tempo tem promovido seminários com a participação dos alunos, bem como incentivando-os a participarem de seminários, encontros e simpósios fazendo comunicação. O laboratório é dotado de computadores proporcionando a alunos de graduação e pós-graduação vinculados ao grupo de pesquisa e laboratório uma infraestrutura favorável para o desenvolvimento de suas pesquisas. O LEG inicia um acervo de periódicos e livros e dissertações defendidas dentro das pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa e laboratório.

Docentes do Programa vinculados ao LEG:

- Prof. Dr. Antônio Emílio Morga.

LABORATÓRIO DE PESQUISAS, ENSINO E APRENDIZAGENS EM HISTÓRIA – LAPEAH

O Laboratório de Pesquisas, Ensino e Aprendizagens em História - LAPEAH se configura enquanto um importante espaço de articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão nas suas mais diversas possibilidades perpassando o campo do ensino, da formação docente e ainda, dialogando com as mais variadas temáticas de pesquisa que a historiografia propicia. O LAPEAH vem, assim, corroborar com as propostas do projeto pedagógico do curso cujo objetivo é formar profissionais que saibam lidar com o conhecimento histórico no âmbito do ensino e da pesquisa, percebendo que esse é um processo contínuo, dinâmico e de suma importância para o exercício consciente de suas funções. Neste sentido, o LAPEAH tem por objetivo congrega professores, pesquisadores e estudantes para o desenvolvimento de



pesquisas e de atividades na área de ensino de História. Incentivar os alunos à iniciação científica e ao Estágio Supervisionado (Práticas Integradas) como prática de ensino e pesquisa, buscando organizar documentação histórica contribuindo deste modo, para a reflexão e construção de habilidades e competências dos alunos através da utilização de fontes orais, iconográficas, materiais e escritas.

Sendo assim, dinamizar a produção e a socialização do conhecimento ligado ao ensino e História, à cidade, à cultura, à memória, às representações ao patrimônio histórico, ambiental e cultural e ao mundo do trabalho são preocupações do LAPEAH. Também se constitui enquanto objetivo do LAPEAH promover e organizar cursos, seminários, oficinas, palestras, workshops e debates abertos aos estudantes secundaristas, alunos de graduação, professores de história do ensino fundamental e médio (fundamentalmente os da rede pública) e para a comunidade em geral.

Docentes vinculados ao LAPEAH:

- Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa;
- Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva;
- Profa. Dra. Ana Lúcia Vieira.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO E DITADURA – LETRAD

O “LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO E DITADURA – LETRAD” foi criado no âmbito do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) a partir da necessidade de aglutinar e promover o diálogo entre os diversos pesquisadores que vinham realizando atividades tanto na graduação quanto na Pós-Graduação. Tais pesquisas deram origem a monografias, trabalhos de Iniciação Científica e dissertações de mestrado e foram se avolumando, de modo que a criação do grupo, em julho de 2017, foi uma consequência natural do desenvolvimento do trabalho e serviu como um mecanismo para consolidar essas pesquisas, promover a integração entre os diversos pesquisadores e impulsionar a realização de novos trabalhos sobre a temática. A divulgação dos



resultados das pesquisas já pode ser verificada a partir da participação em diversos eventos como o *XXIX Simpósio Nacional de História* (ANPUH/Brasília), a *III Jornada de História do Trabalho na Amazônia* (Belém/PA) e a *I Jornada de Debates em História: Fontes Históricas, Memória e Justiça do Trabalho* (UFAM). A temática e o recorte temporal proposto têm sido relativamente pouco explorados pela historiografia regional que acaba por priorizar períodos anteriores, como a chamada *Belle Époque*. Ademais, o grupo vem constituindo um acervo bibliográfico e documental para alicerçar as pesquisas dos interessados pela temática. É necessário ainda ressaltar que a importância de se realizar uma profunda reflexão sobre autoritarismo, política e ditadura ganha uma dimensão de enorme atualidade em virtude do contexto político no qual estamos inseridos, quando observamos velhos esqueletos saindo dos armários e percebemos uma disputa de memórias sobre o período de 21 anos em que o país viveu sob uma Ditadura Militar.

Docentes vinculados ao LETRAD:

- Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós.

10.3 – Acervo Bibliográfico

1) Bibliotecas setoriais do Campus Universitário

Os acervos das Bibliotecas Setoriais do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), da Faculdade de Educação (FACED) e da Faculdade de Estudos Sociais (FES), atualmente, estão reunidos no mesmo espaço físico, num pavilhão inteiro: o térreo reservado ao acervo e o primeiro andar às salas de estudos, de livre acesso aos estudantes.

ACERVO				
Biblioteca Setorial	LIVROS		PERIÓDICOS	
	Título	Exemplar	Título	Fascículo
CAMPUS: ICHL, FACED e	31.285	78.623	5.413	52.449



FES				
Serviços oferecidos:	Empréstimo local e domiciliar, Consulta Local (periódicos, folhetos, monografias, teses, Atlas, CD-ROM, Mapas); COMUT; Levantamento Bibliográfico; Atendimento à comunidade externa; Divulgação de Eventos.			

Fonte: Divisão de Seleção e Aquisição - DAS, 2004.

2) Biblioteca Setorial do Museu Amazônico

Além das atividades voltadas diretamente à pesquisa, o Museu Amazônico possui, ainda, uma Biblioteca Setorial especializada, que dispõe de um importante acervo bibliográfico sobre assuntos amazônicos, constituindo-se em uma instituição de referência para todos aqueles que desenvolvem pesquisas na e sobre a região amazônica. O seu acervo é constituído por 1.926 títulos de livros com 2.631 volumes; 275 títulos de periódicos com 1.060 fascículos, 230 folhetos e de 84 teses.

Além do acervo do Campus, o Curso de História também conta com o acervo do Museu Amazônico (Área de 196 m²).

ACERVO				
Biblioteca Setorial	LIVROS		PERIÓDICOS	
	Título	Exemplar	Título	Fascículo
MUSEU AMAZÔNICO	1.926	2.631	275	1.060
Serviços oferecidos:	Consulta local; Xerox; Levantamento Bibliográfico; COMUT; normalização de referência; Em processo de automação com sistema PERGAMUM.			

Fonte: Divisão de Seleção e Aquisição - DAS, 2004.



10.4 – Acervo Documental

a) Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica do Museu Amazônico

O Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas é um órgão suplementar que comporta, dentro da sua estrutura física, uma Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica (DPDH). Na condição de órgão suplementar, suas atribuições básicas incluem o apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão. Assim sendo, a estrutura do MA é disponibilizada aos vários cursos, entre eles o de História.

As administrações do MA e da DPDH têm mantido, desde a inauguração daqueles em 1991, uma articulação bastante estreita com o Departamento de História. O resultado tem sido o envolvimento dos alunos do curso como bolsistas nas várias ações e projetos técnico-científicos desenvolvidos por aquele órgão suplementar. Do ponto de vista dos espaços técnicos e experimentais à disposição dos alunos do Curso de História, a DPDH é o que se encontra em melhores condições de uso.

Aberto aos pesquisadores das diversas áreas, o MA contém um volume significativo de documentos sobre a Amazônia referentes aos períodos Colonial, Imperial e Republicano. Esses documentos encontram-se em suporte de acetato (microfilme) e em forma de cópias tipo xérox (acervo da antiga Comissão de Documentação da Amazônia – CEDEAM), em CD-ROM e microfilme (acervo oriundo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco) e em peças originais (coleção J. G. Araújo).

O acervo documental disponível para pesquisa no MA compõe-se de:

Documentação Colonial:

CAIXAS: Arquivo Ultramarino – AHU (Maranhão; Mato Grosso; Rio Negro; Pará) - Arquivo Público do Pará – APP ; Relatório de Presidente de Província – RPP; Biblioteca Municipal do Porto – BMP ; Arquivos Portugueses Diversos: 100 Caixas

ENCADERNADOS: 190 Encadernados



CD-ROM's: 05 conjuntos documentais relativos à Coleção Códice I; Coleção Códice II e Documentação Avulsa da Capitania do Rio Negro – Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

MICROFILMES (Rolos) (Documentação colonial, imperial e republicana):
298 (duzentos e noventa e oito)

Documentação Imperial e República Impressa:

1. CAIXAS/PASTAS dos Governos Provincial, Municipal e Estadual contendo Coleções de Relatórios, Leis, Anais, Exposições, Mensagens.

2. ENCADERNADOS: Câmara Municipal – 1852-1854; Coleção Leis Império Brasil – 1872 (Tomo XXXV, parte 2); Itinerário das Visitas do Exmo. Sr. José Afonso de Moraes Torres – Bispo da Diocese do Grão-Pará (papel fotográfico); Relatório de Presidente de Província do Amazonas (1870-1873).

Coleção J. G. Araújo:

Acervo Higienizado / Sala de Higienização: 131,14 m² – Compõe-se por toda documentação produzidas pela firma J. G. Araújo no período de 1877 a c.1980.

11 – ATIVIDADES DE ENSINO EM PÓS-GRADUAÇÃO

Com o processo de consolidação do Curso de Graduação em História, materializado, dentre outras coisas, pelo aumento significativo no número de vagas ofertadas e na ampliação correlata no número de graduados, uma demanda por cursos de pós-graduação na área começou lentamente a se estabelecer. Contudo, tal demanda esbarrava na baixa titulação do corpo docente do Departamento de História, impedindo a oferta de vagas nesse nível de ensino.

Nos últimos anos, como resultado de um investimento institucional de grande porte na capacitação do corpo docente da UFAM, ocorreram mudanças importantes na composição do quadro de professores do Departamento de História, registrando-se a titulação de novos Mestres e Doutores na área.



Além de contribuir para uma melhoria do ensino de graduação, as titulações operadas nesse novo momento fomentaram a ideia da montagem de um Programa de Pós-Graduação em História. Discutindo-se o projeto no âmbito do Departamento, o oferecimento de Cursos de Especialização foi pensado como um caminho inicial para a implementação de um Programa *Stricto Sensu* já que, além de atender uma demanda cada vez mais crescente – especialmente ampliada por força do incentivo trazido pela nova LDB à qualificação de docentes do ensino fundamental e médio –, tais cursos de especialização contribuiriam para o processo de treinamento dos professores do Departamento de História da UFAM para a atuação no espaço da docência e da orientação no programa de Mestrado implantado em 2006.

Além do mais, a montagem de novos cursos de Graduação em História e em Estudos Sociais, instalados em instituições públicas e particulares no Amazonas (Universidade do Estado do Amazonas – UEA e UNINORTE, por exemplo), tem demandado professores da área com qualificações mínimas para a atuação no ensino superior. Essa demanda tem se mostrado incapaz de atrair profissionais titulados (mestres e doutores) na dimensão por elas desejada e, dessa forma, tem sido comum a contratação de professores no ensino superior portando apenas o diploma de graduação. Mesmo na Universidade do Amazonas, o processo de recrutamento de professores substitutos tem, freqüentemente, recaído em profissionais com este perfil limitado. Se a montagem dos Cursos de Especialização na área não resolveria de todo o problema, certamente teriam uma contribuição importante para a reversão desse quadro.

1) Cursos de Especialização (Lato Sensu)

Desse entendimento, em 1997, ocorreu o oferecimento do primeiro Curso de Especialização vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, cujo enfoque buscava reforçar os compromissos institucionais com os estudos regionais, ao mesmo tempo em que não descuidava de mostrá-los inseridos em contextos mais totalizados. Assim, o Curso de Especialização em HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA formou duas



dezenas de alunos, alguns dos quais ingressaram posteriormente em programas de Mestrado ou no próprio ensino superior.

Em seguida através de um convênio com a Secretaria do Estado da Educação – SEDUC, foi oferecido uma turma de Especialização em História, AMAZÔNIA: SOCIEDADE, CULTURA E PODER que formou em agosto de 2002.

Por fim, o Departamento aprovou em agosto de 2002 a criação do curso HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA, estruturado para funcionar de forma perene e gratuita; no entanto, só foram editadas três turmas: em 2003, 2004 e 2005. Ao reavaliar a situação, o Departamento aprovou a retomada dos cursos de Especialização e, aprovou em 2016 o Curso HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA que iniciou em outubro de 2017 e foi concluído em novembro de 2018.

2) Curso de Mestrado (Stricto Sensu)

Para além dessa vinculação, o Departamento entende que já reúne condições institucionais e acadêmicas suficientes para trilhar seus próprios caminhos na pós-graduação, sem prejuízo do envolvimento dos professores com outros programas. Assim, o Departamento aprovou, em outubro de 2002, a criação de um Grupo de Trabalho encarregado de elaborar a proposta do MESTRADO EM HISTÓRIA

Todo esse esforço primordial teve como produto a implantação do Curso de Mestrado, criado em 2005, com as seguintes linhas de pesquisas: 1. Cultura e Representações; 2. Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia; 3. Política, Instituições e Práticas Sociais.

Atualmente, o Curso de Mestrado em História encontra-se com três Turmas, a primeira ingressada em 2006, a segunda em 2007 e terceira em 2008.



12 – OUTRAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Monitoria

O Curso tem mantido uma média de 20 (vinte) monitores por semestre, distribuídos em grandes áreas temáticas

DEPARTAMENTO ACADÊMICO	Número de Monitores		Valor da Bolsa
	Bolsista (remunerados)	Não bolsistas (voluntários)	
HISTÓRIA	3	---	R\$420,00

De acordo com a recente regulamentação do Programa de Monitoria no âmbito da UFAM, a cada período letivo, a quantidade total de monitores (bolsistas e não bolsistas) será definida pela PROEG e sua distribuição decidida pela Comissão de Monitoria, considerando o Plano Anual de Monitoria e o Relatório Anual de Monitoria de cada Departamento Acadêmico.

Uma vez informado das vagas que lhe foram destinadas, Departamento realizara processo seletivo, a seu critério, encaminhando posteriormente à PROEG o seu Quadro Geral de Monitores, selecionados e / ou reconduzidos (Portaria GB, N.º 530/2007, de 16 de março de 2007).

Critérios gerais de seleção: o candidato a Monitoria deverá:

- a) estar regularmente matriculado no respectivo semestre letivo;
- b) ter sido aprovado na disciplina, para a qual é candidato a Monitoria;
- c) ter sido aprovado na disciplina-alvo com Média Final igual ou superior a 7,0 (sete);

Importante: A monitoria de uma determinada disciplina deverá ser exercida somente pelo aluno que integralizou a mesma disciplina, verificando-se a ementa, carga horária e nomenclatura, exceto no caso em que a disciplina alvo seja de caráter optativo, aí a exigência de integralização será a disciplina IHH202 - Metodologia da História.



Valor da Bolsa Mensal: será estabelecido segundo a disponibilidade orçamentária e financeira anualmente prevista pela UFAM.

13 – APÊNDICES DO PPC

13.1 – Legislação

O Projeto Pedagógico constrói-se em consonância com os dispositivos legais, atualizados de acordo com a **Nota Técnica DAES/INEP nº 008/2015** de 04 de março de 2015:

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
(Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996)
- b) Plano Nacional de Educação – PNE.
Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.
- c) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.
- d) Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação
Resolução CNE/CP Nº 2/2015
- e) Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
Resolução CNE/CEB Nº 4 de 13 de julho de 2010;
- f) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.
Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003;
Lei Nº 11.645 de 10/03/2008;
Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004;
Parecer CNE/CP Nº 003 de 10/3/2004.
- g) Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.
Parecer CNE/CP Nº 8 de 6/3/2012;
Resolução CNE/CP Nº 1 de 30 de maio de 2012.
- h) Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.



Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

- i) Titulação do corpo docente

Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- j) Núcleo Docente Estruturante – NDE.

Resolução CONAES Nº 1, de 17/06/2010.

- k) Carga horária mínima em horas – para Bacharelados e Licenciaturas.

Resolução CNE/CP Nº 2/2015;

- l) Tempo de integralização.

Resolução CNE/CP Nº 2/2015;

- m) Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988/35 ed.);

ABNT NBR 9050:2004;

Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

Decreto Nº 5.296/2004, de 2 de dezembro de 2004;

Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;

Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011;

Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.

- n) Disciplina de Libras.

Decreto Nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005.

- o) Informações acadêmicas.

Portaria Normativa Nº 40, de 12/12/2007;

Portaria Normativa Nº 23, de 01/12/2010.

- p) Políticas de educação ambiental.

Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999;

Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002;

Resolução CNE/CP Nº 2/2012.

- q) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Resolução CNE/CP Nº 1/2002;

Resolução CNE/CP Nº 2/2002.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS
Campus Arthur Virgílio Filho



14. DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO

- Ata do Departamento de História
- Ata do NDE
- Ata dos outros departamentos



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS
Campus Arthur Virgílio Filho



ANEXOS



QUADRO DE TRANSIÇÃO

Ano	Semestre	Currículo 2006	Currículo 2019
2019	1º	3º, 5º, 7º,	1º
2019	2º	4º, 6º, 8º	2º
2020	1º	5º, 7º	1º, 3º
2020	2º	6º, 8º	2º, 4º
2021	1º	7º	1º, 3º, 5º
2021	2º	8º	2º, 4º, 6º
2022	1º	-	1º, 3º, 5º, 7º
2022	2º	-	2º, 4º, 6º, 8º



NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACCs

Atendendo às exigências da Resolução CNE/CP n. 2 de 19/02/2002, os alunos licenciandos deverão cumprir 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico-científico-culturais, que deverão ser integralizadas no último período do curso. A Câmara de Ensino de Graduação, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEG/CONSEPE, da Universidade Federal do Amazonas, por meio da Resolução nº 18/2007, ao regulamentar as Atividades Complementares, as define como *aquelas relacionadas com o ensino, a pesquisa e a extensão, validadas pela Coordenação do Curso*. As referidas atividades deverão ser desenvolvidas com vistas à ampliação da formação do graduando, alargando e aprofundando os seus conhecimentos de mundo, por meio de diversas modalidades de atividade, abrangendo uma gama de discussões e reflexões sobre sua área restrita, as inter-relações com outras áreas do conhecimento e as Licenciaturas, de uma maneira geral.

Para integralizar as 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais, o aluno poderá frequentar cursos de treinamento, participar, como organizador ou participante simples, de semana de curso, encontros, congressos, fóruns acadêmicos, palestras, conferências, projetos de pesquisa ou extensão, apresentar ou publicar trabalho científico, e demais atividades culturais internas ou externas. Com essa finalidade, foi elaborado o seguinte quadro de possíveis atividades, bem como a carga horária aproveitável:

AACC 01 – ENSINO	
Atividade	Carga Horária
Participação em treinamento em alguma atividade considerada relevante pela Coordenação do Curso para a formação do aluno.	O número de horas declaradas no certificado. Máximo: 50 horas por atividade; 100 horas durante o curso.



Participação em atividade de formação, vinculada a um programa, um projeto ou uma disciplina, considerada relevante pela Coordenação do Curso (como auxiliar pedagógico, por exemplo).	O número de horas declaradas no certificado. Máximo: 50 horas por atividade; 100 horas durante o curso.
Aprovação em exames de proficiência: Cambridge, TOEFL, Michigan, IELTS e outros.	Nível Básico – 12 horas; Nível Intermediário – 14 horas; Nível Avançado – 16 horas.
Participação no Programa de Monitoria.	Até 60 horas por semestre. Máximo: 120 horas durante o curso, caso não tenha sido aproveitada como disciplina optativa (Resolução Nº 025/00 do CONSEP).
Participação em projetos de ensino cuja carga horária não tenha sido aproveitada para a composição de horas do Estágio Curricular. Estas atividades o PIBID, PRP, PET. O aproveitamento deve ter a anuência da Coordenação do Curso.	Até 60 horas por semestre. Máximo: 120 horas durante o curso.
Modalidade Tutoria – O aluno poderá vincular-se a um professor efetivo do Departamento de História e, sob sua orientação e acompanhamento, realizar atividades acadêmicas de escopo variável dentro de uma área temática específica que serão validadas por esse professor-tutor junto à Coordenação do Curso, que procederá ao lançamento no Sistema de Controle Acadêmico para o devido registro no Histórico Escolar do aluno.	A carga horária será de 60 horas por tutoria sendo o máximo de 120 horas.
AACC 02 – PESQUISA	
Atividade	Carga Horária
Autoria de trabalho em revista científica e/ou livro sem ISSN/ISBN.	60 horas por publicação.
Autoria de trabalho em meio de divulgação escrito com ISSN/ISBN.	90 horas integrais para cada publicação.
Participação em projetos de pesquisa (a exemplo do PIBIC) cuja carga horária não tenha sido aproveitada	Até 60 horas por semestre. Máximo:



para a composição de horas do Estágio Curricular. O aproveitamento deve ter a anuência da Coordenação do Curso.	120 horas durante o curso.
Elaboração de produtos técnicos, científicos e/ou material didático. Pode-se considerar a criação de <i>softwares</i> , vídeos e logomarcas, sob a supervisão de um professor ou técnico em educação com a anuência da Coordenação do Curso.	De 5 a 40 horas dependendo da natureza do trabalho.
Participação em Projeto de Pesquisa aprovado institucionalmente.	Integral até o máximo de 60 horas durante o curso.
AACC 03 – EXTENSÃO	
Atividade	Carga Horária
Participação em eventos científico-culturais e em outros eventos com emissão de certificado ou declaração, considerados, pela Coordenação do Curso, relevantes para a formação do aluno.	Em princípio, o número de horas declaradas no certificado. Máximo: 20 horas por atividade; 80 horas durante o curso.
Participação como membro da organização de eventos científico-culturais.	Máximo: 20 horas por evento de um turno; 40 horas por evento de dois turnos; 80 horas durante o curso.
Apresentação de pôster/banner em eventos científicos.	20 horas por pôster/banner. Máximo: 40 horas por evento; 80 horas durante o curso.
Comunicação oral em eventos científicos e em programas afins.	40 horas por apresentação e participação. Máximo: 80 horas durante o curso.
Presidente de Centro Acadêmico.	30 horas por semestre. Máximo: 60 horas durante o curso.
Membro de Centro Acadêmico.	15 horas por semestre. Máximo: 30 horas durante o curso.
Participação como membro em Colegiados Acadêmicos.	15 horas por semestre.



	Máximo: 30 horas durante o curso.
Presidente da organização de eventos científicos.	30 horas por semestre. Máximo: 60 horas durante o curso.
Participação na organização de eventos culturais (ex.: feiras escolares, exposições, mostras de cinema e outras) aprovados pela Coordenação do Curso.	A princípio, o número de horas declaradas no certificado. Máximo: 20 horas por atividade; 60 horas durante o curso.
Participação no Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE).	Até 60 horas por semestre. Máximo: 120 horas durante o curso, caso não tenha sido aproveitada como disciplina optativa (Resolução Nº 025/00 do CONSEP).
Participação em projetos de extensão (a exemplo do PIBEX) cuja carga horária não tenha sido aproveitada para a composição de horas do Estágio Curricular. O aproveitamento deve ter a anuência da Coordenação do Curso.	Até 60 horas por semestre. Máximo: 120 horas durante o curso.
Visitas técnico-culturais.	De 2 a 20 horas, dependendo do tipo de atividade e da carga horária constante no certificado ou declaração.
Atuação em função social como gestor e/ou organizador.	Integral até o máximo de 60 horas durante o curso.
Atuação em função social como participante.	Integral até o máximo de 40 horas durante o curso.

Observações:

Obs. 1: Em se tratando da realização de evento fora da cidade de Manaus, será atribuída uma carga horária 25% maior que a constante no certificado. Se o evento for realizado fora do Brasil, será atribuída uma carga horária 50% maior que a constante no certificado.



Obs. 2: São considerados eventos científico-culturais: minicurso, simpósio, semana de curso, congresso, seminário, mesa-redonda, palestra, fórum, plenária, debate e oficina (workshop).

Obs. 3: Em caso de dúvida ou na ausência de um número de horas declaradas, a Coordenação do Curso poderá arbitrar um valor, após análise.

Uma comissão de avaliação das mencionadas atividades será constituída por 2 (dois) professores do Curso, nomeados pelo Colegiado do Curso por um período de dois anos, renováveis por igual período para fins de aprovação e validação das atividades. Do ponto de vista operacional, entende-se que cabe ao estudante a tarefa de administrar a sua realização de horas para fins de cumprimento das exigências de totalização.



REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFAM³.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º O *Estágio Supervisionado* em conformidade como Parecer S/N.º do CNE/CP, de 02.10.2001 configura-se como componente curricular, de cumprimento obrigatório para a formação dos professores de História⁴.

Art 2º A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso.

Art.3º O estágio curricular se orienta para:

- I - Vínculo entre ensino, pesquisa e extensão;
- II - construção do conhecimento histórico;
- III - Instrumentalização do acadêmico para aplicação de conhecimentos e aperfeiçoamento da prática docente;
- IV- Compreensão da multiplicidade e dinâmica próprias da realidade educacional.

³Elaborado de acordo com as seguintes normas vigentes: **FEDERAIS**: BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008; BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 18 de fevereiro de 2002; BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; **Resolução CNE/CP2 de 2002**. **UFAM**: Resolução N.º 004/2000 – CONSEP, de 29 de janeiro de 2000; Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amazonas - Projeto Pedagógico, 2019.

⁴Conforme Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em História da UFAM, 2019.



Art.4º O aluno deverá iniciar esse Componente Curricular quando já tiver integralizado todos os créditos obrigatórios dos quatro primeiros períodos da Estrutura Curricular.

Art.5º O Estágio deverá se articular com as disciplinas teóricas de forma a integrar: conteúdos que serão objetos de ensino e as atividades a serem desenvolvidas nas escolas.

Art.6º Ao estagiário é exigida o desenvolvimento de uma postura investigativa, um olhar crítico para que a realidade do espaço escolar seja compreendida enquanto espaço de pesquisa/reflexão.

Capítulo II

DOS LOCAIS DE ESTÁGIO

Art. 7º O Estágio supervisionado se realizará em escolas conveniadas com a UFAM conforme Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008⁵;

§1º Na ausência de um convênio institucional com escolas de ensino básico (fundamental e médio) fica a critério da comissão de estágio em comum acordo com os estagiários a definição dos locais de realização do estágio supervisionado;

Art. 8º Os alunos deverão cumprir no mínimo 250 horas de estágio em escolas públicas de ensino fundamental e médio. As 170 horas restantes poderão ser cumpridas em escolas privadas e/ou outras instituições educativas como museus, feiras de conhecimento, editoras, parques e reservas ecológicas, por exemplo.

Art. 9º As atividades de estágio deverão ser realizadas em uma única escola por no mínimo 2 (dois) semestres (estágio supervisionado I e II) e (estágio supervisionado III e IV).

⁵Conforme a citada lei: “Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos: I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar; II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;” (...)



§ 1º A mudança de escola será permitida mediante solicitação formal encaminhada, ao professor supervisor contendo justificativa plausível para tal mudança (Modelo em anexo)

II Em caso de mudança será necessário uma nova elaboração da caracterização da escola nos moldes do que foi realizado no “Estágio Supervisionado I e III”.

Art. 10º Os estagiários se apresentarão à instituição em que pretendem realizar o estágio portando carta de apresentação assinada pelos professores das disciplinas de Estágio Supervisionado (Modelo em anexo)

Capítulo III

DA CARGA HORÁRIA

Art. 11º De acordo com a Resolução CNE/CP2 de 2002 a duração total dos estágios supervisionados será de 420 (quatrocentas e vinte horas, distribuídas em 4 (quatro) Estágios, sendo 2 (um) com 90 horas e 2 (dois) com 120 horas, correspondendo 3 (três) e 4 (quatro) créditos práticos, respectivamente.

§ 1º Toda a carga horária será ministrada sob o seguinte formato:

I - Estágio Supervisionado I (Ensino Fundamental) 90h, fase de observação

II - Estágio Supervisionado II (Ensino Fundamental) 120h, fase de participação e regência;

III - Estágio Supervisionado III (Ensino Médio) 90h, fase de observação

IV - Estágio Supervisionado IV (Ensino Médio) 120h, fase de participação e regência



a) A *Observação* compreende as atividades nas quais o estagiário toma conhecimento da estrutura, do funcionamento, da clientela da escola e do desenvolvimento do processo pedagógico dentro de procedimentos didáticos.

b) Considera-se *Participação* o envolvimento nas atividades educativas e pedagógicas realizadas pela escola, visando a efetivação da relação ensino-aprendizagem. São atividades que o estagiário realiza conjuntamente com o professor tutor em trabalhos de sala de aula

c) A *Regência* compreende o momento em que o licenciando inicia a prática da docência.

Art. 12º Redução da Carga Horária - Os alunos que já exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução de até 120 horas da carga horária total do Estágio Supervisionado respeitando os seguintes critérios⁶:

I. Exercício da docência em História, mínimo de 01 (um) ano letivo com carga horária semanal de 20 (vinte) horas/aula;

II. Exercício da docência em Áreas afins, mínimo de 02 (dois) anos letivos com carga horária semanal de 20 (vinte) horas/aula;

III. A carga horária a ser reduzida somente envolverá as disciplinas Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV.

A solicitação desse benefício acadêmico deverá ser feita à Comissão de Estágio Supervisionado, através de formulário próprio (modelo anexo) e apresentada nas reuniões regulares da mesma Comissão.

Capítulo IV

DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 13º A Supervisão do Estágio será estruturada por uma *Comissão de Estágio* composta por professores do Departamento de História, sendo:

⁶ De acordo com o Projeto Político do Curso de História da UFAM 2019.



- I. Três membros permanentes, ligados à área de Ensino da História;
- II. Dois membros temporários, a serem eleitos, a cada dois anos em reuniões do Colegiado do Departamento de História.

Art. 14º A comissão de Estágio elegerá entre si um coordenador e um vice-coordenador de Estágio.

I O coordenador e o vice-coordenador serão eleitos a cada dois anos.

II São elegíveis os professores do quadro de carreira que atuam na supervisão de estágio

§ 1º São obrigações do Professor Coordenador de Estágio:

- I. Garantir as condições de realização do Estágio, junto ao departamento de História.
- II. Providenciar a confecção e distribuição dos materiais de Estágio,
- III. No caso de convênio institucional, contactar os estabelecimentos onde se desenvolverá a prática de Estágio
- IV. Coordenar reuniões regulares com os professores supervisores para discutir atividades inerentes ao Estágio,
- V. Participar juntamente com o supervisor do Estágio de reuniões com os responsáveis pelo acompanhamento dos estágios nas escolas selecionadas.

§ 2º O vice-coordenador de Estágio colabora com coordenador bem como assume suas funções em caso de sua ausência.

Art 15º O Professor supervisor de Estágio tem como obrigação as seguintes atividades:

- I. Orientar os estagiários no desenvolvimento teórico e prático do estágio e na elaboração do Relatório Final.
- II. Promover atividades de orientações sobre estágio, visando preparar o corpo discente nos aspectos ético, postura pessoal e profissional, com vistas ao melhor desempenho do estagiário.
- III. Promover encontros dos estagiários para divulgação de informações e trocas de experiências.
- IV. Expedir e controlar a documentação do estágio.



- V. Receber, avaliar e arquivar os relatórios finais de estágio e encaminhá-los ao Laboratório de Pesquisas, Ensino e Aprendizagem em História (LAPEAH).
- VI. Acompanhar o aluno no planejamento, no desenvolvimento, na avaliação e na elaboração do relatório final de estágio.
- VII. Avaliar todas as atividades realizadas pelo estagiário.

Capítulo V

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art 16º São obrigações do Estagiário:

- I. Informar-se sobre o estágio na Coordenação do Curso e/ou com o supervisor de estágio.
- II. Escolher a escola em que realizará parte do estágio, devendo, de imediato, submeter o pedido à aprovação do professor supervisor de estágio.
- III. Requerer, junto ao supervisor de estágio, uma carta de apresentação (modelo em anexo) dirigida ao Diretor da escola escolhida para a realização do estágio.
- IV. Informar o professor supervisor do andamento de cada etapa do estágio até a conclusão do relatório.
- V. Cumprir integralmente o Plano de Ensino proposto pela faculdade no que se refere a relatórios, atividades, carga horária e demais exigências.
- VI. Entregar o relatório de estágio concluído ao supervisor de estágio conforme as normas estabelecidas pela Comissão de Estágio..
- VII. Participar das reuniões de supervisão de estágio e acompanhamento didático-pedagógicos conforme regulamentado pela UFAM.
- VIII. Realizar as leituras indicadas para as discussões e reflexões sobre a prática profissional nas reuniões de supervisão de estágio.
- IX. Cumprir a carga horária da Matriz Curricular de estágio supervisionado por semestre, totalizando 420 horas.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA DO PLANO DE ESTÁGIO

Art.17º O Plano de Estágio deverá ser desenvolvido de acordo com a seguinte distribuição de carga horária:

- I - Atividades desenvolvidas na IES: **120 horas/total** -



a - Estágio Supervisionado I e III - **30 horas** - correspondente à orientação das observações da dinâmica escolar;

b - Estágio Supervisionado II e IV - **30 horas** - Correspondente à orientação atividades a serem desenvolvidas no ensino fundamental (Estágio I) e no ensino Médio (Estágio II) na escola colaboradora;

II - Atividades desenvolvidas nas escolas colaboradoras: **300 horas/total**

a - Estágio Supervisionado I e III - **60 horas** - observação e atividades desenvolvidas no cotidiano escolar.

b - Estágio Supervisionado II e IV – **90 horas** - Atividades desenvolvidas no Ensino Fundamental (Estágio II) e Médio (Estágio IV).

Capítulo VII

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 18º – A avaliação das atividades de Estágio do Curso de História será feita por disciplina e assumirá contornos diferentes de acordo com a programação de cada uma .

Art. 19º - Os casos omissos neste Regulamento serão analisados de acordo com as diretrizes constantes no PPC e decididos pela Comissão de Estágio.



REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFAM⁷.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º O *Estágio Supervisionado* em conformidade como Parecer S/N.º do CNE/CP, de 02.10.2001 configura-se como componente curricular, de cumprimento obrigatório para a formação dos professores de História⁸.

Art 2º A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso.

Art.3º O estágio curricular se orienta para:

- I - Vínculo entre ensino, pesquisa e extensão;
- II - construção do conhecimento histórico;
- III - Instrumentalização do acadêmico para aplicação de conhecimentos e aperfeiçoamento da prática docente;
- IV- Compreensão da multiplicidade e dinâmica próprias da realidade educacional.

⁷Elaborado de acordo com as seguintes normas vigentes: **FEDERAIS**: BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008; BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 18 de fevereiro de 2002; BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; **Resolução CNE/CP2 de 2002**. **UFAM**: Resolução N.º 004/2000 – CONSEP, de 29 de janeiro de 2000; Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amazonas - Projeto Pedagógico, 2019.

⁸Conforme Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em História da UFAM, 2019.



Art.4º O aluno deverá iniciar esse Componente Curricular quando já tiver integralizado todos os créditos obrigatórios dos quatro primeiros períodos da Estrutura Curricular.

Art.5º O Estágio deverá se articular com as disciplinas teóricas de forma a integrar: conteúdos que serão objetos de ensino e as atividades a serem desenvolvidas nas escolas.

Art.6º Ao estagiário é exigida o desenvolvimento de uma postura investigativa, um olhar crítico para que a realidade do espaço escolar seja compreendida enquanto espaço de pesquisa/reflexão.

Capítulo II

DOS LOCAIS DE ESTÁGIO

Art. 7ºO Estágio supervisionado se realizará em escolas conveniadas com a UFAM conforme Leinº 11.788, de 25 de setembro de 2008⁹;

§1ºNa ausência de um convênio institucional com escolas de ensino básico (fundamental e médio) fica a critério da comissão de estágio em comum acordo com os estagiários a definição dos locais de realização do estágio supervisionado;

Art. 8º Os alunos deverão cumprir no mínimo 250 horas de estágio em escolas públicas de ensino fundamental e médio. As 170 horas restantes poderão ser cumpridas em escolas privadas e/ou outras instituições educativas como museus, feiras de conhecimento, editoras, parques e reservas ecológicas, por exemplo.

⁹Conforme a citada lei: “Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos: I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar; II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;” (...)



Art. 9º As atividades de estágio deverão ser realizadas em uma única escola por no mínimo 2 (dois) semestres (estágio supervisionado I e II) e (estágio supervisionado III e IV).

§ 1º A mudança de escola será permitida mediante solicitação formal encaminhada, ao professor supervisor contendo justificativa plausível para tal mudança (Modelo em anexo)

II Em caso de mudança será necessário uma nova elaboração da caracterização da escola nos moldes do que foi realizado no “Estágio Supervisionado I e III”.

Art. 10º Os estagiários se apresentarão à instituição em que pretendem realizar o estágio portando carta de apresentação assinada pelos professores das disciplinas de Estágio Supervisionado (Modelo em anexo)

Capítulo III

DA CARGA HORÁRIA

Art. 11º De acordo com a Resolução CNE/CP2 de 2002 a duração total dos estágios supervisionados será de 420 (quatrocentas e vinte horas, distribuídas em 4 (quatro) Estágios, sendo 2 (um) com 90 horas e 2 (dois) com 120 horas, correspondendo 3 (três) e 4 (quatro) créditos práticos, respectivamente.

§ 1º Toda a carga horária será ministrada sob o seguinte formato:

I - Estágio Supervisionado I (Ensino Fundamental) 90h, fase de observação

II - Estágio Supervisionado II (Ensino Fundamental) 120h, fase de participação e regência;

III - Estágio Supervisionado III (Ensino Médio) 90h, fase de observação

IV - Estágio Supervisionado IV (Ensino Médio) 120h, fase de participação e regência



a) A *Observação* compreende as atividades nas quais o estagiário toma conhecimento da estrutura, do funcionamento, da clientela da escola e do desenvolvimento do processo pedagógico dentro de procedimentos didáticos.

b) Considera-se *Participação* o envolvimento nas atividades educativas e pedagógicas realizadas pela escola, visando a efetivação da relação ensino-aprendizagem. São atividades que o estagiário realiza conjuntamente com o professor tutor em trabalhos de sala de aula

c) A *Regência* compreende o momento em que o licenciando inicia a prática da docência.

Art. 12º Redução da Carga Horária - Os alunos que já exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução de até 120 horas da carga horária total do Estágio Supervisionado respeitando os seguintes critérios¹⁰:

I. Exercício da docência em História, mínimo de 01 (um) ano letivo com carga horária semanal de 20 (vinte) horas/aula;

II. Exercício da docência em Áreas afins, mínimo de 02 (dois) anos letivos com carga horária semanal de 20 (vinte) horas/aula;

III. A carga horária a ser reduzida somente envolverá as disciplinas Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV.

A solicitação desse benefício acadêmico deverá ser feita à Comissão de Estágio Supervisionado, através de formulário próprio (modelo anexo) e apresentada nas reuniões regulares da mesma Comissão.

Capítulo IV

DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

¹⁰ De acordo com o Projeto Político do Curso de História da UFAM 2019.



Art. 13º A Supervisão do Estágio será estruturada por uma *Comissão de Estágio* composta por professores do Departamento de História, sendo:

- III. Três membros permanentes, ligados à área de Ensino da História;
- IV. Dois membros temporários, a serem eleitos, a cada dois anos em reuniões do Colegiado do Departamento de História.

Art. 14º A comissão de Estágio elegerá entre si um coordenador e um vice-coordenador de Estágio.

I O coordenador e o vice-coordenador serão eleitos a cada dois anos.

II São elegíveis os professores do quadro de carreira que atuam na supervisão de estágio

§ 1º São obrigações do Professor Coordenador de Estágio:

- VI. Garantir as condições de realização do Estágio, junto ao departamento de História.
- VII. Providenciar a confecção e distribuição dos materiais de Estágio,
- VIII. No caso de convênio institucional, contactar os estabelecimentos onde se desenvolverá a prática de Estágio
- IX. Coordenar reuniões regulares com os professores supervisores para discutir atividades inerentes ao Estágio,
- X. Participar juntamente com o supervisor do Estágio de reuniões com os responsáveis pelo acompanhamento dos estágios nas escolas selecionadas.

§ 2º O vice-coordenador de Estágio colabora com o coordenador bem como assume suas funções em caso de sua ausência.

Art 15º O Professor supervisor de Estágio tem como obrigação as seguintes atividades:

- VIII. Orientar os estagiários no desenvolvimento teórico e prático do estágio e na elaboração do Relatório Final.



- IX. Promover atividades de orientações sobre estágio, visando preparar o corpo discente nos aspectos ético, postura pessoal e profissional, com vistas ao melhor desempenho do estagiário.
- X. Promover encontros dos estagiários para divulgação de informações e trocas de experiências.
- XI. Expedir e controlar a documentação do estágio.
- XII. Receber, avaliar e arquivar os relatórios finais de estágio e encaminhá-los ao Laboratório de Pesquisas, Ensino e Aprendizagem em História (LAPEAH).
- XIII. Acompanhar o aluno no planejamento, no desenvolvimento, na avaliação e na elaboração do relatório final de estágio.
- XIV. Avaliar todas as atividades realizadas pelo estagiário.

Capítulo V

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art 16º São obrigações do Estagiário:

- X. Informar-se sobre o estágio na Coordenação do Curso e/ou com o supervisor de estágio.
- XI. Escolher a escola em que realizará parte do estágio, devendo, de imediato, submeter o pedido à aprovação do professor supervisor de estágio.
- XII. Requerer, junto ao supervisor de estágio, uma carta de apresentação (modelo em anexo) dirigida ao Diretor da escola escolhida para a realização do estágio.
- XIII. Informar o professor supervisor do andamento de cada etapa do estágio até a conclusão do relatório.
- XIV. Cumprir integralmente o Plano de Ensino proposto pela faculdade no que se refere a relatórios, atividades, carga horária e demais exigências.
- XV. Entregar o relatório de estágio concluído ao supervisor de estágio conforme as normas estabelecidas pela Comissão de Estágio..
- XVI. Participar das reuniões de supervisão de estágio e acompanhamento didático-pedagógicos conforme regulamentado pela UFAM.
- XVII. Realizar as leituras indicadas para as discussões e reflexões sobre a prática profissional nas reuniões de supervisão de estágio.
- XVIII. Cumprir a carga horária da Matriz Curricular de estágio supervisionado por semestre, totalizando 420 horas.



CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA DO PLANO DE ESTÁGIO

Art.17º O Plano de Estágio deverá ser desenvolvido de acordo com a seguinte distribuição de carga horária:

I - Atividades desenvolvidas na IES: 120 horas/total -

a - Estágio Supervisionado I e III - **30 horas** - correspondente à orientação das observações da dinâmica escolar;

b - Estágio Supervisionado II e IV - **30 horas** - Correspondente à orientação atividades a serem desenvolvidas no ensino fundamental (Estágio I) e no ensino Médio (Estágio II) na escola colaboradora;

II - Atividades desenvolvidas nas escolas colaboradoras:300 horas/total

a - Estágio Supervisionado I e III - **60horas** - observação e atividades desenvolvidas no cotidiano escolar.

b - Estágio Supervisionado II e IV – **90horas** - Atividades desenvolvidas no Ensino Fundamental (Estágio II) e Médio (Estágio IV).

Capítulo VII

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 18º – A avaliação das atividades de Estágio do Curso de História será feita por disciplina e assumirá contornos diferentes de acordo com a programação de cada uma .

Art. 19º - Os casos omissos neste Regulamento serão analisados de acordo com as diretrizes constantes no PPC e decididos pela Comissão de Estágio.



Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um importante momento de construção epistemológica constituído por um conjunto de experiências formativas tanto no âmbito da pesquisa histórica como também pelo resultado da experiência da prática pedagógica de caráter diagnóstico, investigativo e analítico. Partindo desse pressuposto, entende-se que os temas e problemas que se constituem objetos de pesquisa do TCC poderão ser definidos com autonomia pelo discente em um tema de estudo dentro da área de História (conforme a Tabela de Áreas do Conhecimento - CNPQ) articulados ou não aos registros das reflexões sobre a prática pedagógica vivenciada no campo de estágios.

Art. 2º A produção do Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade curricular obrigatória e, no caso do Curso de Licenciatura em História, obedecerá ao disposto na Resolução 021/2007 do CONSEPE e deverá ser submetido à orientação de docentes da UFAM, vinculado ao curso de História ou áreas afins, desde que com prévia autorização da Comissão de TCC, formada por pelo menos três membros do colegiado.

Art. 3º Para realizar o TCC, o discente deverá ter cursado duas disciplinas na matriz curricular voltadas à elaboração de um trabalho acadêmico: Metodologia da Pesquisa da História I (75h) e Metodologia da Pesquisa em História II (75h). Em TCC em História I, o discente deverá elaborar um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, com temática construída pelo aluno sob orientação de um professor. Em TCC em História II o trabalho deverá ser finalizado e defendido. A elaboração contará com acompanhamento e orientação contínua desde a produção dos projetos até a escrita final do trabalho.

Art. 4º O relatório final de atividades institucionais, como Estágios Supervisionados, PIBID e Programa Residência Pedagógica, e aqueles previstos no art. 10 da resolução 021/2017 do CONSEPE, (PIBIC, PET, MONITORIA, Programas e Projetos de Extensão e Pesquisa, e Estágio não obrigatório), convertido em artigo e publicado em veículo de comunicação da



área que apresente corpo editorial poderá ser considerado equivalente, para fins de Aproveitamento de Estudos, ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 5º As defesas acontecerão em sessão pública, perante banca examinadora formada por pelo menos dois membros com formação na área do tema proposto, além do orientador. A avaliação do TCC levará em consideração:

II. Coerência entre a problematização, a metodologia e a argumentação desenvolvida;

II. Relevância do tema estudado e dos resultados obtidos com a pesquisa;
Coesão e clareza da escrita;

III. Adequação às normas de Trabalho Científico da UFAM

Art. 6º Quanto à avaliação, a banca deve fazê-la, levando em consideração tanto o trabalho escrito, quanto sua apresentação/defesa, aos quais serão atribuídas notas cujo maior valor é 10,0 (dez) pontos. Na ata de defesa do TCC, a ser preenchida pelo orientador e assinada por todos os membros da banca, devem constar as 3 (três) notas, conforme constar nas fichas de avaliação de trabalho de conclusão de curso preenchidas individualmente pelo orientador e pelos demais avaliadores.

Art. 7º Após a aprovação pela banca examinadora, o discente precisará entregar na Coordenação do Departamento de História, no prazo de 20 dias a contar da defesa, um exemplar digital e um exemplar impresso em capa dura da versão final de seu TCC, para o devido arquivamento. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de TCC.